

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PROACAD
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA - PPGSCoI
[MESTRADO PROFISSIONAL]

LUÍS CLAITON MEDEIROS EHLERS

RETORNO DE ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA
ACOLHEDORA PARA A SUA FAMÍLIA DE ORIGEM: UM ESTUDO
AUTOETNOGRAFICO

CRICIÚMA
2020

LUÍS CLAITON MEDEIROS EHLERS

**RETORNO DE ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA
ACOLHEDORA PARA A SUA FAMÍLIA DE ORIGEM: UM ESTUDO
AUTOETNOGRAFICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva [Mestrado Profissional] da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. Jacks Soratto

CRICIÚMA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

E33r Ehlers, Luís Claiton Medeiros.

Retorno de adolescentes do serviço de acolhimento em família acolhedora para a sua família de origem : um estudo autoetnografico / Luís Claiton Medeiros Ehlers. - 2020.

178 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Criciúma, 2020.

Orientação: Jacks Soratto.

1. Criança acolhida. 2. Terapia sistêmica (Terapia familiar). 3. Saúde coletiva. 4. Política pública. 5. Proteção social. I. Título.

CDD. 22. ed. 616.89156

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

LUÍS CLAITON MEDEIROS EHLERS

**RETORNO DE ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA
ACOLHEDORA PARA A SUA FAMÍLIA DE ORIGEM: UM ESTUDO
AUTOETNOGRAFICO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de **Mestre em Saúde Coletiva** na área de concentração Gestão do Cuidado e Educação em Saúde no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva [Mestrado Profissional] da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 31 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jacks Soratto – Orientador

Prof. Dr. Joni Márcio de Farias – Membro Interno PPGSCol

Profa. Dra. Karin Martins Gomes – Membro Externo PPGSCol

Dedico às crianças e adolescentes acolhidas pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do município de Içara (SC), bem como a todos os técnicos das políticas públicas que, diariamente, batalham pela efetivação da qualidade de vida destes indivíduos.

AGRADECIMENTOS

Considerando a família o lugar mais relevante de um ser, começo meus agradecimentos por minha família, aqui representada pela figura da minha esposa Solange Barreto que, há 36 anos, é minha querida companheira na vida. Você é o meu micro e mais importante sistema.

Volteando por minha comunidade imediata, estendo meus sinceros agradecimentos aos meus colegas e amigos:

Lisiane Cesconetto Mazzuco Fernandes pelos primeiros passos neste inebriante caminho da política pública.

Maria Eduarda Pacheco pelo empurrão definitivo e pela infinidade de livros que chegaram na caixa de entrada, neste processo.

Rita Guimarães Dagostim pela permanente troca dos saberes.

Deise Mariano Macedo por me mostrar que sim, eu estava no caminho, por meio de tantos artigos que disponibilizou.

Aníbal José Sieber Dario pela busca por excelência nas políticas públicas.

Avançando por minha comunidade institucional, exprimo meus agradecimentos a: minha colega e amiga Micheline Costa Alves por compartilhar este complexo dia a dia no serviço de acolhimento.

Aos membros da banca, Prof. Dra. Karin Martins Gomes Prof. Dr. Joni Márcio de Farias que se dedicam a construir um mundo melhor por meio da ciência.

Para finalizar, ao meu orientador, Prof. Dr. Jacks Soratto, além da construção científica, mostrou-me como redesenhar a vida, por meio de um olhar poético chamado autoetnografia.

Em poucas palavras, pude ver minha vida como se estivesse filmando um filme. A imaginação me deu a oportunidade de mudar o cenário, corrigir os personagens, alterar o impacto emocional das linhas faladas, recriar a dinâmica entre os indivíduos, aliviar o humor ou o tornar mais pesado e obter uma nova perspectiva de experiências vividas. Essa projeção através do “espaço-tempo dimensões” me forçou a ter mais empatia com as pessoas que eu me distanciei por muitos anos e ver eventos de maneiras completamente diferentes (CUSTER, 2014, p. 2-3)

RESUMO

Introdução: o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SEAFA) é uma importante estratégia que integra o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. **Objetivo:** compreender a situação dos ex-acolhidos pelo SEAFA que foram reintegrados às suas famílias de origem. **Método:** trata-se de um estudo com abordagem qualitativa do tipo autoetnográfico realizado no município de Içara (SC) com seis ex-acolhidos que retornaram para suas famílias de origem. A coleta de dados foi realizada pela observação participante materializada através do diário de campo. A análise dos dados foi estruturada como base nos preceitos da análise temática de conteúdo alicerçada no paradigma sistêmico do desenvolvimento humano, conhecido como a Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner. Os preceitos éticos foram respeitados incluindo nomes fictícios para preservação do anonimato e tendo como parecer número 3.214.723. **Resultados:** os ex-acolhidos pelo SEAFA preferiram não detalhar em profundidade como se encontram. Ana se esquivou com a justificativa de outros compromissos. Nestor sequer respondeu aos telefonemas e mensagens do pesquisador. Milena, por sua vez, chegou a receber o pesquisador em sua casa, mas evitou o encontro para a realização da entrevista. Gustavo, passa por uma forte depressão. Josué, por estar envolvido com tráfico de drogas, optou por resguardar a si e ao pesquisador de se encontrarem pessoalmente. Por último, Merciana que inicialmente concordou em participar da pesquisa, mas posteriormente não atendeu mais ao pesquisador. Como consequência desse estudo, viabilizou-se a construção de um produto voltado a saúde coletiva de material didático enquadrado como um guia sobre o SEAFA, que ilustra em forma de história em quadrinhos o funcionamento do serviço. **Conclusão:** os ex-acolhidos não se sentem confortáveis para falar de sua situação, indicando possíveis falhas por parte do SEAFA e dos diversos sistemas que envolvem a família, comunidade, instituições, estrutura política e social que participam do processo de reintegração à família de origem.

Palavras-chave: Crianças Acolhidas. Terapia Familiar. Saúde Coletiva. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Introduction: the Family Choice Service (SEAFA) is an important strategy that is part of the National Plan for the Promotion, Protection and Defense of the Right of Children and Adolescents to Family and Community Living. **Objective:** to understand the situation of those welcomed by SEAFA who were reintegrated into their families of origin. **Method:** this is a study with a qualitative approach of the autoethnographic type carried out in the municipality of Içara (SC) with six former hosts who returned to their families of origin. Data collection was performed through participant observation materialized through the field diary. An analysis of the data was structured based on the precepts of thematic content analysis based on the systemic paradigm of human development, known as Urie Bronfenbrenner's Bioecological Theory. The ethical precepts were respected, including fictitious names for the preservation of anonymity and having as opinion number 3,214,723. **Results:** those formerly hosted by SEAFA prefer not to detail in depth how they are. Ana dodged a justification for other commitments. Nestor never responded to the researcher's calls and messages. Milena, in turn, even received the researcher at her home, but avoided the meeting for the interview. Gustavo, goes through a strong depression. Josué, for being involved in drug trafficking, chose to cancel his guard and look for a researcher. Finally, Merciana who started to agree to participate in the research, but later did not attend the researcher anymore. As a result of this study, it was possible to create a product aimed at the collective health of teaching material framed as a guide about SEAFA, which illustrates in the form of a comic book or service operation. **Conclusion:** ex-hosts do not feel comfortable talking about their situation, they may suffer damage from SEAFA and the various systems that involve a family, community, institutions, political and social structure that participate in the process of reintegration into the family source.

Key words: Child Foster. Family Therapy. Public Health. Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trabalho de crianças em fábrica de sapatos no início do século 20	25
Figura 2 – Níveis de organização biológica.....	57
Figura 3 – Teoria do desenvolvimento bioecológico de Bronfenbrenner.....	67
Figura 4 – Diagrama das origens das abordagens da terapia familiar	70
Figura 5 – Mapa conceitual do estudo	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Marcos legais e regulatórios das políticas de proteção à infância.....	36
Quadro 2 – Trajetória da Assistência Social no Brasil.....	41
Quadro 3 – Tipificação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	51
Quadro 4 – Principais teóricos, tipos e classificação de sistemas.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
BA	Bahia
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DF	Distrito Federal
DS	Dinâmica de Sistema
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia Saúde da Família
FA	Família Acolhedora
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ILPI	Instituições de Longa Permanência para Idosos
LILACS	<i>Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde</i>
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social
OAS	Orçamento de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas

PAS	Plano de Assistência Social
PSE	Proteção Social Especial
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Pública Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PsycolINFO	<i>American Psychological Association</i>
PUBMED	<i>Publisher Medline</i>
RJ	Rio de Janeiro
SAF	Serviço de Acolhimento Familiar
SAI	Serviço de Acolhimento Institucional
SC	Santa Catarina
SEAFA	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TFP	Terapia Familiar Psicanalítica
TFS	Terapia Familiar Sistêmica
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
TGS	Teoria Geral dos Sistemas
UBS	Unidade Básica de Saúde
WFA	<i>Welcoming Family Service</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVO.....	18
1.2 PRESSUPOSTOS.....	19
2 REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL	20
2.1.1 Período assistencial-caritativo [1554 - 1874]	21
2.1.2 Período filantrópico-higienista [1874-1924]	23
2.1.3 Período assistencial [1924-1964]	24
2.1.4 Fase institucional [1964-1990].....	25
2.1.5 Período de desinstitucionalização [1990 em diante].....	26
2.2 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO	27
2.2.1 As novas configurações familiares	28
2.2.2 A centralidade das políticas públicas na família	31
2.3 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA.....	34
2.3.1 Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica.....	38
2.3.2 O Sistema Único de Assistência Social	39
2.3.3 A proteção social especial de alta complexidade	43
2.3.4 Serviço de acolhimento em família acolhedora.....	50
2.3.5 A relação entre a assistência social e a saúde.....	53
3 REFERENCIAL TEÓRICO	56
3.1 SISTEMAS E O ORDENAR CADENCIADO DO FUNCIONAMENTO DA VIDA	56
3.1.1 Movimento sistêmico	56
3.1.2 A Teoria Geral dos Sistemas.....	58
3.1.3 A dinâmica de sistemas.....	59
3.1.4 Pensamento Sistêmico	61
3.1.5 A Cibernética	62
3.2 TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA	65
3.2.1 Sistemas familiares e suas complexidades	66
3.2.2 Terapia Familiar Sistêmica: Um novo paradigma.....	69
4 MÉTODOS	74

4.1 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	74
4.1.1 Por que um estudo autoetnográfico?.....	74
4.1.2 Autoetnografia como método de pesquisa.....	75
4.1.3 Características dos estudos autoetnográficos.....	78
4.2 ABORDAGEM DO ESTUDO.....	80
4.3 TIPO DE ESTUDO.....	81
4.4 LOCAL DO ESTUDO.....	85
4.5 PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	85
4.6 COLETA DE DADOS.....	86
4.7 ANÁLISE DOS DADOS.....	87
4.8 ASPECTOS ÉTICOS.....	88
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	90
5.1 MINHAS PRIMEIRAS DESACOLHIDAS: “SILÊNCIO TRIPLO”.....	90
5.1.1 Nestor, o ex-acolhido 1: “Não, se não ele foge!”.....	97
5.1.2 Milena, a ex-acolhida 2: “Hoje não vai dar de novo”.....	99
5.1.3 Ana, a ex-acolhida 3: “Vou ver o horário certinho e te aviso”.....	103
5.2 DESACOLHIDAS CONTINUAM: “VISUALIZADO, MAS SEM RESPOSTA”.....	104
5.2.1 Gustavo, o ex-acolhido 4: “Bah! tá assim, virado num bicho”.....	104
5.3 Uma DESACOLHIDA CARINHOSA: “TCHAU, Beijo, Te AMO, estás NO MEU CORAÇÃO.”.....	108
5.3.1 Josué o ex-acolhido 5 “Eu sô traficante.”.....	108
5.4 DESACOLHIDA FINAL: “EU E MEU MARIDO, NÓS PUDEMOs IR AÍ”.....	115
5.4.1 Merciana a ex-acolhida 6: “É, talvez, o marido não tenha gostado”.....	115
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	121
APÊNDICE A: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA.....	139
APÊNDICE B: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	167
APÊNDICE C: ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS E OS FAMILIARES.....	169
APÊNDICE D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE.....	170
ANEXOS.....	173
ANEXO A: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	174
ANEXO B: CARTA DE ACEITE DA INSTITUIÇÃO.....	177

1 INTRODUÇÃO

O acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil passou por longo percurso de mudanças que foram da caridade até chegar no período de desinstitucionalização. Em todas as épocas e civilizações, crianças e adolescentes carecem da intervenção dos grupos e/ou figuras que detém o poder/obrigação de lhes subsidiar/controlar (CARVALHO, 2006; BRASIL, 1988; BRASIL, 1990a; BRASIL, 1993; BRASIL, 2004).

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SEAFA) é caracterizado como um serviço que adequa o acolhimento de crianças e adolescentes afastados de sua família de origem, temporariamente, por determinação judicial em residências de famílias acolhedoras (BRASIL, 2005). Este serviço realiza uma modalidade de atendimento que objetiva a proteção integral para crianças e adolescentes até que seja possível o retorno para a família.

A proteção social do Estado voltada para a infância no Brasil pode ser considerada como algo muito recente. Visto que, desde a época da colonização até a década de 80, quase não se tinham garantias de direitos nem mesmo para os adultos, quanto mais para as crianças, por vezes consideradas às margens da sociedade (BRUM; SCHERMAN, 2004; RIZZINI, 2004; SILVA ALVES, 2001).

As políticas de proteção à infância emergiram a partir de várias legislações e acordos internacionais (ONU, 1948; UNICEF, 1959; BRASIL, 1988; UNICEF, 1989) e no cenário brasileiro¹ culminou com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária de 2008 (PNCFC) (BRASIL, 2008). Os olhares da sociedade se voltaram para as necessidades das crianças e adolescentes, por se perceber a importância da convivência familiar e comunitária para o desenvolvimento dos indivíduos (OSÓRIO; VALLE, 2009; DINIZ; COELHO, 2005; DIAS, 2011; JABLONSKI, 2005; BRASIL, 2015).

Essa preocupação da manutenção dos vínculos familiares está em

¹Além da Constituição Federal Brasileira de 1988, a preservação dos vínculos familiares e comunitários é orientação preconizada pelas políticas públicas ancoradas na; Estatuto da Criança e do Adolescente; Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes; Lei de Adoção e no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

consonância com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (1996), na qual esse estudo está ancorado, sustentando que o desenvolvimento humano é influenciado pelas relações socioambientais nas quais os indivíduos estão inseridos. E, de todos os sistemas aos quais pertencemos, a família é considerada o mais importante e o maior influenciador. No entanto, o sistema familiar nem sempre está preparado ou disposto a exercer esse cuidado e alguns dados retratam essa realidade, sendo as crianças e adolescentes as principais vítimas de violações de direitos humanos no Brasil [58,49%] (BRASIL, 2018).

Os núcleos familiares que apresentam dificuldades para promover os cuidados necessários para as crianças e adolescentes contam com os serviços de Proteção Social Básica.

O Brasil possui quase 9000 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), porém, muitas vezes os serviços da Proteção Social Básica (PSB) não são suficientes para a solução das problemáticas sociais envolvendo crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades. Quando isso ocorre, é necessário acionar um dos serviços da Proteção Social Especial (PSE), tendo como os Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). As ações dos CREAS são voltadas para às famílias e sujeitos indivíduos e que tenham a violação de direitos e riscos sociais (BRASIL, 2018).

Havendo a necessidade de afastamento da criança ou adolescente de sua família de origem, uma das possibilidades de encaminhamento é para o SEAFA, por ser um serviço relativamente novo, é ofertado somente em 272 [4,9%] dos 5.570 municípios brasileiros (BRASIL, 2018).

A criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade social que é separado de sua família de origem está na realidade diante de três importantes situações: a) a situação de vulnerabilidade; b) o afastamento do seu principal sistema de proteção [teoricamente] e; c) em situação de enfrentamento de conflitos e complexidades inerentes da sua faixa etária (BRASIL, 1990a; BRASIL, 2009a; BRASIL, 2014; BRASIL, 2012a).

No ECA se reconhece a necessidade desse cuidado em relação as fases de desenvolvimento infanto-juvenil ao levar em consideração “os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.” (BRASIL, 1990a, p. 1). Desse modo, parece

relevante que se conheça a versão dos fatos de acordo com o olhar dos principais atores sociais envolvidos nesse contexto.

Em 2006, em termos de políticas públicas considerado recente, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovaram o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) que “incorpora, na sua plenitude, a “doutrina da proteção integral”, que constitui a base da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.” (BRASIL, 2008, p. 25).

O afastamento de uma criança de sua família, ainda que esta instituição se encontre em situação de vulnerabilidade, é uma decisão difícil e que deve ter embasamento legal e a garantia de que esse afastamento não cause danos ainda maior para a criança do que as suas motivações (BRASIL, 2008).

Essa preocupação é necessária em razão de se ter uma PNAS ainda em construção na qual as políticas públicas são instituídas de acordo com o surgimento e/ou agravamento das problemáticas sociais. Talvez em razão disso, é típico da contemporaneidade os debates de temáticas “envolvendo a iniciativa de políticas legislativas que tenham por escopo a inclusão social, em especial no tocante às chamadas minorias e grupos vulneráveis.” (PASCHOAL, MARTA, 2010, p. 166).

As vulnerabilidades sociais fragilizam o exercício de cidadania dos sujeitos. Os principais fatores são a pobreza, consumo de álcool e outras drogas, violências e transtornos mentais, considerados, muitas vezes, pano de fundo para as situações que resultam no acolhimento de crianças e adolescentes, propostos pelo Ministério Público e Poder Judiciário e pelos órgãos de garantia de direitos destas crianças e adolescentes.

Em se tratando de acolhimento de crianças e adolescentes, os serviços que se vinculam a área da saúde coletiva [Estratégias Saúde da Família (ESF)], e os serviços de proteção social [CRAS, CREAS e Alta Complexidade], caminham de mãos dadas e se complementam. A identificação das situações de violências e ou negligências infanto-juvenis na maior parte das vezes são identificadas pelas ESF que acionam os órgãos de proteção, e, juntos, garantem os direitos constitucionais desses indivíduos.

O exercício profissional junto ao SEAFA no município de Içara, Estado de Santa Catarina (SC), proporcionou o contato com um número significativo de sujeitos

das mais diversas construções de vida que são retirados temporariamente de suas famílias por determinação judicial. Os motivos para essa retirada perpassam desde abusos físicos e emocionais, negligência, maus tratos, abuso sexual, abandonos, entre outros.

Esse afastamento de sua família de origem, ainda que motivado pela ideia de proteção da criança ou adolescente, é uma situação difícil e complexa, não somente para os familiares, a equipe de profissionais envolvidos, mas principalmente para as crianças e adolescentes que já se encontram em situação de fragilidade. Independente das dificuldades enfrentadas por essas crianças e adolescentes, o relógio biológico não pausa para a solução desses problemas e antes que se perceba, esses sujeitos se tornaram adultos e inclusive constituíram novas famílias, o que resulta no anseio de saber como uma intervenção de tamanha intensidade influenciou nas vidas dessas pessoas.

O tempo que ficam sob a proteção do serviço, as crianças e adolescentes, aqui identificados como “acolhidos”, retornam, também por determinação judicial para suas famílias de origem, famílias extensas ou são adotados. A proposta dessa pesquisa está focada justamente nesse retorno, especificamente na reinserção dos acolhidos que viveram um tempo longe de seus sistemas familiares e que retornaram às suas origens.

Reinseri-los aos sistemas familiares, não é um processo fácil, uma vez que perpassam reconstrução e ressignificação de vínculos que nutrem um importante alicerce na construção do desenvolvimento destes sujeitos.

Por sua vez, adicionado a essa problematização do objeto de investigação, essa pesquisa também justifica-se pela ausência de estudos autoetnográficos que ainda são poucos na literatura mundial, a saber, que em pesquisa realizada em algumas das principais bases de dados, pode-se constatar somente 134 estudos na *Publisher Medline* (PUBMED), 3 pesquisas na *American Psychological Association* (PsycINFO), e 13 trabalhos na *Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS).

1.1 OBJETIVO

Compreender a situação dos ex-acolhidos pelo SEAFA do município de Içara (SC) que foram reintegrados às suas famílias de origem.

1.2 PRESSUPOSTOS

- a) O processo de reintegração familiar adotado pelo Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras é efetivo e positivo para o bem-estar dos acolhidos;
- b) A reintegração familiar realizada ao grupo de acolhidos contribui para a ressignificação de suas histórias familiares e sua construção como indivíduo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O enfoque desse estudo está principalmente nos sistemas familiares e no impacto que esses diferentes sistemas podem ter na formação do indivíduo que se encontra em situação de vulnerabilidade social e desproteção. O referencial teórico da presente pesquisa foi construído de modo a apresentar os principais conceitos de diferentes autores no que se refere aos temas: sistemas familiares; “acolhimento familiar; família acolhedora e; proteção social especial de alta complexidade.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Antes de aprofundar em tais temáticas, será apresentado uma breve revisão do contexto histórico acerca do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, os quais podem ser interpretados como fatos e consequências em “uma multiplicidade de tempo que se embaralham e se envolvem uns nos outros.” (FOUCAULT, 2000, p. 293). Pois, a construção das políticas sociais voltadas para as crianças e adolescentes no Brasil são marcadas por diferentes contextos nos quais fatores históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos influenciaram diretamente em sua causa e/ou em suas consequências (MACHADO; LAVRADOR, 2010).

Nas fases iniciais de sua vida, a criança requer que alguém a auxilie na construção de seu desenvolvimento autônomo e essa responsabilidade geralmente recai sobre os genitores. Entretanto, esse cuidado pode ser exercido por outros sujeitos que irão suprir as necessidades basais desta criança. Como uma complexa teia, crianças, pais ou substitutos constroem importantes e dinâmicos vínculos que asseguram ao menor substratos para sua jornada física e emocional (BOWLBY, 1988; DOLTO, 1991, SPITZ, 2000).

Toda criança é dotada de necessidades fisiológicas e que deverão ser satisfeitas, principalmente no tocante a alimentação e ao conforto (BRUM; SCHERMAN, 2004). Deste modo, o bebê, de forma espontânea, busca na figura humana, geralmente a mãe, a satisfação de seus desejos.

Na continuidade, estes autores, mencionam o psicanalista René Spitz que, enquanto trabalhava em um orfanato, notou que os bebês que eram adequadamente alimentados e vestidos, porém o afeto não lhes era dedicado, apresentavam dificuldades na sua evolução. Inapetentes, com o peso abaixo do desejado e, no decorrer deste desenvolvimento, o interesse em se relacionar era abandonado. Por fim, conclui-se que a ausência de cuidadores e de afeto se tornam primordiais no desenvolvimento humano.

Ainda que haja essa evidenciada carência nos bebês, o abandono de indivíduos nessa faixa etária ainda hoje ocorre, bem como aconteceu em todas as civilizações, sendo prática aceita em algumas fases da história, como os hebreus no Antigo Testamento (MARCÍLIO, 1998).

As crianças de famílias pobres, crianças que nasciam com alguma deformação física ou eram frutos do adultério, conservam certa intimidade com outras épocas e civilizações no quesito abandono (VALENTE, 2013). Desse modo, o abandono de crianças nessas situações, juntamente com a prática do aborto e até mesmo o infanticídio, eram situações comuns em muitas civilizações antigas, sendo que atualmente vem aumentando o número de crianças abandonadas (SANTOS, 2010).

No Brasil, referente ao abandono, os registros mostram que as famílias, igreja e o Estado falharam na proteção às crianças tornando complexa a sua sobrevivência após abandono. Pois, “historicamente nenhuma modalidade assistencial garantiu às crianças abandonadas brasileiras formas de amparo que permitissem a inscrição de um nome próprio para si e de um lugar que pudessem chamar de seu.” (SILVA; CALEIRO, 2012, p. 123). Considerando tal afirmação, na sequência, buscar-se-á resgatar o contexto histórico e as medidas protetivas adotadas para a solução dessa problemática (SILVA ALVES, 2001).

2.1.1 Período assistencial-caritativo [1554 - 1874]

A assistência a crianças nesse período foi constituída por fatores culturais de cunho religioso voltados para a educação básica de crianças indígenas pelos jesuítas que, além de ensinar as crianças a ler, escrever e contar, davam-lhes uma formação religiosa (RIZZINI, 2004; SILVA ALVES, 2001). Ademais, no Brasil, durante o período colonial (1500-1822) havia a necessidade de abrigos para as

crianças que eram deixadas dentro de cestinhas na porta das casas de famílias, e para aquelas que perambulavam pelas ruas do país. Então, foi implantado aqui, o sistema da Roda dos Expostos (CARVALHO, 2006).

A história da infância pobre em nosso país se caracteriza pela institucionalização; desde o período colonial, esta é a forma de enfrentar os deserdados da sorte, colocando-os fora do convívio social, e hoje a realidade são as instituições de acolhimento. De maneira informal, o acolhimento de filhos de outras pessoas é uma atividade muito antiga no país e, de forma muito próxima eram cuidados por familiares extensos [avós, tios, irmãos, entre outros] ou, na falta destes, pessoas amigas ou que compartilhavam um grau de intimidade com os pais naturais [padrinhos, compadres] (CABRAL, 2004).

Com origem na Europa Medieval, a Roda dos Expostos foi uma influência das rodas existentes nos mosteiros medievais, que admitiam crianças para serem criadas para a vida religiosa e servirem a Deus, e de forma direta ligada a alguma Ordem, neste caso, as Santas Casas de Misericórdia. A Roda dos Expostos é estabelecida no Brasil, na cidade de Salvador na Bahia (BA), no ano de 1726, no Rio de Janeiro (RJ) é instalada a segunda roda em 1738 e, desta forma, foram sendo construídas em diversas cidades brasileiras. Foram criadas 13 Rodas dos Expostos no Brasil (TORRES, 2006; MARCÍLIO, 1997).

A roda era bipartida ao meio por uma divisória e era fixada no muro ou na janela da instituição religiosa. No espaço eram colocadas as crianças abandonadas. Feito isto, girava-se a roda e, por meio de uma sineta era comunicado que um novo hóspede acabara de chegar e, às escondidas o autor de tal fato se esgueirava no anonimato (DOREA, 2006). No entendimento de Amaral (2012):

Os bebês que ali foram colocados eram órfãos, ou rejeitados por mães solteiras, resultado de “relações adulterinas”, abomináveis para a sociedade daquela época, razão pela qual essas mães não podiam assumir os seus filhos publicamente. Outra parte dessas crianças eram filhos de pais que viviam em condições precárias, não tendo nenhuma perspectiva de vida para criarem seus rebentos. Não havia estímulo para a criança permanecer na família (AMARAL, 2012, p. 95).

Após muitas críticas por parte da área médica em razão de maus tratos às crianças e um alto índice de mortalidade infantil, as instituições caritativas passaram a ser objetos de estudos e controladas de modo mais efetivo pelos higienistas dando início a um novo período (SILVA ALVES, 2001; TRISTÃO, 2015).

2.1.2 Período filantrópico-higienista [1874-1924]

Os fatores que levaram ao período filantrópico-higienista se podem citar, além da atenção das autoridades para o alto registro de mortalidade infantil, o início de um novo sistema político social, o Brasil República (SILVA ALVES, 2001; TRISTÃO, 2015). De acordo com as autoras, tais acontecimentos geraram uma série de debates acerca da responsabilidade do Estado em implantar políticas públicas que protegessem as crianças que, no entendimento de muitos, representavam o futuro da jovem nação. Esse período pode ser considerado o primeiro momento de real preocupação com a população infantil. Isso porque, até então, as rodas dos expostos não tinham o objetivo de proteger as crianças e sim os conflitos morais, religiosos e a pobreza.

Para alguns teóricos, esse foi um “processo de higiene e limpeza social, associado à pobreza e, ao mesmo tempo, a um desejo utópico de uma cidade limpa e saudável, como ideologia elitista.” (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013, p. 210). Essa “limpeza” não fazia menção somente a sanitização, mas também o ordenamento social de classes no qual o foco estavam a população pobre, os deficientes físicos e mentais e os delinquentes. Percebe-se então, que não se trata somente de um tema, a mortalidade infantil, por exemplo, ou da implantação de um novo sistema político. Mas sim de inúmeras problemáticas sócio-histórico-político-cultural-econômico.

Estudiosos como Charles Darwin [1809-1882], Francis Galton [1822-1911] e Herbert Spencer [1820-1903] foram importantes figuras nas fundamentações das teorias da evolução humana como a Teorias Raciais de Darwin e a Eugenia de Galton. Foram estabelecidas diferenças importantes entre as raças fazendo com que fossem classificadas em superiores [branco europeu] e inferiores [negros e índios]. Daí a introdução do processo de Eugenia, fenômeno que trata de promover o desenvolvimento da sociedade por meio de um rígido controle social que prevê a educação, tanto física quanto moral, bem como o tratamento dos indivíduos que não se enquadram dentro dos padrões pré-estabelecidos como por exemplo aqueles que apresentassem “vícios, psicoses, neuroses, ociosidade, ou simplesmente, por ser diferentes na forma de agir ou ser tendo como referência uma norma, um padrão”

(AMORIM; CARDOSO; SANTOS, 2017, p. 210). Como também ocorreu um processo de “higiene mental”, a psicologia teve um grande destaque durante esse período.

2.1.3 Período assistencial [1924-1964]

Esse período nada mais foi do que uma afirmação do movimento higienista, visto que a assistência às crianças ainda se dava de forma filantrópica assegurada pelo Estado, o qual mantinha o controle sanitário e educacional desses indivíduos. Esse controle buscava garantir não a proteção dos menores, mas sim a segurança da sociedade na qual esses sujeitos estavam inseridos. Além disso, a revolução industrial e o sistema capitalista dependiam do ordenamento desse público infanto-juvenil, que deveriam contribuir com o seu trabalho dada a revolução industrial e o sistema capitalista adotado (PEREZ; PASSONI, 2010, p. 655).

Esse controle por parte da área governamental fica claro ao Estado dar início a uma política de proteção à infância², resultando no Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927 que consolida as leis de assistência e proteção a menores. Por meio desse decreto, o Estado estabeleceu, dentre outras, normativas para as crianças abandonadas e delinquentes, trabalho infantil, retirada de guarda dos pais se necessário e punições para crimes e contravenções cometidas por menores (BRASIL, 1927). Isso significa que, além de retirar o poder dos pais sobre os filhos, o Estado regularizou o trabalho infantil e estabeleceu medidas punitivas para aqueles que não respeitassem a ordem. A Figura 1 mostra crianças trabalhando em fábricas de sapatos no início do século 20:

²Em 1920 realizou-se o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, impulsionando a criação de uma agenda sistematizada sobre a proteção social, e passou a ser debatida pela sociedade a regulamentação da assistência e proteção aos “menores abandonados” e “delinquentes” [...].” (PEREZ; PASSONI, 2010, p. 655).

Figura 1 – Trabalho de crianças em fábrica de sapatos no início do século 20



Fonte: Westin (2015, p. 4).

Entre 1907 e 1912, das 16 mil pessoas presas no Rio de Janeiro (RJ), 1,5% eram de indivíduos de até 15 anos e 14,9% de jovens entre 16 e 20 anos (WESTIN, 2015, p. 4).

2.1.4 Fase institucional [1964-1990]

A fase institucional, resgata-se a teoria de que tudo depende de fatos e suas possíveis consequências. Prova disso é que a primeira medida protetiva implantada no Brasil foram as Caixas de Pensão de Eloy Chaves por meio do Decreto-Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923 que privilegiou por meio da seguridade social somente os trabalhadores ferroviários, excluindo o restante da população (BRASIL, 1923).

Em uma análise histórica das políticas públicas brasileiras, consta-se que a intenção do Estado, em um primeiro momento, não foi o de promover à sociedade uma proteção social, mas garantir que a classe trabalhadora continuasse a desempenhar o seu papel dentro do sistema capitalista. A implantação de políticas públicas resultou do descontentamento da classe operária que, com a chegada da revolução industrial, iniciou um intenso movimento social para conseguir manter as suas necessidades básicas, iniciando o que se chamou de *Welfare State* ou o Estado de Bem-Estar Social (BENEVIDES, 2011; DRAIBE, 2015).

As origens do Estado de Bem-Estar são importantes no sentido de compreender como tiveram inícios as primeiras medidas sociais protetivas e as razões que as impulsionaram. Pois, é necessário o entendimento de que o capitalismo está diretamente relacionado às polícias públicas, visto que “[...] à

compreensão de um Estado comandado pelos interesses do capital, no qual a gestão deste fundo público favorece, primeiramente, ao atendimento das demandas de acumulação capitalista [...].” (SILVA, 2012, p. 17). Em outras palavras, não significa que o Estado se tornou mais sensível às necessidades da população e sim foi forçado a estabelecer condições mínimas de vida para a classe operária.

Quanto aos marcos teóricos específicos para a infância se deram somente em 20 de novembro de 1959 com a Declaração dos Direitos da Criança. Contudo, foi em 20 de novembro de 1989 durante a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que foram considerados como direitos fundamentais a todos os indivíduos que ainda não completaram 18 anos: “[...] independente de onde more, como e com quem viva, da condição de deficiência, da religião, do gênero, da cor\raça\etnia, ou qualquer diferença.” (CEDECA-CE, 2007, p. 8).

2.1.5 Período de desinstitucionalização [1990 em diante]

A década de 90 foi marcada pelos resultados do momento popular empreendido pela população que lutaram durante toda a década de 80 pelo fim da ditadura militar instaurada desde 1964 e para a instituição de direitos básicos para toda a população. Esse movimento se deu juntamente com as discussões da Constituição Federal (CF) de 1988 que determinou a participação popular na construção das políticas públicas e reiterou os direitos humanos e também os direitos da criança e dos adolescentes (BRASIL, 1988; CEDECA-CE, 2007).

Em meio a toda essa revolução política administrativa, é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio da Lei Federal nº 8.069. Por ser um dos principais alicerces teórico dessa pesquisa, o Estatuto da Criança e do Adolescente será discutido de forma mais aprofundada no item 2.3 que trata da Política Nacional de Assistência Social.

É importante pontuar que no contexto histórico, vários documentos regulatórios aqui mencionados (Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre outros que serão apresentados nos capítulos seguintes (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social) dão a instituição familiar um papel de destaque dentro das políticas socioassistenciais (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990a; BRASIL, 1993; BRASIL, 2004).

Com esse panorama, no próximo item, é fundamental discorrer sobre a relevância que a família tem na construção do indivíduo e também identificar as mudanças ocorridas nas composições familiares, bem como a razão das políticas públicas serem centralizadas na instituição familiar.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DO INDIVÍDUO

O termo família, tradicionalmente, era usado para definir um sistema estruturado no qual um grupo de pessoas [pai, mãe e filhos] convivem, com papéis bem definidos dentro de uma hierarquia na qual a autoridade é centralizada nas figuras paternas [pai e mãe], especialmente no pai, a qual também se identificava como família patriarcal ou legítima (OSÓRIO; VALLE, 2009).

O patriarcalismo há de ser considerado uma vez que, nos arranjos familiares, “as regras de comportamento, os sistemas de educação e punição foram definidos em função do poder, autoridade e supremacia masculina.” (DINIZ; COELHO, 2005, p. 152). Para as autoras, os sistemas familiares se apresentam de formas diversas hoje, como sempre se apresentaram.

Para muitos teóricos, o conceito de família sofreu alterações com o tempo e, atualmente não é fácil conceituar o termo família de modo que atenda todas as expectativas (DIAS, 2011). Pois, “de certa forma, a própria definição de família está em questão, já que o modelo familiar no qual o pai sai para trabalhar e a mulher fica em casa, dedicada ao lar e aos filhos, parece estar, como vimos, em vias de extinção.” (JABLONSKI, 2005, p. 95). Hoje, o conceito de família vai muito além do antigo arcabouço representado pelos genitores e sua prole, “mas qualquer outro arranjo formado não somente por consanguinidade e função reprodutora e heterossexualidade.” (MACEDO, 2009, p. 61). Já para a PNAS a família “é o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade.” (BRASIL, 2015, p. 2).

Nesse mesmo viés a família pode ser entendida como estruturas organizadas e movidas por “afeto, amizade, afinidade, responsabilidades compartilhadas, contratos de união civil ou religiosa independentemente do sexo dos parceiros, de filhos consanguíneos, de formação de um casal [família monoparental], entre outros.” (OSÓRIO; VALLE, 2009, p. 62). Isso porque a família “é o elemento

mais firme, mais seguro e mais estruturante da personalidade dos seus membros.” (DIAS, 2011, p. 154).

Além de um sistema, a família também pode ser um lugar que forma e influencia diretamente no processo de construção dos indivíduos. Visto que, “a família é originalmente o lugar onde o homem se encontra inserido por nascimento ou adoção e nela desenvolve, através das experiências vividas, sua personalidade e seu caráter.” (MALUF, 2010, p. 4).

A relevância da influência da família para o desenvolvimento dos sujeitos sustenta-se como: “[...] local privilegiado para a formação do caráter dos filhos, sendo que os adultos desempenham um papel decisivo no pleno desenvolvimento das capacidades, atitudes e valores que sustentam as competências do sistema como um todo.” (DIAS, 2011, p. 154).

Cabe destacar que, para a PNAS, a família “caracteriza-se como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, sendo a família a base fundamental no âmbito da proteção social.” (BRASIL, 2015, p. 2).

Nessa esteira, considerando a família como o primeiro e o mais importante meio de proteção e cuidado para os indivíduos, é preciso discorrer sobre as principais alterações ocorridas nas configurações familiares ao longo dos tempos. Como mencionado, o modelo de família patriarcal prevaleceu por muito tempo. Contudo, as mudanças econômicas causadas pela revolução industrial acabaram influenciando nas estruturas das instituições familiares, como se expõem no item a seguir.

2.2.1 As novas configurações familiares

Entre as principais causas das alterações nas configurações familiares estão algumas questões econômicas e de gêneros. Como, por exemplo, a emergência da revolução industrial que causou uma necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, enfraquecendo o poder que a figura masculina representava dentro da família.

A introdução das mulheres no mercado de trabalho, aos poucos, gerou certa independência financeira, resultando também em uma maior liberdade em relação a sexualidade. Já que, tendo condições de garantir o seu sustento,

teoricamente, as mulheres garantiram também o direito de optar por desempenhar outros papéis dentro da sociedade que somente aquele de esposa e mãe. Tais mudanças somente foram possíveis graças a capacidade flexível da instituição familiar que sempre vai se adequando às demandas sociais que se apresentam (HINTZ, 2007).

Ao analisar o entendimento de família na Constituição Federal de 1988 (Art. 226), “a família é traduzida como uma comunidade de afeto, usando a locução da psicanálise, locus do desenvolvimento e amparo da pessoa; é uma instituição a serviço da formação e bem-estar da pessoa e não o contrário.” (MENEZES, 2008, p. 120). Para a autora, existe uma liberdade das pessoas para a formação de uma instituição familiar que varia de acordo com as questões socioculturais. Com isso, os indivíduos não necessariamente devem se enquadrar em um dos modelos familiares propostos, mas sim, que as estruturas familiares se adequem as novas demandas resultantes das opções feitas pelas pessoas na construção de suas famílias. Isso porque “a família promove o desenvolvimento da personalidade dos seus membros e o planejamento familiar é da livre decisão da pessoa.” (MENEZES, 2008, p. 120).

É importante registrar que na Constituição Federal e no Código Civil, são apontadas somente três modalidades de composição familiar: a) família matrimonial: aquela constituída por união legal; b) família formada por união estável: possui a mesma constituição da família matrimonial sem, no entanto, haver a legalização do ato e; c) família monoparental: que consiste na formação familiar com apenas um dos genitores e seus filhos (MENEZES, 2008; MALUF, 2010).

Ainda que exista essa previsão legal para os tipos de famílias, “com ênfase na função humanizante e no afeto, outros modelos de organização familiar poderão ser considerados destinatários da proteção constitucional.” (MENEZES, 2008, p. 120). Nesse prisma, podem ser incluídos outros modelos de famílias: a) família homoafetiva: formada por pessoas do mesmo sexo; b) família anaparental: neste modelo de família estão excluídos a figura dos pais, sendo constituída por laços de afetividades, independente de ou não de haver relações de parentescos e; c) família concubinária ou paralelas: são famílias formadas por relações não previstas na legislação e que não são reconhecidas/aceitas como união estável.

Esses últimos modelos de famílias citados se mostram bem distintos do modelo de família nuclear tradicional. Aquela constituída por meio de união legal de heterossexuais, permanente e com exclusividade sexual; composta por pai, mãe e

filhos; na qual o homem é responsável pelo sustento da família e também é a figura da autoridade máxima (CARNUT; FAQUIM, 2014).

Este modelo de família nuclear tradicional pode muito bem ser representada pela denominação de família patriarcal. Que é o típico modelo de família da época da colonização do país, formada pelo pai [patriarca], figura que representava a autoridade do núcleo, pela mãe, filhos e netos. Apesar do modelo patriarcal ser o predominante nessa época, sempre existiu estruturas familiares distintas que eram influenciadas de acordo com a variedade dos grupos sociais e também de acordo com a localização em que essas famílias estavam inseridas (ALVES, 2009).

No que tange as uniões homoafetivas, ressalta-se que essas uniões sempre existiram, mas não eram reconhecidas como famílias pela igreja e tampouco pela legislação. Até pouco tempo, o Estado não garantia as pessoas do mesmo sexo os direitos concebidos aos casais heterossexuais em união legal (DIAS, 2005).

Na prática, o reconhecimento da união homoafetiva no Brasil aconteceu no dia 05 de maio de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) votou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e, aprovou por unanimidade o entendimento da união homoafetiva [equivalente a união estável], estabelecido no Art.1º da Lei Nº 9.278, de 10 de maio de 1996: “É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, **de um homem e uma mulher** [grifo meu], estabelecida com o objetivo de constituição de família.” (BRASIL, 1996, p. 1). Não houve, no entanto, a alteração do texto trazido na lei, mas sim, uma nova interpretação desse texto, de modo acompanhar as evoluções e/ou adequações da sociedade no que diz respeito a instituição familiar.

Existe ainda as relações de coparentalidade, termo utilizado para identificar a **função** que depende do “desejo mútuo entre os cuidadores principais de proporcionar segurança, proteção, suporte emocional e físico das necessidades da criança ao longo do seu crescimento, independentemente do tipo de laço relacional.” (BÖING; CREPALDI, 2016, p. 20).

Todas essas novas configurações familiares expressam a readequação da sociedade causadas por distintas realidades em que esses sujeitos estão inseridos, ainda que alguns fatores carecem de um tempo maior para mudar. Pois, “apesar de todas as transformações, a nova família conjugal conserva traços típicos

da família anterior: o de controlar a sexualidade feminina e preservar as relações de classe.” (OLIVEIRA, 2009, p. 65).

Identificados os principais modelos de instituições familiares, é preciso conhecer a extensão da influência que os padrões familiares exercem, tanto positiva quanto negativamente, na construção das crianças e adolescentes enquanto sujeitos.

Um estudo bibliográfico realizado em 2008 analisou o impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Os resultados apontaram que a maioria das pesquisas não apresentaram diferenças significativas no desenvolvimento de crianças e adolescentes em relação a variação na configuração familiar. Porém, “entre os estudos que identificaram mudanças e consequências significativas, houve um predomínio das negativas em relação às positivas, o que faz pensar na estigmatização de configurações diferentes da família nuclear.” (OLIVEIRA; *et al.*, 2008, p. 87).

Outra importante pesquisa mostrou a percepção de adolescentes em relação as novas configurações familiares, o qual concluiu que, “apesar de inicialmente demonstrarem aceitação em relação aos novos arranjos familiares, suas falas foram contraditórias, indicando uma visão mais conservadora e tradicional de família.” (FACO; MELCHIORI, 2009, p. 133). Contudo, o estudo revelou ainda que há um alto grau de satisfação desses adolescentes por ser parte da instituição familiar. Esse é um dado extremamente relevante, já que as políticas públicas de assistência social no Brasil são centralizadas nas famílias, como será apresentado no próximo item.

2.2.2 A centralidade das políticas públicas na família

Na PNAS a família é considerada o núcleo de primeiro apoio para os indivíduos e isso, entre outras coisas, fez com que a PNAS centrasse suas ações na instituição familiar. Desse modo, uma das diretrizes da PNAS é justamente a “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.” (BRASIL, 2005, p. 33). O fato de as políticas públicas de ações sociais estarem voltadas para a família não necessariamente exclui a previsão da assistência social visando o indivíduo. Essa projeção na família talvez se deva ao fato de que a proteção social deve garantir “segurança de sobrevivência (de

rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.” (BRASIL, 2005, p. 31).

O artigo intitulado “A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate”, apresenta duas vertentes sobre o assunto. Uma vertente de defesa dessa centralidade, pois, entende a instituição familiar como principal núcleo de cuidado e proteção, sendo assim percebida e promovida pelas políticas sociais. Por outro lado, existe o entendimento que a “capacidade de cuidado e proteção da família estão diretamente relacionadas ao cuidado e à proteção que lhes são garantidos através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas.” (MIOTO, 2004, p. 1).

É sabido que o público alvo das políticas socioassistenciais são as pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos que podem variar de um território para outro, sendo essa uma das razões das políticas socioassistenciais serem territorializadas.

Quanto as características das famílias alvo de intervenções socioassistenciais, para ilustrar essa temática, encontrou-se inspiração no estudo de Verônica Gonçalves Azeredo (2012) intitulado “Famílias nas “Terras de Custódio” Itinerários de Proteção Social.”, no qual a autora considerou questões acerca do bairro, da casa, da família, do trabalho e de mecanismos de proteção formais e informais para identificar o perfil socioeconômico das famílias pesquisadas. Pois, além de inspirar uma estrutura de análise do presente estudo, os achados de Azeredo podem tranquilamente representar o perfil da maior parte das famílias que compõem o alvo da política pública de assistência social.

Isso esclarecido, analisa-se os resultados do estudo de Azeredo (2012), os quais mostraram tratar de famílias que vivem em localidades que apresentam alguma infraestrutura com alguns serviços públicos essenciais. Como, por exemplo, o abastecimento de água e energia, mas que carece de um sistema de esgoto. Possui escola e unidade de saúde, mas que oferece uma educação de má qualidade, além de possuir alta concentração de pobreza, segregação socioespacial e alto índices de violência e tráfico de drogas.

Sobre esse estudo, um ponto importante registrar em relação ao bairro é que, apesar de todas essas problemáticas sociais, “para os que ali nasceram e cresceram e também, os que chegaram depois, o nível de satisfação com o bairro é elevado (78%), [...] apesar destas, reconhecerem os riscos e a falta de recursos do

lugar.” (AZEREDO, 2012, p. 217). Com relação a arquitetura das casas, os pesquisados demonstraram insatisfação com as estruturas inacabadas, má conservadas, propícias de um ambiente pobre e insalubres, mas que proporcionaram a oportunidade desses indivíduos permanecer nesse bairro, local onde constituíram suas relações sócio comunitárias e familiares.

Quanto ao modelo familiar, o estudo encontrou tanto o modelo de familiar nuclear, extenso e monoparental de chefia feminina. O destaque que a autora faz quanto a estruturação familiar é que essa tende a se reconfigurar ao longo do tempo:

O fato é que a família muda com o tempo e o tempo muda a família e foi através desse movimento que se identificou simultaneidades e diferenças entre os percursos das personagens e alguns dos mecanismos que as tornam mais ou menos vulneráveis. Dentre estes mecanismos, verificou-se o quanto o ciclo familiar influencia nas condições de vida de seus membros, suscitando investimento diferenciado, em termos de recursos/ativos a ser mobilizados, principalmente, nos períodos de infância dos filhos e em situações do tipo gravidez precoce, separações, recasamentos. A noção do homem como — esteio da família, emerge para a mulher, como expectativa de uma vida mais — amparada por meio do casamento ou — ajuntamento, que a grosso modo, pode ser comparada, a um emprego. A ruptura com tal relação assemelha-se ao sentimento que o desemprego tem para o homem, quando este assume o papel de provedor (AZEREDO, 2012, p. 219-220).

São justamente variáveis como essas que faz com que as políticas públicas de assistência social repousem sua atenção às famílias monoparentais que, em sua maioria, assim como no estudo supracitado, é composta por chefia feminina. Ao encontro dessa premissa, o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), reconhece que ocorreram sim importantes transformações nas famílias no Brasil e, uma delas está na figura de referência dessa família, que para as ações sociais, está preferencialmente na mulher (BRASIL, 2005).

Esse reconhecimento da mulher enquanto figura de referência da família ao mesmo tempo que oferece uma expectativa positiva [considerando a teoria de uma mais intensidade de vínculo entre os filhos com a figura materna e também a valorização da mulher dentro do núcleo familiar] e também negativa [levando-se em conta que a centralidade das ações socioassistenciais na mulher automaticamente lhe acarretam maior responsabilidade, sobrecarregando-a ainda mais].

Quanto ao mercado de trabalho e rendimento, o perfil dos pesquisados por Azeredo (2012) repetem uma tendência nacional na qual, fatores como baixa escolaridade e escassez de oportunidades, direcionam as crianças e adolescentes a reprodução do ciclo de pobreza. Essa repetição de condições de vida,

consequentemente resultam em uma eterna dependência dos indivíduos da proteção social, visto que a promoção social nem sempre produz resultados palpáveis no que se refere a quebra do ciclo de riscos e vulnerabilidades sociais. Essa realidade não necessariamente precisa ser vista como algo negativo, mas sim como algo em construção se considerada a trajetória das políticas nacionais de proteção e promoção da infância, uma das mais importantes para a quebra dos ciclos negativos de vulnerabilidades sociais, como veremos a seguir.

2.3 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Um dos primeiros marcos legais que traz os cidadãos como seres de direitos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução 217-A III da ONU, de 10 de dezembro 1948 (ONU, 1948).

O objetivo desse documento foi o de estabelecer um ideal comum, entre todos os países, de promoção dos direitos básicos que todo ser humano deve ter, como por exemplo o direito à liberdade, a dignidade e a igualdade. Entretanto, nesse documento, a única menção específica para a infância está no Artigo 25º parágrafo 2, “A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social.” (ONU, 1948, p. 6). Isso significa que, em um dos maiores acordos internacionais as crianças e os adolescentes foram tratados em iguais condições aos adultos, sem serem consideradas às suas particularidades.

No entanto, onze anos depois, no dia 20 de novembro de 1959, foi pactuada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, aqui entendidos como sendo todos os seres que ainda não completaram 18 anos. Além dos direitos básicos dispensados a todos os seres humanos, nesse acordo se buscou garantir os direitos da criança com um olhar diferenciado, de modo a atender as suas especificidades, como se percebe abaixo (UNICEF, 1959, p. 1-3):

- a) As crianças têm direito à igualdade, sem distinção de raça religião ou nacionalidade;
- b) Direito à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social;

- c) Direito a um nome e a uma nacionalidade;
- d) Direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para a criança e a mãe;
- e) Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente;
- f) Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade;
- g) Direito à educação gratuita e ao lazer infantil
- h) Direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes;
- i) Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho;
- j) Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

No Brasil, o principal marco regulatório foi estabelecido com Constituição Federal de 1988 que, além de estabelecer princípios fundamentais, estabeleceu direitos e garantias [sociais e políticos], a organização político-administrativa [organização pública, organização dos poderes e das finanças públicas], e a seguridade social [saúde, previdência e assistência social]. A proteção à infância na Carta Magna está explícita na Seção IV – Da Assistência Social – Art. 203, 208, 226 e 227, sendo este último já mencionado anteriormente (BRASIL, 1988).

Já no ano de 1989, por meio da Resolução nº L. 44 (XLIV) da ONU, de 20 de novembro de 1989, é proclamada a Convenção dos Direitos da Criança, considerado o maior acordo internacional de todos os tempos, sendo ratificada por 196 países (UNICEF, 1989; MACEDO, 2015).

Após uma árdua luta por variadas classes da sociedade, a Convenção dos Direitos da Criança pode ser entendida como “o culminar de todo um processo de reconhecimento da infância e dos seus direitos.” (MONTEIRO, 2006, p. 147). A diferença entre a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção dos Direitos da Criança de 1989 é que a segunda se configurou com valor de lei internacional. Portanto, além de possuir muito mais artigos, foi “[...] mediante os desígnios convencionais de 1989 é que adquirem um verdadeiro estatuto jurídico e libertador.” (MONTEIRO, 2006, p. 2).

Outro marco importante para a proteção integral voltadas especificamente para as crianças e os adolescentes foi sancionada por meio da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispôs sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e deu outras providências (BRASIL, 1990a). Muito mais do que uma nova concepção

da infância e juventude, o ECA “centralizou questões antes esparsas na legislação [como a adoção que se encontrava no Código Civil] e regulou as questões afeitas ao tratamento jurídico de crianças [...]” (CHAVEIRO MARTINS, 2016, p. 34).

O autor é preciso em sua colocação no que toca a centralidade dos temas voltados para a infância, visto que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõem dos direitos fundamentais [à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade]; dispõem também do que as crianças e os adolescentes têm do direito à convivência familiar e comunitária seja na família natural ou família substituta [guarda, tutela, adoção]; direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer e ainda aos direitos relacionados a profissionalização e à proteção no trabalho.

O ECA reúne ainda todas as normativas referentes as entidades específicas da infância e seu atendimento em sua totalidade, seja na prevenção e/ou na promoção (BRASIL, 1990a). Nesse mesmo ano, por meio do Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, é promulgada no Brasil a Convenção sobre os Direitos da Criança, pactuada pela Organização das Nações Unidas em 1989 (BRASIL, 1990b).

Depois de três anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Convenção dos Direitos da Criança no Brasil, é sancionada a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (BRASIL, 1993).

A LOAS, em seu Art. 1º deixa claro que a assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado, visto que é uma “Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL, 1993, p. 1).

O quadro 1 apresenta os principais marcos regulatórios que influenciaram os caminhos da proteção social no Brasil. A construção deste quadro, nasceu no decorrer desta pesquisa, para uma melhor visualização das políticas construídas.

Quadro 1 – Marcos legais e regulatórios das políticas de proteção à infância

1948 Resolução 217-A III da ONU, de 10 de	1948	Internacional	Estabelece como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações que, por meio do ensino e da	ONU (1948, p. 1)
---	------	---------------	--	------------------

dezembro de 1948 – Declaração universal dos Direitos Humanos.			educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.	
Resolução 1386 (XIV) da ONU, de 20 de novembro de 1959 – Declaração Universal dos Direitos da Criança	1959	Internacional	Estabelece como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações que, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição, no que diz respeito à Declaração Universal dos Direitos da Criança.	UNICEF (1959)
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	1988	Nacional	Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de um sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgados, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República do Brasil.	BRASIL (1988, p. 1)
Resolução n.º L. 44 (XLIV) da ONU, de 20 de novembro de 1989	1989	Internacional	A Convenção sobre os Direitos da Criança é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 196 países. Somente os Estados Unidos não ratificaram a Convenção, mas sinalizaram sua intenção de ratificar a Convenção ao assinar formalmente o documento. Ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990.	UNICEF (1989, p. 1)
Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990	1990	Nacional	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	BRASIL (1990a, p. 1)
Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990	1990	Nacional	Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança.	BRASIL (1990b, p. 1)
Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993	1993	Nacional	Lei Orgânica da Assistência Social que, dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras	BRASIL (1993)

			providências.	
Resolução Nº 145, de 26 e outubro de 2004 do CNAS	2004	Nacional	Aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)	BRASIL (2004)
Resolução Nº 1, de 13 de dezembro de 2006, do CONANDA e CNAS	2006	Nacional	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária	BRASIL (2006)
Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, CONANDA e CNAS	2009	Nacional	Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	BRASIL (2009a)

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

A LOAS é considerada a lei maior em se tratando de assistência social no país, estruturando no âmbito socioassistencial as definições, objetivos, princípios, diretrizes, a organização, a gestão, as formas de benefícios [benefício de prestação continuada e benefícios eventuais], os serviços, os programas e dos projetos de assistência social, a forma de financiamento da assistência social, entre outras disposições gerais e transitórias (BRASIL, 1993).

2.3.1 Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica

Esse foi o caminho legislativo percorrido, desde a época do Brasil colônia até o ano de 2004, quando foi publicada a Resolução Nº 145, de 26 e outubro, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que aprova a PNAS (BRASIL, 2004). Por ser um documento orientador, a PNAS é uma importante fonte de embasamento teórico quando se trata de políticas públicas socioassistenciais. Isso porque a PNAS determina os princípios, as diretrizes, os objetivos e quais são os usuários da assistência social. Em outras palavras, a PNAS é a forma de materialização das diretrizes da LOAS (GUIMARÃES, 2007).

Entre os princípios da PNAS estão a prestação da assistência social e não o lucro; a universalização dos direitos; respeito à dignidade dos indivíduos; a igualdade de direitos e; a ampla divulgação dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado. Quanto as diretrizes da PNAS, essas estão ancoradas na Constituição Federal de 1988, como por exemplo a descentralização político-administrativa; a participação popular; a responsabilidade do Estado na condução das políticas

públicas socioassistenciais e; a oferta dos serviços centrados na família (BRASIL, 2004).

Quanto aos objetivos, a Política Pública de Assistência Social estabelece que é dever do Estado ofertar de acordo com as necessidades da sociedade serviços e programas de proteção [básica ou especial]. As políticas socioassistenciais também devem ser estruturadas de modo a atender todos os indivíduos, onde esses se encontrarem, de acordo com suas necessidades. Já o terceiro objetivo da PNAS é o de “Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, 2004, p. 33). Ressalta-se o destaque dado pelo Estado para a instituição familiar em todas as suas regulamentações.

Essa centralidade das ações do Estado na família, como supracitado está nas diretrizes e nos objetivos da PNAS. Do mesmo modo que a constituição federal também o faz em seu Art. 226 “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.” (BRASIL, 1988, p. 94). Ainda que as políticas socioassistenciais estejam centradas na família, o público alvo da PNAS são:

Constituem o público usuário da Política de Assistência Social cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

A população que compõem o público alvo da PNAS é atendida dentro de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS funcionando em moldes muito parecido e também muito próximo do Sistema Único de Saúde (SUS), como retrata o tópico a seguir.

2.3.2 O Sistema Único de Assistência Social

Para que a PNAS se tornasse realmente efetiva, foi necessário a estruturação de uma normatização de funcionamento. Assim sendo, por meio da Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), aprovou a Norma Operacional Básica da Assistência Social

(NOB/SUAS). A principal função da NOB/SUAS é a de regulamentar a “disciplina a operacionalização da gestão da Política de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988, a LOAS e legislação complementar aplicável nos termos da Política Nacional de Assistência Social de 2004.” (BRASIL, 2005, p. 84).

Ao se debruçar sobre o caminho trilhado pela proteção social no Brasil, percebe-se que, além de seguir a tendência mundial no que se refere ao desenvolvimento industrial e a instituição de direitos humanos básicos, todas as regulamentações da assistência social se deram em decorrência dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

Antes disso, a Lei nº 525, de 1 de julho de 1938, criou o Conselho Nacional de Serviço Social; a Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 instituiu a Lei Orgânica da Previdência Social; a Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974 criou o Ministério de Previdência e Assistência Social; o Decreto nº 75.508, de 18 de março de 1975 regulamentou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social e; a Lei nº 6.887, de 10 de dezembro de 1980, Altera a legislação de Previdência Social (BRASIL, 1938; 1960; 1974; 1975; 1980). O quadro a seguir detalha a trajetória da Assistência Social no Brasil antes e depois da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Quadro 2 – Trajetória da Assistência Social no Brasil

Criação do Conselho Nacional de Serviço Social	Lei Orgânica da Previdência Social	Criação do Ministério de Previdência e Assistência Social	Regulamenta o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social	Altera a legislação de Previdência Social	Promulgação da Constituição Federal da República do Brasil
1938	1960	1974	1975	1980	1988
Lei nº 525, de 1 de julho de 1938	Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960	Lei nº 6.036, de 1º de maio de 1974	Decreto nº 75.508, de 18 de março de 1975	Lei nº 6.887, de 10 de dezembro de 1980	Constituição Federal 1988
→	→	→	→	→	→
Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de deficiência	Estatuto da Criança e do Adolescente	Lei Orgânica da Saúde	LOAS	I Conferência Nacional de Assistência Social	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
1989	1990	1990	1993	1995	1996
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990	Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990	Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993	Portaria nº 2.233, de 7 de julho de 1995	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996
→	→	→	→	→	→
II Conferência Nacional de Assistência Social	Política Nacional de Saúde Mental	III Conferência Nacional de Assistência Social	Política Nacional do Idoso	IV Conferência Nacional de Assistência Social	Criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
1997	2001	2001	2003	2003	2004
Portaria nº 4.251, de 24 de novembro de 1997	Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001	Portaria nº 909, de 30 de março de 2001	Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994	Portaria nº 262, de 12 de agosto de 2003	Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004
→	→	→	→	→	→
V Conferência Nacional de Assistência Social	NOB/SUAS	Lei Orgânica da Segurança Alimentar	NOB/SUAS Recursos Humanos	VI Conferência Nacional de Assistência Social	VII Conferência Nacional de Assistência Social
2005	2005	2006	2006	2006	2008
Resolução CNAS nº 111, de 14 de junho de 2005	Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005	Lei nº 11.346, de 16 de setembro de 2006	Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006	Portaria nº 292, de 30 de agosto de 2006	Portaria Conjunta MDS/CNAS nº 1, de 4 de setembro de 2008
→	→	→	→	→	→
Programa Nacional de Inclusão de Jovens	VIII Conferência Nacional de Assistência Social	IX Conferência Nacional de Assistência Social	Estatuto da Juventude	X Conferência Nacional de Assistência Social	Cria o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
2008	2010	2012	2013	2015	2016
Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008	Portaria MDS/CNAS nº 1, de 17 de dezembro de 2010	Portaria Conjunta MDS e CNAS nº 3, de 17 de dezembro de 2012	Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013	Portaria Conjunta MDS e CNAS nº 1, de 9 de fevereiro de 2015	Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016
→	→	→	→	→	→

: Dados da Pesquisa (2020).

Fonte

Portanto, a LOAS, posteriormente a PNAS, a NOB/SUAS, são consequências desses direitos constitucionais. Todo esse aparato legal culminou no SUAS que é “um sistema público não-contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.” (BRASIL, 2005, p. 86).

Em relação ao financiamento da PNAS, esse fica a cargo dos entes federativos [Municípios e Distrito Federal, Estados e União] dentro de um sistema descentralizado e participativo, sendo fiscalizado pelo controle social previsto e exercido pelos conselhos de assistência social referentes a cada instância. No âmbito federal a gestão financeira é de responsabilidade do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), sendo esse fiscalizado pelo CNAS. Nos estados e no Distrito Federal (DF), a gestão do orçamento fica a cargo do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), o qual é fiscalizado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS). Já nos municípios, a gestão financeira do SUAS é realizada pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), controlado pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) (BRASIL, 2005).

Como visto, a PNAS tem a função de prestar a todos os indivíduos “a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais.” (BRASIL, 2005, p. 90). Essa proteção se dá por meio de uma rede socioassistencial composta por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios de prestação continuada, benefícios eventuais e transferência de renda.

A gestão dessa rede se dá de forma descentralizada, sendo compartilhada entre os municípios e o Distrito Federal, os estados e a União. Nos municípios, essa gestão pode ser classificada como Gestão Inicial, Gestão Básica ou Gestão Plena. Quando o município não está habilitado em um desses modelos citados “a gestão dos recursos federais destinados ao cofinanciamento das ações continuadas de Assistência Social são de responsabilidade do Gestor Estadual.” (BRASIL, 2005, p. 104). A gestão da Assistência Social é realizada por meio de instrumentos também normatizados pelo NOB/SUAS como o Plano de Assistência Social (PAS), o Orçamento da Assistência Social (OAS), a Gestão da Informação, Monitoramento e Avaliação e o Relatório Anual de Gestão.

O planejamento e a execução das políticas sociais iniciam nas instâncias de articulação, passando pela pactuação para depois serem deliberadas. São nas

instâncias de articulação que se iniciam os primeiros debates sobre as diversas problemáticas envolvendo a sociedade. Como por exemplo o “aumento dos índices de mortalidade, desnutrição, analfabetismo, fome, exclusão pelas diferenças humanas e desigualdade social, sofrimento e padecimento psíquico.” (CATÃO, 2011, p. 460).

Apesar do SUAS ser o responsável pela proteção e promoção social para os indivíduos em situação de vulnerabilidades sociais, é por meio de outros sistemas que o SUAS normalmente executa essa proteção. É quando ocorre a Intersetorialidade das ações socioassistenciais capaz de envolver diversos setores públicos para conseguir resultados comuns entre as áreas. Por exemplo, quando há uma problemática de desnutrição em determinada região do país, certamente haverá problemas relacionados a aprendizagem desses indivíduos e, permanecendo esse problema de aprendizagem, num futuro não muito distante essa mesma região poderá acarretar outras problemáticas sociais.

Ocorre que as causas dos problemas sociais quase sempre têm causas intersetoriais, portanto, a solução para essas dificuldades caminha pelas mesmas linhas. Por exemplo, um estudo realizado em 2017 mostrou que, dentre as problemáticas sociais no Brasil, as mais citadas, nessa ordem, foram o desemprego, a corrupção, a saúde, a segurança pública/violência e, a má qualidade da educação (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2018). A literatura mostra que o combate à violência [considerado um grave problema social], passa por uma educação de qualidade. Portanto, a solução desses e de outros problemas sociais devem ser articulados, pactuados e deliberados de modo intersetorial. Um dos instrumentos do SUAS que necessita dessa relação intersetorial é o serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, sobre o qual se discorrerá na sequência.

2.3.3 A proteção social especial de alta complexidade

O MDS tipificou esses serviços de socioassistenciais por meio da Resolução Nº 109 de 11 de novembro de 2009 do CNAS (BRASIL, 2009a, p. 2):

a) Serviços de Proteção Social Básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

b) Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção

Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC; Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

c) Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - Abrigo institucional: - Casa-Lar, - Casa de Passagem, - Residência Inclusiva; b) Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Os serviços da PSE de alta complexidade são ofertados a todas as crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social, carecendo, portanto, da proteção do Estado, à qual é disponibilizada de forma integral, “moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.” (BRASIL, 2004, p. 38).

A PSE de alta complexidade também abrange os serviços de cuidados em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), as de Emergências e de Calamidades Públicas, e a prevenção da exploração do trabalho infantil, fomentando, desse modo, o trabalho protegido. Entende-se por trabalho protegido aquele que se enquadra dentro do estabelecido pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, conhecida como Lei da Aprendizagem.

Resolução Nº 109 que trata da tipificação desses serviços traz de forma de uma matriz padronizada o detalhamento de cada um. Como por exemplo o nome de cada serviço; a sua descrição; quem são os usuários; quais são os objetivos, as provisões, a forma de aquisições dos usuários; as condições e formas de acesso; a unidade de atendimento; o período de funcionamento; a abrangência; a articulação em rede; o impacto social esperado e as regulamentações (BRASIL, 2009a).

As orientações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para o funcionamento dos Serviço de Acolhimento Institucional (SAI) se dão em conformidade com as normativas da PNAS e também com o Projeto de Diretrizes das Nações Unidas Sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças (BRASIL, 2009b).

Quando da necessidade de afastamento temporário da criança ou adolescente da sua família de origem, esse pode ser acolhido em uma das

diferentes modalidades de acolhimento institucional. Para tanto, é preciso levar em consideração variados fatores, como por exemplo: “idade; histórico de vida; aspectos socioculturais; motivos do acolhimento; situação familiar; previsão do menor tempo necessário para viabilizar soluções de caráter permanente [reintegração familiar ou adoção].” (BRASIL, 2009a, p. 61). De acordo com a tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes é descrito como:

Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos (BRASIL, 2014, p. 32).

O SAI em uma Casa Lar ocorre em unidade residencial onde uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, oferecendo cuidados a um grupo de até 10 crianças e/ou adolescentes. O acolhimento em abrigo Institucional acontece em uma unidade institucional análoga a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Neste local é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir equilíbrio nas tarefas de rotina diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. Poderá contar com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico minucioso de cada situação para os procedimentos necessários (BRASIL, 2014). Objetivando promover:

O desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar, promover hábitos e atitudes de autonomia e de interação social com as pessoas da comunidade (...) o serviço deve organizar ambiente próximo de uma rotina familiar, proporcionar vínculo estável entre o educador/cuidador residente e as crianças e adolescentes atendidos, além de favorecer o convívio familiar e comunitário dos mesmos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local, devendo atender a todas as premissas do ECA, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e oferecimento de oportunidades para a (re) inserção na família de origem ou substituta (BRASIL, 2012a, p. 74).

Indiferente a forma como é nominado tal espaço, todos eles são considerados serviços de acolhimento. Independente da forma de acolhimento, seja ele familiar ou institucional, no Art. 92 do ECA, fica explícito que, as entidades que

desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar como princípios: a preservação dos vínculos familiares e promover a reintegração familiar; quando todas as possibilidades de reintegração na família de origem ou extensa, for extinta, deverá ser encaminhado para uma família substituta; o atendimento deverá ser individualizado e em pequenos grupos; atividades desenvolvidas em regime de coeducação; grupo de irmãos não são acolhidos separadamente; na medida do possível deve-se impedir a transferência dos acolhidos para outras entidades; estimular a vida social e comunitária juntamente com a participação da comunidade onde este acolhido está inserido e prepará-lo de forma progressiva para o desligamento (BRASIL, 1990a). Cabendo destacar que, de acordo com a Lei 13/509/2017 no Art. 19 § 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

A preservação dos vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário, é um dos nortes a serem seguidos, bem como, construir com as crianças e/ou adolescentes acolhidos o autocuidado e condições para tornarem-se protagonistas de suas biografias. Importante observar que a retirada de uma criança ou adolescente de seu convívio familiar acarretará significativas marcas, sejam para os acolhidos ou sua família. Decisão de tal monta deverá representar o melhor interesse da criança ou do adolescente de forma a não lhes causar maiores prejuízos para o seu desenvolvimento.

Para que isso ocorra, os acolhidos deverão ter acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais, bem como aos demais serviços da política pública, além da garantia ao convívio familiar, comunitário e/ou social.

Os Programas de Apoio Sócio Familiar são primordiais para que os direitos tanto dos acolhidos, como de suas famílias, sejam respeitados. E, isso, ocorrerá com a participação das políticas públicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Educacional e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

O SGDCA se fortalece a partir da Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) de 2006. Alicerçado pela Constituição de 1988 e pela promulgação do ECA em 1990, estrutura-se um novo olhar para as políticas públicas dirigidas para crianças e adolescentes. O SGDCA

dialoga de forma estreita com as famílias, sociedade civil e com o Estado para garantir que a lei seja cumprida, em seus três eixos estratégicos de ação: Defesa, Promoção e Controle, em nível Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Os serviços de acolhimento deverão estar dispostos segundo os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2012a). Principalmente no que se refere à preservação e à reconstrução do vínculo com a família de origem, do mesmo modo como à manutenção de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco [irmãos, tios, avós, primos, padrinhos, entre outros] em uma mesma família, salvo determinação judicial contrária, que poderão excepcionalmente serem encaminhados para uma família substituta, por meio de adoção, guarda ou tutela, conforme Capítulo III, Seção III do ECA (BRASIL, 1990a).

Concernente ao direito à convivência familiar e comunitária, o ECA preconiza no Artigo 19 que toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária. Esse direito nos remete ao Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC).

Validada na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente [1990], a convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes é de extrema importância, repousando aqui, as bases fundantes para o desenvolvimento destes sujeitos. Estabelecido pela legislação que, quando uma família biológica de forma temporária não consegue subsidiar condições adequadas de vida, crianças e adolescentes passam a ser responsabilidade do Estado para garantir o direito de que possam gozar de uma adequada convivência familiar e comunitária.

A preservação dos vínculos familiares e comunitários é um dos aspectos fundamentais do acolhimento de crianças e adolescentes, fundamentado (...) no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e na Lei de Adoção (IANNELLI; ASSIS; PINTO, 2015, p. 40):.

Para garantir a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, todo o empenho deve ser posto para garantir este direito a crianças e adolescentes. Alicerce importante, nesse estágio do desenvolvimento humano, para

oferecer-lhes condições adequadas na construção e formação de suas identidades como sujeitos de direito. São nas ações diárias dos Serviços de Acolhimento, por meio de visitas e encontros com as famílias e com as pessoas que nutrem determinada referência da comunidade, que a vinculação se dará de fato (BRASIL, 2012a).

O PNCFC (BRASIL, 2008) estabelece uma fronteira nas políticas públicas no Brasil, ao abrir caminho contra a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e ao dar força para o modelo da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários recomendado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente [1990]. A conservação dos vínculos familiares e comunitários, essenciais para a cuidadosa preparação das crianças e adolescentes para constituírem-se como sujeitos e cidadãos, está imbricada de forma íntima aos esforços das políticas públicas de atenção à família.

De acordo com PNCFC, são traçados como objetivos do Serviço de Acolhimento: a preservação dos vínculos com a família de origem; o fortalecimento dos vínculos comunitários e a utilização da Rede de Serviços disponíveis; a preservação da história de vida por meio de registros fotográficos para a criação do álbum de sua trajetória, neste momento, de sua vida; a elaboração pela criança e/ou adolescente para o desligamento do Serviço, e seu retorno à família de origem; uma firme comunicação com a Justiça da Infância e da Juventude; oferecer apoio às famílias de origem, para construir o retorno dos filhos, sempre que possível e contribuir para a superação da situação vivida pelas crianças, adolescentes e suas famílias de origem com o menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou para a adoção.

A partir do momento que a reintegração familiar passa a ser a melhor medida, para estes sujeitos, busca-se junto a família de origem aumentar e desenvolver de forma crescente, os encontros entre os envolvidos neste processo, acolhidos e familiares. Desta forma, os vínculos familiares estabelecidos serão o suporte para o recomeço de uma nova etapa.

Norteados pelos objetivos deste Serviço, a Equipe Técnica composta por uma Assistente Social, um Psicólogo e um Coordenador (BRASIL, 2005), precisarão promover cuidados individualizados aos acolhidos, em ambiente familiar circundado por laços afetivos para garantir um crescimento saudável destes sujeitos, no decorrer de sua existência. Confirmarão seus valores, aprenderão novos valores,

novas regras, atribuirão novos sentidos a sua caminhada para construir sua subjetividade (BRASIL, 2012a).

O processo de reintegração familiar deve ser meta do trabalho profissional desde a entrada da criança e do adolescente no serviço. No primeiro contato com a família de origem, deve-se ter em mente o conhecimento da situação que originou a medida protetiva, bem como o conhecimento de sua rede pessoal e de serviços. Essa rede pessoal supõe relações de vínculos afetivos preexistentes ao acolhimento, quer seja com a família de origem, quer seja com a família ampliada, podendo ser incluídos aqui: padrinhos, tios, avós, primos, entre outros, que exerçam relação de afinidade, cuidado e proteção significativos à criança e ao adolescente. Essa rede precisa ser priorizada pelos serviços de acolhimento tanto no seu decorrer quanto na efetivação do retorno da criança e do adolescente ao meio de origem (VALENTE, 2013, p. 113).

A aplicação desta medida provisória só será efetivada, após todas as intervenções realizadas com a família de origem e/ou extensa, com vistas a permanência no convívio familiar. Para tanto, um olhar amplificado deverá construir uma rede de fortalecimento com todos os atores reunidos. A inclusão deste núcleo familiar nas políticas públicas, em programas e serviços de habitação, geração de trabalho e renda e capacitação profissional lhes outorgará o protagonismo que, porventura, esteja embaçado pelas diferentes situações vivenciadas. Tendo como fito, a busca conjunta entre equipe técnica e núcleos familiares, por soluções que resinifiquem e reescrevam a narrativa do momento atual.

A separação da criança e do adolescente do convívio com a família e, institucionalizadas, pode ecoar negativamente sobre seu desenvolvimento, especialmente quando não for seguida de cuidados apropriados, dirigidos por um adulto com o qual possam estabelecer uma relação afetiva estável, até que o retorno ao convívio familiar seja igualmente feito (BOWLBY, 1988; DOLTO, 1991; SPITZ, 2000). Para esses estudiosos, até os cinco anos e, com especial destaque ao primeiro ano de vida, a vulnerabilidade ronda sua existência frente a um corte com o ambiente familiar. Entretanto, se um novo sujeito se debruçar sobre esta criança com afeto e disponibilizando os cuidados necessários às suas necessidades biológicas e emocionais, ela poderá retomar o curso de seu desenvolvimento.

Inclusive, há o entendimento de que, “para o recém-nascido, o meio ambiente consiste, por assim dizer, em um único indivíduo, a mãe ou um substituto dela.” (SPITZ, 2000, p. 13). Quando este olhar cuidadoso não estiver presente, ela poderá adoecer e até mesmo vir a óbito. Sendo a separação algo inevitável, é importante criar uma rede de cuidados para suprir estas necessidades, até o

momento que ela poderá retornar ao bojo familiar e, desta forma, conforme o Art. 101, Parágrafo Único do ECA, garantir-lhe a provisoriedade da medida protetiva. Considerando tamanha a relevância da convivência familiar para a criança e adolescente, no próximo item, faz-se algumas considerações sobre o SEAFA.

2.3.4 Serviço de acolhimento em família acolhedora

Ancorado na tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais o SEAFA³ é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, da PNAS de 2004, de caráter excepcional e provisório, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2004; KUABARA, *et al.*, 2016).

As crianças e adolescentes que são retirados, por determinação judicial, do convívio familiar são encaminhadas para o Serviço de Acolhimento Familiar (SAF) ou para o Serviço de Acolhimento Institucional (SAI). O SAF organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, em residências de famílias acolhedoras previamente cadastradas. A Família Acolhedora (FA) pode ser definida como:

Aquela que, voluntariamente, tem a função social de acolher em seu espaço familiar a criança ou adolescente, em risco pessoal e/ou social e que, para ser protegida, foi retirada de sua família de origem – desde que respeitada a sua identidade e história. Além disso, a criança recebe todos os cuidados básicos, afeto, amor e orientação, a fim de que possa alcançar o seu desenvolvimento integral, a sua reinserção familiar e possa ser assegurada quanto à convivência social e comunitária (CABRAL, 2004, p.7).

Por sua vez, esta forma de acolhimento difere do SAI, no concernente a dinâmica de seu acolhimento. O SAI também é um acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida protetiva e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção (BRASIL, 1990a; BRASIL, 2014). O Quadro 3 especifica na integra os requisitos para a oferta do SAF:

³Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem (BRASIL, 2014, p. 41).

Quadro 3 – Tipificação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Descrição:	<p>Serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como realizar o acompanhamento da criança e/ou adolescente acolhido e sua família de origem.</p> <p>O Serviço deverá ser organizado segundo os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e do documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, sobretudo no que se refere à preservação e à reconstrução do vínculo com a família de origem, assim como à manutenção de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos, etc.) numa mesma família. O atendimento também deve envolver o acompanhamento às famílias de origem, com vistas à reintegração familiar.</p> <p>O serviço é particularmente adequado ao atendimento de crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica indique possibilidade de retorno à família de origem, nuclear ou extensa.</p>
Usuários:	Crianças e adolescentes, inclusive aqueles com deficiência, aos quais foi aplicada medida de proteção, por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o acolhimento familiar de crianças e adolescentes afastadas temporariamente de sua família de origem; - Acolher e dispensar cuidados individualizados em ambiente familiar; - Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário; - Possibilitar a convivência comunitária e o acesso à rede de políticas públicas; - Apoiar o retorno da criança e do adolescente à família de origem.
Provisões:	<p>Ambiente físico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relativo à gestão do serviço: espaços físicos condizentes com as atividades da equipe técnica; - Relativo à residência da família acolhedora: espaço residencial com condições de habitabilidade. <p>RECURSOS MATERIAIS: Veículo, material permanente e de consumo apropriado para o desenvolvimento do serviço.</p> <p>RECURSOS HUMANOS: De acordo com a NOB-RH/SUAS e com o documento “Orientações Técnicas Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”.</p> <p>TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO: Seleção, preparação, cadastramento e acompanhamento das famílias acolhedoras; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção do plano individual e familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; providência de documentação pessoal da criança/adolescente e família de origem; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada;</p> <p>mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; articulação interinstitucional com demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.</p>
Aquisições dos usuários:	<p>Segurança de Acolhida:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ser acolhido de forma singularizada; - Ter reparadas vivências de separação, rupturas e violação de direitos; - Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; - Ter acesso a um ambiente acolhedor e saudável; - Ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, habitabilidade, salubridade, <p>segurança e conforto para cuidados pessoais, repouso e alimentação adequada;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ter acesso a ambiente e condições favoráveis ao processo de desenvolvimento da

	<p>criança e do adolescente.</p> <p>Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ter assegurado o convívio familiar, comunitário e social; - Ter acesso a serviços de políticas públicas setoriais, conforme necessidades. <p>Segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ter vivência de ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; - Obter documentação civil; - Construir projetos de vida e alcançar autonomia; - Ter os vínculos familiares estabelecidos e/ou preservados, na impossibilidade, ser integrado em família substituta; - Ser informado sobre direitos e responsabilidades; - Manifestar suas opiniões e necessidades; - Ampliar a capacidade protetiva de sua família e a superação de suas dificuldades; - Ser preparado para o desligamento do serviço.
Condições e formas de acesso:	<p>CONDIÇÕES: Crianças e adolescentes residentes no município onde se localizam a residência das famílias acolhedoras.</p> <p>FORMAS DE ACESSO: Por determinação do Poder Judiciário.</p>
Unidade:	Unidade de referência da Proteção Social Especial e residência da Família Acolhedora.
Período de funcionamento:	Ininterrupto (24 horas).
Abrangência:	<ul style="list-style-type: none"> - Municipal; - Regional: No caso de municípios de pequeno porte que apresentem dificuldades para implantar e manter serviços de acolhimento para crianças e adolescentes – em virtude da pequena demanda e das condições de gestão – pode-se recorrer à implantação de um Serviço com Compartilhamento de Equipe (coordenação e equipe técnica). Nesse caso, o serviço deve ter famílias cadastradas em cada município atendido, de modo a viabilizar o acolhimento da criança ou adolescente no seu próprio município de origem. A estratégia de compartilhamento de equipe exigirá a previsão de veículos e combustível suficientes, de modo a permitir o deslocamento da equipe técnica do município-sede para os demais municípios atendidos, possibilitando: o desenvolvimento de suas ações no que diz respeito ao apoio, capacitação e acompanhamento das famílias acolhedoras; acompanhamento psicossocial das crianças e adolescentes atendidos e de suas famílias de origem; articulação com a rede de serviços e o Sistema de Garantia de Direitos; e o exercício das demais atribuições que lhe sejam próprias.
Articulação em rede:	<ul style="list-style-type: none"> - Órgãos do Sistema de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente; - Demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; - Serviços socioassistenciais e serviços de políticas públicas setoriais; - Programas e projetos de formação para o trabalho e de profissionalização e inclusão produtiva; - Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.
Impacto social esperado:	<p>CONTRIBUIR PARA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crianças e adolescentes protegidos por suas famílias e com seus direitos garantidos; - Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência; - Desinstitucionalização de crianças e adolescentes.

Fonte: BRASIL (2009a, p. 34-43).

O acolhimento familiar é fundamentado pela relevância de um núcleo familiar afetivo, onde figuras de referência serão o norte e que suprirão as necessidades indispensáveis para os acolhidos, que vivenciaram situações de negligência, abandono e violência, no tocante ao seu desenvolvimento físico e emocional. O contexto do acolhimento significa um grande desafio para os principais protagonistas, a criança e o adolescente. Difícil trajetória, pelo fato de envolver rupturas, distâncias, isolamentos, mudanças e o enfrentamento com o desconhecido (DELGADO, 2010). Ainda para o autor:

É também uma oportunidade de construir a partir de novos alicerces, de recuperar, de criar novas cumplicidades, de conhecer, de se distanciar do passado para o melhor compreender, de refazer o presente, de sonhar com o futuro, de mudar e aprender com o desconhecido (DELGADO, 2010, p. 460).

Alguns acolhidos, vítimas de violência doméstica “podem perder a capacidade de amar as pessoas. Portanto, em famílias acolhedoras torna possível restabelecer laços afetivos e devolver a criança e ao adolescente a esperança e a crença no amor.” (GOMES, 2004, p. 46). Este tipo de medida é uma vivência diferenciada e que irá colocar os sujeitos em questão, sob um novo olhar que poderá ser reorganizado e arquitetado sob novas bases de valores favorecendo a ressignificação deste momento. Neste espaço irão aprender a construir vínculos de confiança para afastar o espectro da violência e do abandono (DELGADO, 2010).

No olhar sistêmico de Grandesso (2000, p. 267) ela torna manifesto que:

[...] o processo de mudança não decorre de um passe de mágicas. As histórias são construídas pela ligação de eventos em sequências coerentes no tempo, configurando um determinado enredo significativo, o qual guarda uma relação com os acontecimentos de vida das pessoas. Para que uma nova história alternativa possa emergir, quebrando a força de uma história dominante, muita persistência e dedicação... fazem-se necessárias. Muitos e imprevisíveis são os caminhos possíveis para a transformação da narrativa.

Esse olhar sistêmico de que fala Grandesso (2000), no qual não se olha apenas para o indivíduo, mas sim para todos os sistemas em que esse sujeito está inserido, é uma derivação do Pensamento Sistêmico, foco de discussão do próximo capítulo.

2.3.5 A relação entre a assistência social e a saúde

A LOAS [1993] em seu Art. 1º define a assistência social como “um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (BRASIL, 1993, p. 1). Enquanto a Constituição Federal [1988], em seu Capítulo II que trata dos direitos sociais, esclarece que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” (BRASIL, 1988, p. 4).

Inclusive sobre a saúde, a CF de 1988 em seu Art. 2º a coloca como um direito fundamental do ser humano. Ou seja, a saúde é um direito do indivíduo e a

assistência social é a área responsável por garantir os direitos básicos desses indivíduos. Portanto, existe uma relação de dependência e/ou complementação entre essas áreas, comumente chamado de Intersetoriedade. “A intersectorialidade pode ser definida e trabalhada como a articulação planejada entre setores sociais diversos, de saberes diversos, para o enfrentamento de problemas complexos comuns.” (CARRILHO; VILLARINHA; MUNIZ, 2012, p. 3).

Os autores ainda explicam que os indivíduos, na maioria das vezes, são usuários comuns entre o SUAS e o SUS. Tal afirmativa é constatada quando se pesquisa sobre desnutrição infantil, considerada uma das problemáticas da área da saúde, e uma das políticas públicas para o enfrentamento dessa demanda se dá por meio da instituição de uma política de segurança alimentar pelo MDS e/ou pelo benefício do Bolsa Família.

Reafirmando uma vez mais a intersectoriedade entre as áreas, o Art. 3º da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, admite que são fatores determinantes e condicionantes “entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.” (BRASIL, 1990c, p. 1). Ou seja, os mesmos fatores determinantes e condicionantes para a efetivação da assistência social.

Além da intersectoriedade, as duas áreas contam com a interdisciplinaridade. Uma disciplina inclui o saber científico e a especialização a que esse saber se refere, enquanto a “interdisciplinaridade pode significar que diferentes disciplinas se encontram reunidas [...]” sem que uma possa retirar ou diminuir a o conhecimento científico detido pela outra disciplina (MORIN, 2007). O teórico ainda completa ao afirmar que “um conhecimento só é pertinente na medida em que se situe em num contexto.” (MORIN, 2007, p. 59).

Já quando ocorre a reunião de um grupo de profissionais para trabalhar em uma mesma temática, o termo mais utilizado é o multiprofissionalidades (MINAYO, 2012). Que é justamente o que ocorre com a área da assistência social, que exige a atuação de diferentes profissionais [psicólogos, advogados, assistentes sociais, entre outros]. Isso porque a interdisciplinaridade “é uma estratégia para compreensão, interpretação e explicação de temas complexos.” (MINAYO, 2012, p. 437). No entanto:

É comum ver a Assistência Social sendo confundida com Serviço Social, como se apenas o assistente social desta política seja responsável por realizar estudo socioeconômico, acompanhamento familiar, entre outras funções cabíveis a todos os assistentes sociais, sem especificação da área de atuação (CARRILHO; VILLARINHA; MUNIZ, 2012. p. 3).

Essa é uma percepção errônea da realidade, pois a assistência social perpassa questões de saúde, educação, segurança, entre outras. Portanto, pode se entender a intersetorialidade “como estratégia democratizadora, onde se compartilham saberes e poderes diversos, para enfrentar problemas diversos e dar uma resposta a uma necessidade ou situação.” (CARRILHO; VILLARINHA; MUNIZ, 2012. p. 42).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 SISTEMAS E O ORDENAR CADENCIADO DO FUNCIONAMENTO DA VIDA

3.1.1 Movimento sistêmico

O pensamento em torno dos sistemas, inicialmente, remete-se a René Descartes [1596-1650] físico, matemático e filósofo francês que, com seus ensinamentos propunha dividirmos, dissecarmos e examinarmos o problema por partes, onde cada objeto, cada elemento era separado da situação, das circunstâncias dos outros elementos de um mesmo conjunto. Esta observação partia de forma minuciosa pelo mais simples até a complexidade da questão em foco, ficou conhecida como clássica, analítica ou cartesiana. Frente a este modelo, o conhecimento humano é cada vez mais seccionado. Partindo da Física, descobre-se o átomo e posteriormente uma menor partícula que o átomo, os quarks (ARAÚJO; GOUVEIA, 2016).

E, na biologia, os estudos repousam sobre as relações entre duas ou mais coisas entre os seres vivos e se delinea os conhecimentos iniciais sobre meio ambiente, habitat e os seres vivos que nele habitam, moldando um novo paradigma, o ecológico (COSTA, 2010).

Nesse contexto, presencia-se uma clara aproximação entre a física e a biologia, a qual confere tons de complexidade envolta desse sistema funcional. Além disso, “a percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza.” (CAPRA, 1996, p. 16).

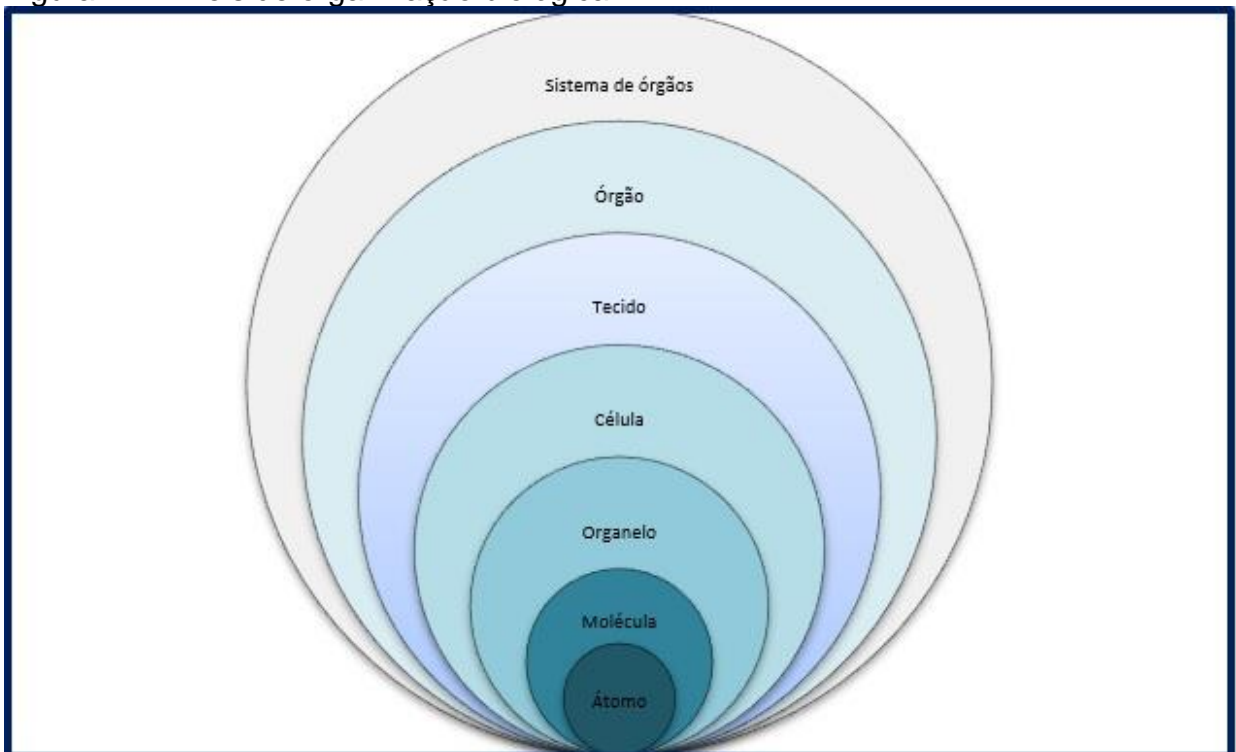
A multidisciplinaridade, principalmente quando se trata de conteúdos complexos, pode promover um melhor entendimento sobre o assunto por apresentar diferentes explicações, resultando em um conhecimento global. Ou seja, quando um olhar se converte em conhecimento fragmentado, quando somados a outros olhares, torna-se muita mais fácil se obter o entendimento do todo (QUEIROZ; DICKMAN, 2009).

“Em vários campos da ciência, principalmente a física, a biologia e a filosofia da ciência, surgem progressos para assentar as bases de um novo paradigma menos rígido e mais respeitoso da complexidade que vem sendo detectada na matéria, nos seres vivos e na sociedade em geral. Portanto,

além de pesquisas centradas no estudo das propriedades das partes, é preciso realizar trabalhos centrados na análise e compreensão das relações entre elas; da interdependência entre as partes surgem, normalmente, novas propriedades que essas partes, consideradas isoladamente, antes não possuíam.” (SANTOMÉ, 1998, p.66 *apud* QUEIROZ; DICKMAN, 2009, p. 2).

O teórico Ken Wilber, em sua obra, em 1995 concluiu que “a realidade não é composta de coisas ou processos, nem de todos nem de partes, mas sim de todos/partes, ou seja, hólons, e antes que um átomo seja átomo, é um hólón, são todos que existem dentro de todos [...]” (ANDRADE, 2016, p. 15). A figura a seguir ilustra essa sustentação:

Figura 2 – Níveis de organização biológica



Fonte: Adaptado de Nicolau (2017, p. 3).

Ao se analisar a imagem, é possível afirmar que o átomo, considerado por determinado tempo na biologia como sendo a menor partícula de matéria, configura-se como um todo. Enquanto a molécula também pode ser considerada como um todo [um todo formado de átomos]. Do mesmo modo que as organelas são um todo formadas por um conjunto de moléculas e assim sucessivamente, até chegar no sistema de órgãos que compõe organismo básico da vida. Vida essa que pode ser de uma pessoa, que vive dentro de uma família inserida em uma comunidade localizada em um determinado município de um país que faz parte de um dos

continentes do planeta terra, sendo esse planeta parte integrante de um sistema ainda maior e, assim por diante (NICOLAU, 2017; GOMES; *et al.*, 2014, p. 10).

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) criada no ano de 1950 pelo teórico Ludwig von Bertalanffy, biólogo, almejava encontrar uma explicação científica para o “comportamento de um organismo vivo, abordando questões científicas e empíricas ou pragmáticas dos sistemas.” (ARAÚJO; GOUVEIA, 2016, p. 7). No entanto, há afirmativas de que esse “pensar sistematicamente” existe há muitos séculos, ainda que os primeiros registros teóricos tenham se dado no período de 1930 e 1940 (GOMES; *et al.*, 2014).

3.1.2 A Teoria Geral dos Sistemas

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) criada por Bertalanffy e respaldada por Boulding, influenciou muitos outros estudiosos que buscaram analisar a diferentes abordagens do Pensamento Sistêmico. Como, por exemplo, Jay Wright Forrester que se dedicou a pesquisar a Dinâmica dos Sistemas, que pressupõe que a estrutura gera o comportamento, dentro de um processo de causa e efeito (BASTOS, 2014).

Cabe destacarmos nestas contextualizações a Teoria Geral dos Sistemas, sob a influência do biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy que, desde a década de 1930, procurou descrever leis que tornassem compreensível o funcionamento de sistemas gerais, quais fossem eles constituídos. Nestes estudos von Bertalanffy aplicava estes conceitos a princípios organizacionais, especialmente os biológicos e sociais (RAPISO, 2002). Ancorado em seu conhecimento biológico, Bertalanffy:

[...] procurou evidenciar inicialmente as diferenças entre sistemas físicos e biológicos. Ao tentar entender além do funcionamento isolado dos sistemas menores existentes em um ser vivo, como por exemplo, o sistema circulatório, o sistema respiratório e outros, e a importância do inter-relacionamento desses sistemas menores, entre si e com o próprio sistema maior (o sistema ser vivo), Bertalanffy conseguiu na verdade mais do que diferenciar os sistemas, mas sim entender o funcionamento genérico de qualquer sistema existente no Universo (ARAÚJO; GOUVEIA, 2016).

Esta teoria projeta o autor a desafiar a criação de uma disciplina que teria como objetos investigativos, o isomorfismo de conceitos, leis e modelos em distintos campos, além de servir de ponte entre os campos, dando impulso a unidade das ciências (MISOCZKY, 2003).

O foco principal da teoria geral dos sistemas era o estudo das bases universais imputadas aos sistemas em geral, sendo eles de natureza física, biológica ou sociológica, tomado como um todo em estado de influência recíproca. Desta forma, não podemos descolar os fenômenos e observá-los individualmente, e sim, como integrantes de um todo (GOMES; *et al.*, 2014).

As diretrizes básicas desta teoria incluem (GRANDESSO, 2000):

- a) **Globalidade:** todo o sistema se manifesta como único, um acontecimento em partes deste sistema, afeta o sistema como um todo.
- b) **Não-somatividade:** um sistema não representa a soma de suas partes, ele leva em conta o todo, na sua complexidade;
- c) **Homeostase:** o sistema mantém-se estabilizado por autorregulação.
- d) **Morfogênese:** é próprio dos sistemas abertos, absorve *inputs* do meio e altera sua organização.
- e) **Circularidade:** trata da relação bilateral de seus elementos, onde a ordem dos fatores não intervém no resultado.
- f) **Retroalimentação ou *feedback*:** proporciona o trânsito de informações entre os integrantes do sistema, desta forma, *feedbacks* negativos servem para manter a homeostase sistêmica e os *feedbacks* positivos atendem por uma mudança sistêmica ou morfogênica.
- g) **Equifinalidade:** não existe uma única maneira certa, porém, diversas alternativas, dependendo de cada caso; nos sistemas fechados o equilíbrio se dá pelas condições iniciais e nos sistemas abertos o equilíbrio é homologado pelas regras do sistema.

3.1.3 A dinâmica de sistemas

Jay Forrester, engenheiro eletricista e pesquisador no *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*, foi considerado o pai da Dinâmica de Sistema (DS) quando na década 1950 desenvolveu e propôs o estudo das “System Dynamics” durante a segunda guerra, inicialmente empregada para a área das ciências econômicas e sociais (ALVEZ, 2008).

Sistema pode ser entendido como “é uma unidade que consiste de um ou mais objetos estruturalmente conectados, cujos estados dependem uns dos outros. Portanto, são componentes essenciais de um sistema os objetos e as relações entre

eles.” (BASTOS, 2014, p. 31). Já a dinâmica de sistema pode ser considerada como um conjunto de técnicas desenvolvidas para analisar o *feedback* [resposta] quando da interação de diferentes fatores dentro de sistema. Quanto a sua aplicabilidade, “a DS aplica-se a quaisquer sistemas dinâmicos caracterizados pela interdependência, interação mútua, feedback de informação e causalidade circular.” (CUNHA, 2016, p. 15).

A Teoria Geral dos Sistemas influenciou também Russell Lincoln Ackoff que propôs o Planejamento Organizacional; Peter Checkland empreendeu estudos da Modelagem Soft System; Colin Eden estudou a Modelagem Cognitiva, os quais desencadearam outras pesquisas também associadas ao Pensamento Sistêmico (DOLCI; BERGAMASCHI; VARGAS, 2008). Ainda de acordo com os autores, assim como Jay Wright Forrester, Peter Senge também se dedicou a entender a Dinâmica dos Sistemas e a partir de seus estudos criou a Quinta Disciplina relacionada ao Pensamento Sistêmico e associada à Cibernética.

Ocorre que essas abordagens citadas deram origens e/ou encaminhamentos para novas linhas de estudos acerca do Pensamento Sistêmico, como a Cibernética.

Inicialmente desenvolvida para a área industrial a dinâmica de sistema se destacou como método de análise de muitas outras áreas, como “análises sociais, econômicas, em Física, Química, Biologia, Ecologia, entre outros.” (ALVEZ, 2008). Principalmente na área das políticas públicas

A falta de entendimento acerca das interações dinâmicas entre as variáveis envolvidas na fase de requisitos pode levar os gerentes a tomarem decisões reativas, considerando apenas o problema presente, sem relacioná-lo com o ambiente, suas variáveis e demais problemas correlacionados. As decisões reativas, em geral, são apenas paliativas e podem solucionar o problema em curto prazo, no entanto, podem agravá-lo em longo prazo (AMBRÓSIO, 2008, p. 3).

Essa consideração cai como luva quando se analisa as tomadas de decisões dentro das áreas das políticas públicas, como a assistência social e a saúde (AMBRÓSIO, 2008). Contribuindo com essa premissa de visualizar o sistema se tem “necessidade de um pensamento que ligue o que está separado e compartimentado, que respeite o diverso ao mesmo tempo que reconhece o uno, que tente discernir as interdependências.” (MORIN, 2003, p. 159).

3.1.4 Pensamento Sistêmico

O Pensamento Sistêmico se tornou um novo paradigma ao confrontar o Pensamento Linear, estabelecido aproximadamente no ano de 1500, que isolava as partes para estudar o seu funcionamento. Nesse entendimento, o Pensamento Sistêmico nada mais é que o olhar integral de como cada parte de um objeto ou fenômeno funciona e interfere dentro de um todo (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2017).

Para definição dos caminhos traçados na construção do Pensamento Sistêmico, apresenta-se no Quadro 4 os principais teóricos e os tipos e/ou classificação de sistemas conforme descrito no quadro a seguir:

Quadro 4 – Principais teóricos, tipos e classificação de sistemas.

Alexander Bogdanov	Complexos organizados	O todo é maior que a soma das partes.	Uhlmann (2002, p. 16-17)
	Complexos desorganizados	O todo é menor que a soma das partes.	
	Complexo neutros	A organização e desorganização se anulam mutuamente.	
Viktor Grigoryevich Afanasyev	Autogovernados	Processos com regulação própria (a no ocidente depois chamada Auto-organização e eventualmente a Autopoiese), tem a homeostase intrínseca, ou seja, a capacidade de conservar a estabilidade de seus parâmetros fundamentais em face das mudanças do meio ambiente.	Uhlmann (2002, p. 18)
	Dirigidos, governados	com processos de direção próprios dos sistemas biológicos, sociais e dos sistemas mecânicos criados pelo homem.	
Ludwig von Bertalanffy	Abstrato	Arranjo ordenado de ideias ou construtos interdependentes)	Uhlmann (2002, p. 20)
	Físico	Conjunto de elementos que operam juntos para atingir um objetivo - tangíveis, materiais	
	Determinista	Funciona de maneira previsível, isto é, o estado do sistema, em um dado ponto, e a descrição de sua operação levam idealmente à previsão do próximo estado, sem erros	
	Probabilista	É o que opera dentro de condições prováveis de comportamento, ou melhor, há uma margem de erro associada à previsão	
	Fechado	É o autocontido. Não troca material, informação ou energia com o ambiente.	
	Aberto	É o que troca informações, materiais e energia com o meio ambiente.	
Daniel Katz e	Importação de	Os Sistemas abertos precisam importar	Uhlmann

Robert Louis Kahn (1977)	energia	algum tipo de energia do ambiente.	(2002, p. 22-38)
	Transformação	Para executar algum tipo de trabalho, sistemas abertos transformam a energia que têm à sua disposição.	
	Produto	O produto dos sistemas abertos é exportado para o meio ambiente, quer como mentefato, quer como artefato (Informação ou produto físico).	
	Sistemas como ciclos de eventos	As atividades geradas pelo intercâmbio de energia têm um padrão de caráter cíclico: o que é exportado para o ambiente proporciona energia para a repetição do ciclo de atividades.	
	Entropia negativa	A entropia é uma lei universal da natureza que estabelece que todas as formas de organização tendem à desordem ou à morte.	
	Insumo de informação, realimentação negativa e processo de codificação	Insumos informativos que proporcionam à estrutura sinais acerca do ambiente e de seu próprio funcionamento.	
	Estado estável e homeostase dinâmica	O mecanismo de importação de energia, para tentar fazer oposição à entropia, acarreta uma troca energética, caracterizando um estado estável nos sistemas abertos. Tal estado não significa imobilidade, nem equilíbrio verdadeiro.	
	Diferenciação	Sistemas abertos tendem à diferenciação e elaboração. Padrões globais difusos são substituídos por funções mais especializadas.	
	Equifinalidade	Um sistema pode alcançar o mesmo estado final a partir de diferentes condições iniciais e por caminhos distintos.	

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Justifica-se a construção desse quadro a necessidade de entender o contexto familiar dos pesquisados enquanto um sistema complexo. Considerando o exposto, observa-se que não foi pretensão desse estudo esmiuçar a emergência do Pensamento Sistêmico, mas sim proporcionar um embasamento mínimo que permita visualizar dentro do Sistema Familiar e, se possível, associar alguns dos conceitos encontrados.

3.1.5 A Cibernética

Foi no final da década de 1940, que o matemático Norbert Wiener cunha o termo **Cibernética** como uma disciplina científica no centro de um movimento que desviava o interesse científico da tradição ligada à energia e à matéria, empregando novos pontos de vista como a informação e a organização. Para ele, era uma ciência

que estudava o controle e a comunicação no animal e na máquina. Então, como consequência:

A cibernética emerge como ciência da inter e da transdisciplinaridade, reunindo esforços de cientistas de diversas áreas e países, como Wiener (matemático), Mc Culloch (neurofisiólogo), Bateson (antropólogo e teórico da comunicação), von Foerster (físico), Rosenblueth (biólogo), Piaget (psicólogo, epistemólogo), Lorenz (teólogo), M. Mead, (antropóloga) entre outros (RAPISO, 2002, p. 31).

Dentro das abordagens teóricas da Ciência da Informação, podem ser identificados três tipos de paradigmas: físico, cognitivo e social. O paradigma físico tem sua abordagem no sistema, nível ontológico, com olhar de organização e tratamento da informação. Enquanto o paradigma cognitivo tem sua abordagem no indivíduo, nível psicológico, também com olhar de organização e tratamento da informação. Já o paradigma social tem sua abordagem no domínio, nível social e cultural, com olhar na informação construída (NASCIMENTO, 2006; MOREIRA; DUARTE, 2016).

Para Wiener, o intento da Cibernética era incrementar uma linguagem e um conjunto de processos que favorecessem tratar o problema da comunicação e do controle em geral. Julgava que a informação era a parte constituinte de um todo central, tanto na comunicação quanto no controle como um todo. Sendo esta, como a unidade básica de organização de todos esses sistemas (GOMES; *et al.*, 2014).

A Cibernética se diferencia em dois importantes momentos. A Cibernética de Primeira Ordem, que surge na engenharia de comunicação e nas ciências da automação e computação. Em um primeiro momento, como disciplina, consolida-se como primeira cibernética, que tratava dos mecanismos e processos pelos quais os sistemas se auto organizavam. Ou seja, eles atuavam com um propósito ou uma finalidade, alicerçado por mecanismos de regulação e controle, emergindo da própria dinâmica dos elementos, novas estruturas em circunstâncias e domínios estabelecidos. Sendo assim, “mecanismos que controlavam de alguma forma os distúrbios que viessem a atingir e desvirtuar o todo, com o objetivo de mantê-lo estável.” (LAURENTIZ, 2006, p. 113). Partia-se do pressuposto de que um sistema sem variações poderia ter algum subsistema controlador que o alimentava dessa forma.

A Cibernética de Primeira Ordem adota os conceitos de input e output, os quais “ênfatiza a presença do observador fora do sistema e como expert (objetividade), e a compreensão dos fenômenos ainda está arraigada à causalidade

linear (estabilidade).” (VASCONCELOS, 2010, *apud* GOMES; *et al.*, 2014, p. 10).

Desse modo:

Sempre que o operar de um sistema se afastasse de sua meta, a retroalimentação negativa forneceria a informação deste desvio, de modo tal que, ao neutralizá-lo, o sistema fosse capaz de manter o seu propósito enquanto organização homeostática. (...) um sistema, pensado a partir da Cibernética de Primeira Ordem, pode ser operado de fora, seja por meio de estratégias para correção dos desvios e manutenção da estabilidade sistêmica nas mudanças de primeira ordem, seja por meio de recursos de ampliação dos desvios e mudanças de segunda ordem, resultando em uma nova organização sistêmica (GRANDESSO, 2000, p. 130-133).

Esse desenhar explicativo é importante por ser uma das bases do pensamento sistêmico que mais à frente será abordada dentro da complexidade do sistema familiar e como isso resulta dentro das políticas de proteção social das crianças e adolescentes, acolhidas pelo SEAFA.

Ampliando esse território teórico, introduz-se processos que, mesmo que conseguissem ser supostos ciberneticamente, não conseguiriam ser entendidos como consequência de correções de desvios e circuitos homeostáticos. Edificada nas retroações negativas, nos processos morfoestáticos [manutenção da mesma forma] que levam o sistema novamente ao seu estado de equilíbrio homeostático, criando assim, condições favoráveis no alcance das metas (GRANDESSO, 2000). “A característica de estabilidade dos sistemas vivos foi o primeiro foco de atenção dos teóricos da cibernética e que permitia a analogia com as máquinas construídas a partir de mecanismos de retroalimentação.” (RAPISO, 2002, p. 38). No rastro da aplicabilidade dos conceitos cibernéticos em diferentes campos de estudos, das áreas humanas, os neurologistas e psiquiatras, e das sociais, antropólogos e sociólogos são atraídos a esses sistemas auto-organizadores que não podem e não são organizados de fora. O olhar sobre estes sistemas enfatizou a autonomia, visto que, estes sistemas são balizados pelas próprias leis e auto referenciáveis.

No que tange a Cibernética de Segunda Ordem, essa é pautada pelos sistemas auto-organizadores, como os sistemas biológicos e sociais. Pelo olhar de Laurentiz (2006, p. 115):

Todo observador, ao observar um sistema, distingue-o como tal, constrói-o e forma com ele outro sistema do qual participa. Liga duas realidades antes separadas, funcionando como se fossem uma só. O sistema garante ainda sua individualidade, pois em si é uma unidade que possui capacidade auto-organizativa. Ao surgir uma perturbação, tem a capacidade de alterar a sua estrutura, mantendo o seu equilíbrio. O funcionamento dos sistemas é, portanto, e de certa forma, autônomo. Autonomia aqui se refere a um estado de autorregulação que proporciona ao sistema estabilidade e equilíbrio, de maneira que este, ao reagir às perturbações externas, se possa reestruturar

e compensar alguns desvios decorrentes. Ainda estamos tratando de uma condição determinista e mecânica, não levando em conta processos de crescimento, aprendizagem, criatividade e autopoiesis.

O conceito de auto-organização persiste entre os ciberneticistas e, por meio, da biologia, contribuições importantíssimas de Humberto Maturana e Francisco Varela que “adotam a perspectiva do observador, formulando uma teoria para a compreensão cibernética do observador de sistemas. Surge o observador do observador, a cibernética de segunda ordem.” (MISOCZKY, 2003, p. 6). Maturana e Varela definem os seres vivos como autopoieticos, “ampliando a ideia da auto-organização dos sistemas, onde um sistema vivo é caracterizado por uma organização circular, auto-referencial, que literalmente se autoproduz a si mesma.” (LAURENTIZ, 2006, p. 115). Rapiso (2002, p. 46-47) destaca que:

Outra característica dos sistemas auto-organizadores é que são redes de produção de componentes que participam, recursivamente, desta mesma produção de componentes. Isto significa que são produtores e produtos de si mesmos em um processo recursivo e autorreferente. A autorreferência torna-se uma nova versão da circularidade (...) está qualidade peculiar dos sistemas auto-organizadores configura sua autonomia.

Desta forma, para cada excitação do exterior, o sistema opõe-se “reestruturando-se e compensando-se, o que significa que, devido ao seu caráter autônomo, sua autorreferencialidade e suas tomadas de decisão (e independência), nenhum fator ou observador externo sabe ao certo o que acontecerá a seguir.” (LAURENTIZ, 2006, p. 115). Para Maturana e Varela tudo que é referido é referido por um observador e, sua análise é consequência de a dinâmica interna como ser vivo e humano, dotado de linguagem e emoção e imerso em um universo conversacional cria distintos domínios linguísticos, com parâmetros distintos da legitimação da verdade. “O mundo em que vivemos não é um mundo de coisas externas que se captam no ato de observar, mas sim um mundo que surge na dinâmica de nossa experiência como seres humanos em relação.” (RAPISO, 2002, p. 51).

3.2 TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA

Apesar do seu início ser voltado para a área da biologia, posteriormente, a TGS passou a ser empregada como elemento estratégico de muitas outras áreas do conhecimento, como a administração, sociologia e psicologia, sendo a última o foco dessa pesquisa. Na psicologia, a Teoria Sistêmica pode ser identificada

também como “Abordagem Sistêmica”, “Perspectiva Sistêmica”, “Visão Sistêmica” e, “Terapia Familiar Sistêmica” (UHLMANN, 2002; SILVA, 2007; COSTA, 2010; ARAÚJO; GOUVEIA, 2016).

A Terapia Familiar Sistêmica se configura em um acompanhamento de indivíduos inseridos em situações familiares conflituosas (COSTA, 2010). Sendo a família compreendida então como um sistema em relação, que deve ser visto em seu contexto [um sistema em relação com outros sistemas]; em sua complexidade [com interações múltiplas e diversas]; em sua instabilidade [articulações e mudanças em constante andamento] e em sua intersubjetividade [realidades múltiplas decorrentes de interações] (COSTA, 2010). Contribuindo para esse entendimento, traz-se a leitura de Dias (2011) sobre a instituição familiar:

A família é uma rede complexa de emoções e relações que não são passíveis de ser pensadas como instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados. Gameiro (cit. in Relvas, 1996: 11) afirma que “... a simples descrição de uma família não serve para transmitir a riqueza e a complexidade relacional desta estrutura.” (DIAS, 2011, p. 146).

Como visto nos capítulos anteriores, existem diversas problemáticas sociais envolvendo indivíduos e suas relações familiares. Desse modo, é preciso enxergar não somente esse sujeito, mas também todo o contexto que o envolve. Como, por exemplo, o sistema familiar no qual esse indivíduo está inserido, justificando-se assim a temática abordada a seguir: “Os sistemas familiares e suas complexidades.”.

3.2.1 Sistemas familiares e suas complexidades

Com a finalidade de saber se o ambiente influencia no desenvolvimento das crianças contatou-se que os eventos negativos contribuem para aumentar as chances desse indivíduo apresentar problemas emocionais, pois, “[...] no desenvolvimento e comportamento são produzidos pela combinação de fatores de risco genéticos, biológicos, psicológicos, e ambientais, envolvendo interações complexas entre eles.” (HALPERN; FIGUEIRAS, 2004, p. 1).

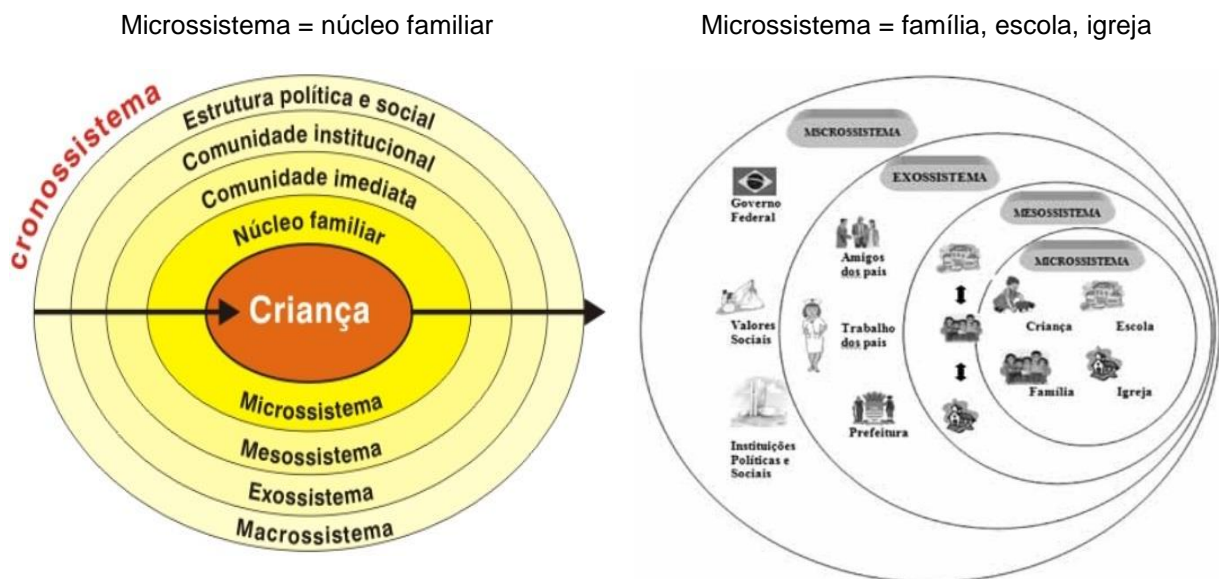
Corroborando com essa perspectiva de influência do ambiente para o desenvolvimento do indivíduo, parte-se do pressuposto de que as instituições familiares são sistema inseridos dentro de outros sistemas. “A família é a matriz de desenvolvimento dos seus membros, no entanto temos de vê-la como um sistema

dentro de outros sistemas inseridos num determinado contexto com uma cultura própria.” (DIAS, 2011, p. 154).

Dentro da psicologia do desenvolvimento é uma das áreas da ciência que estuda as possíveis influências no desenvolvimento dos indivíduos, evidenciando a capacidade que os sujeitos têm de adequar ao seu habitat (BENETTI; *et al.*, 2013). Isso porque “sendo a família um sistema de relações contínuas e interligadas, quando há mudança num membro da família, há mudança nos outros membros.” (DIAS, 2011, p. 139).

Desse modo, pode-se descrever o sistema familiar como um hólons, ou seja, um inteiro dentro de outro inteiro, tornam-se assim um uma globalidade complexa por conta de suas partes (AMARO, 2006). Essa afirmação nada mais é do que a confirmação da Teoria Bioecológica desenvolvida por Urie Bronfenbrenner em 1979, que afirma que a criança está inserida primeiramente em um microsistema [núcleo familiar], também em um mesossistema [comunidade imediata], em um exossistema [comunidade institucional] e em um macrosistema [estrutura política e social] (BRONFENBRENNER, 1996). O trabalho de Bronfenbrenner (1979) lhe rendeu reconhecimento e disseminação de sua teoria, fazendo com que muitos estudiosos buscassem representar o cronossistema, como mostra a Figura 3:

Figura 3 – Teoria do desenvolvimento bioecológico de Bronfenbrenner



Fonte: Halpern; Figueiras (2004, p. 2).

Fonte: Benetti; *et al.*, (2013, p. 95).

Como se pode ver, nem todos os autores entendem do mesmo modo a composição de cada sistema na teoria de Bronfenbrenner. Alguns autores apresentam o microssistema composto apenas pela família e o mesossistema formado pela comunidade imediata, (GRIZENKO; FISHER, 1992; HALPERN; FIGUEIRAS, 2004).

Contudo, há estudiosos que apresentam o microssistema como sendo “a escola, a família, o local de trabalho, etc., onde o indivíduo interatua diretamente com seu interlocutor, e a influência bidirecional flui em via de mão dupla.” (BENETTI; *et al.*, 2013, p. 94). Para esses autores, o mesossistema seria a interação de dois ou mais sistemas no qual o indivíduo está inserido; o exossistema é entendido nos mesmos moldes do mesossistema, apenas sem a inserção do indivíduo e, o macrosistema seria um sistema de maior amplitude capaz de englobar todos os outros sistemas.

Esse conglomerado de sistema com capacidade de interagir e se influenciar mutuamente, é formado por variantes:

Nesta definição, Petzold (1996) destaca quatro sistemas: macrosistema, exossistema, mesossistema e microssistema, compostos de quatorze variáveis como: casais casados ou não, partilha ou separação de bens, morar juntos ou separados, dependência ou independência financeira, com ou sem crianças, filhos biológicos ou adotivos, genitores morando juntos ou separados, relação heterossexual ou homossexual, cultura igual ou diferente, entre outras que, combinadas, oferecem 196 tipos diferentes de família. Isto significa que o modelo nuclear de família composto por pai, mãe e seus filhos biológicos não é suficiente para a compreensão da nova realidade familiar que incorpora, também, outras pessoas ligadas pela afinidade e pela rede de relações (PETZOLD, 1996 *apud* FACO, 2007, p. 27).

E como visto anteriormente, existe uma relação de causa e consequência que determina o equilíbrio e/ou desequilíbrio de funcionamento desses sistemas. Isso porque “os membros da família ao interagirem e comunicarem estabelecem relações que servem para manter o sistema em equilíbrio. O desequilíbrio do sistema pode provocar desequilíbrio no indivíduo e vice-versa.” (DIAS, 2011, p. 139).

Frente ao exposto e, considerando que se somos indivíduos que vivemos inseridos dentro de sistemas e somos diariamente afetados por interações decorrente dessa vivência, ora, como se pode analisar e entender a problemática de um indivíduo se não procurando entender o meio no qual este sujeito está inserindo e como/quanto esse ambiente contribui para a sua evolução tanto positiva quanto negativamente. Foi amparado nesse entendimento que a abordagem sistêmica se

tornou uma das mais importantes formas de terapia voltada para os indivíduos, quanto, para a coletividade, remetendo-nos ao próximo item, que trata da “Terapia Familiar Sistêmica”.

3.2.2 Terapia Familiar Sistêmica: Um novo paradigma

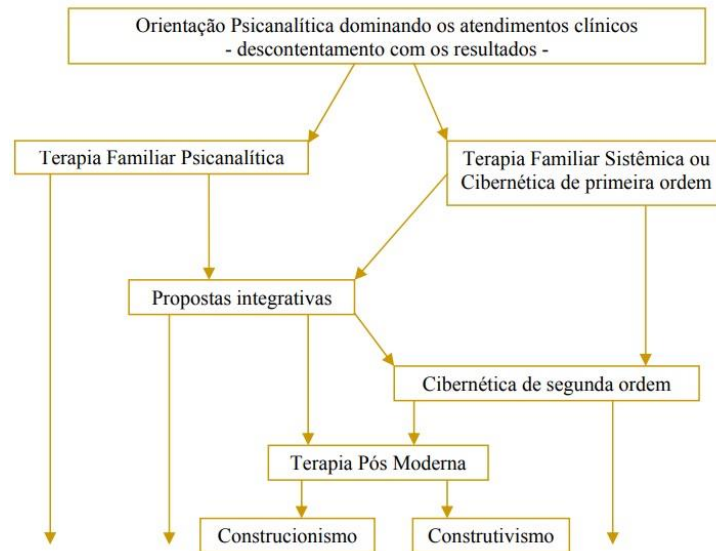
A terapia familiar pode ser abordada de acordo com algumas escolas. As escolas clássicas da terapia familiar são a terapia familiar sistêmica de Bowen; terapia familiar estratégica; a terapia familiar estrutural; a terapia familiar experimental; terapia familiar psicanalítica e; a terapia familiar cognitivo-comportamental. Também existem alguns desenvolvimentos recentes em terapia familiar, como por exemplo, a terapia familiar no século XXI; a terapia focada na solução, a terapia narrativa e; os modelos integrativos (NICHOLS, 2007).

A terapia familiar obteve influências de diversas áreas do conhecimento em sua construção. Pode-se dizer ainda que, a divisão conceitual da terapia familiar se dá em quatro enfoques distintos “o psicanalítico; a intervenção sistêmica ou cibernética de primeira ordem; a abordagem cibernética de segunda ordem; e as abordagens pós-modernas.” (PRATI, 2009, p. 23). Enquanto que para Gomes (2012, p. 81) na terapia familiar existem três princípios fundamentais que é a “confrontação entre os membros da família; a ação direta sobre as relações e o reforço da competência familiar, alguns teóricos dividem o campo da terapia familiar, de uma maneira geral, em terapia familiar sistêmica e terapia familiar psicanalítica.” (FÉRES-CARNEIRO, 1996, p. 38).

Na terapia sistêmica, as teorias pós-modernas apresentam “uma visão de construção do conhecimento centrada no indivíduo, no caso do construtivismo, e uma centrada na construção social, no caso do construcionismo.” (GRANDESSO, 2000, p. 56). A terapia familiar surge como um novo paradigma para tentar por meio de novos olhares compreender os dilemas humanos, tendo como primeiros registros o tratamento de pacientes esquizofrênicos (VOGEL, 2011). Pode-se dizer que, do mesmo modo que o Pensamento Sistêmico se tornou um novo paradigma em relação ao Pensamento Linear, a Terapia Sistêmica se configurou em um novo paradigma quando comparada a Terapia Analítica (SILVA NETO, 2011).

O diagrama a seguir ilustra as origens das abordagens da terapia familiar.

Figura 4 – Diagrama das origens das abordagens da terapia familiar



Fonte: Prati (2009, p. 24).

Enquanto a Terapia Familiar Psicanalítica (TFP) tem como base o estudo do passado [memórias, sentimentos e emoções] para entender e trabalhar as problemáticas do presente; a Terapia Familiar Sistêmica (TFS) percebe o indivíduo como um sistema, junto com outros sistemas inseridos dentro de um sistema maior. Pois o pensar sistematicamente se estrutura no “fato de que o todo é considerado maior que a soma de suas partes, e cada parte só pode ser entendida no contexto de um todo, isto é, se houver alguma mudança em alguma parte, vai afetar e alterar todas as outras partes.” (GOMES, 2012, p. 81).

Diversos autores (ZORDAN; DELLATORRE; WIECZOREK, 2012; BARBOSA; *et al.*, 2012) buscam conceituar a Terapia Familiar Sistêmica. A TFS consiste em “uma abordagem terapêutica onde todos os indivíduos participam da sessão, pois nela a família funciona como um todo, onde as pessoas interagem umas com as outras e influenciam essas relações em apoio mútuo.” (GOMES, 2012, p. 81). Já para Zambillo e Cenci (2014):

A Teoria Psicológica Sistêmica entende a família como um sistema social aberto composto por elementos em constante interação, que estabelece trocas com o exterior e com a realidade circundante, interagindo duplamente com o externo, levando para ele e trazendo dele influências gerais (ZAMBILLO; CENCI, 2014, p. 92).

Isso porque, dentro do olhar terapêutico sistêmico, “o cliente não é considerado individualmente, mas sempre como participante de um sistema. É considerado em relação às suas redes de relações.” (BARBOSA; *et al.*, 2012, p. 42). A técnica de entrevista realizada pelo profissional dentro da Terapia Familiar

Sistêmica é embasada em “pressupostos da teoria geral dos sistemas e da teoria da comunicação.” (ZORDAN; DELLATORRE; WIECZOREK, 2012, p. 133).

Foi por volta dos anos 80 que os profissionais começaram a ampliar o olhar em busca de compreender as causas do problema de seus pacientes além dos sistemas familiares, considerando a possibilidade causal estar em outros sistemas, como por exemplo na comunidade escolar ou religiosa (MACHADO, 2012). Para a autora, dentro dos conceitos básicos da Terapia Sistêmica, há de se considerar a noção de família enquanto um sistema aberto, social e auto organizado, ativo regulado, voltado para a ideia de mudanças e transformações e que interage com outros sistemas dentro da sociedade.

Dentro do modelo de Terapia Sistêmica se concentram variadas abordagens, como a abordagem “estrutural, estratégica, comunicacional, simbólico-experimental, trigeracional, construtivista, construtivista social e narrativa.” (FALCETO; *et al.*, 2012, p. 3).

a) **Estrutural:** Este tipo de abordagem familiar sistêmica foi desenvolvido por Salvador Minuchin no ano de 1982. Para Minuchin o comportamento dos componentes familiares pode ser estabelecido e mantido por meio da repressão por meio do estabelecimento de regras universais e acordos mútuos (EWERTON, 2010). Atenta-se a função desempenhada por cada membro dentro do sistema familiar focando nos limites dessas relações (MINUCHIN; NICHOLS; LEE, 2009).

b) **Estratégica:** conhecida como terapia de solução de problemas, nesse modelo as estratégias são planejadas para superar a resistência familiar e levar à mudança, com ou sem sua cooperação e, por isso, é considerada uma terapia manipuladora (NICHOLS, 2007). Esse tipo de intervenção busca a identificação do paciente Indicado e a diluição de poder (PRATI, 2009, p. 116).

c) **Comunicacional:** a psicoterapia pode ser entendida como o lugar no qual se reserva espaço para o entendimento das relações e das comunicações a fim de um inteirar dos problemas que nos cercam. Os primeiros estudos envolvendo a comunicação na área da psicologia datam de 1955 (SILVA, 2008). A comunicação é a extensão do corpo e como tal, “pede e estabelece: acuidade, pluralidade, troca e apreensão.” (SANTOS, 2015, p. 15).

d) **Simbólico-experimental:** Os precursores desse modelo são Carl Whitaker [abordagem intuitiva, livre e improvisada] e Virginia Satir [conceitos abstratos e manobras estratégicas]. Nessa abordagem é levada em consideração a

experiência do aqui e agora, além da conscientização de que existe uma supressão emocional. Essa supressão se torna uma geradora de problemas familiares que podem ser administrados por meio de um encontro emocional. O tratamento experiencial não foi tão adequado à terapia familiar, pois enfatizava os indivíduos e seus sentimentos (NICHOLS, 2007).

e) **Trigeracional:** dentro do ciclo de vida familiar é inevitável que ocorra a interação intergeracional (CAMICIA; SILVA; SCHMIDT, 2016). Nesse tipo de intervenção são estudados os legados e as relações com até a terceira geração familiar, visto que se busca conhecer toda a história do problema e, muitas vezes, esse problema teve início nas gerações anteriores. Assim, o “modelo Trigeracional dá ênfase nas transmissões de valores e legados através das gerações.” (PRATI, 2009, p. 116).

f) **Construtivista:** George Kelly em 1955 utilizou as teorias construtivistas para elaborar um modelo de terapia que nos permite compreender como nossa mente trabalha no entendimento do mundo. A técnica consiste em mostrar ao paciente que nem tudo no mundo é exatamente como ele percebe, mas sim como a sua mente filtra e produz determinado entendimento. Assim, o terapeuta pode contribuir para que haja uma estratégia de reenquadramento e, desse modo, ter-se novas perspectivas de mundo. Pois, o construtivismo “nos ensina a olhar além do comportamento, para a nossa maneira de perceber, interpretar e construir a nossa experiência.” (NICHOLS, 2007, p. 107).

g) **Construtivista social:** Nesse modelo, diferente do construtivismo, entende-se que a nossa construção de percepção de mundo é condicionada aos moldes de contexto social no qual o indivíduo está inserido. Contudo, os dois modelos [construtivismo e construcionismo social] se igualam na “interpretação da experiência como uma mediadora do comportamento, mas, enquanto os construtivistas enfatizavam a mente subjetiva do indivíduo, os construcionistas sociais dão maior ênfase à interpretação social [...]” (NICHOLS, 2007, p. 108).

h) **Narrativa:** Essa prática terapêutica é o resultado de um trabalho iniciado por Michael White e David Epston em 1980 (SANTOS, LOPES, NEUFELD, 2013). A história é contada por quem a viveu, ou seja, por seus especialistas (COSTA, 2011). Nesse tipo de terapia é possível focar na transformação das histórias, seja pela diferenciação do sujeito e do problema, pois o problema é somente a causa de o indivíduo buscar ajuda [externalização]; Seja pela proposição de práticas

reflexivas, geradoras de motivações às mudanças; seja pela identificação e desconstrução das histórias dominantes [dificuldades e sofrimentos], transformando-as e as organizando de modo que o cliente perceba a possibilidades de outras versões desses enredos, os quais apresentam histórias qualitativamente melhores (GOMES, 1986; GRANDESSO, 2009; COSTA, 2011).

4 MÉTODOS

4.1 REFERENCIAL METODOLÓGICO

4.1.1 Por que um estudo autoetnográfico?

O mundo da pesquisa científica se apresentou para mim com diferentes facetas ao longo da minha vida acadêmica e profissional. Os trabalhos de conclusões de cursos são, sem dúvidas, vias perigosas de mãos duplas. Nesse caminho, estamos sujeitos a nos perder em noites insones ou em poços profundos de estresses, mas, também a nos maravilharmos com o inesperado entendimento do sentido da vida.

Foi durante a construção dessa dissertação que mergulhei em um mar de descobertas e sentimentos. A princípio, houve aquele encantamento de construir uma obra na qual eu pudesse refletir sobre os resultados de uma política relativamente novo da assistência social, além de poder confirmar que as minhas batalhas profissionais foram e são significativas para a coletividade. Ainda a possibilidade de repassar os caminhos da assistência social e poder resgatar dentro de nós o entendimento do porquê estamos, onde estamos, e a razão disso ser tão relevante para a sociedade. Porém, o encantamento começou a se dissipar com as limitações que surgiram durante o desenvolvimento da pesquisa. E essa gangorra emocional, com seus altos e baixos, ensinam-te questões importantes sobre a literatura acadêmica.

Foi extremamente angustiante quando no momento da experiência da pesquisa, ver e sentir os resultados de uma política social, ainda em construção, da qual você é parte ativa, sem poder esboçar a sensação de estar submerso nesse contexto perturbador, pelo fato de que o modelo tradicional positivista de estudo científico defende a impessoalidade.

Foi justamente esse sentimento que me trouxe ao encontro do método de pesquisa denominado autoetnografia, caracterizada pelo “reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa.” (SANTOS, 2017, p. 219). Ou

seja, são estudos nos quais o pesquisador tem participação ativa na vivência e no relato daquilo que é vivido sendo um estilo de escrita autobiográfica com abordagem qualitativa que explora as experiências de vida únicas de um indivíduo em relação a aspectos sociais e culturais institucionais (CUSTER, 2014).

4.1.2 Autoetnografia como método de pesquisa

A autoetnografia foi um método de pesquisa iniciado em 1979 por David Hayano para atender uma demanda de estudos nos quais o pesquisador, além de observar, relatar e analisar, também se percebe como parte do objeto estudado. Pois, além de estar inserido dentro do contexto e conhecer a história, ele vivencia uma gama de sentimentos e percepções importantes demais para não serem incorporados aos resultados do trabalho (MOTTA; BARROS, 2015; SANTOS, 2017).

Auto [eu], etno [grupo social e cultural], grafia [escrita], significa a escrita sobre um determinado grupo no qual o autor está inserido (KOCK; GODOI; ROSSETTO, 2012; SANTOS, 2017; SANTOS; BIANCALANA, 2017). O prefixo “auto” não se refere somente ao “eu” do autor, mas também ao “eu” de cada sujeito pesquisado (VERSIANI, 2002).

Os estudos autoetnográficos por vezes podem ser identificados pelo termo narrativas pessoais, do eu, experienciais (KOCK; GODOI; ROSSETTO, 2012). Esse tipo de pesquisa pode ser entendido como uma possibilidade de ampliar os conhecimentos produzidos pela pesquisa científica objetiva (MOTTA; BARROS, 2015). Ou seja, é um método que vem para somar, para preencher uma lacuna existente. Nesse prisma “a autoetnografia busca alcançar dimensões maiores que a de um método científico, propondo, por meio do engajamento e reflexividade, que cada autor viva e escreva sobre a vida de forma honesta, complexa e apaixonada.” (MOTTA; BARROS, 2015, p. 1340).

Ainda que complementar as técnicas objetivas a autoetnografia é uma metodologia que privilegia as subjetividades, do eu e do outro que comigo está relacionado. Visto que a prática “refere-se à maneira de construir um relato (“escrever”), sobre um grupo de pertença (“um povo”), a partir de “si mesmo” (da ótica daquele que escreve).” (SANTOS, 2017, p. 218).

A produção e disseminação do conhecimento se dava pela literatura ou pela escrita científica. A primeira considerada como forma de expor a arte e cultura e

a segunda como forma de retratar a verdade (RICHARDSON, 2018). Para a autora, no entanto, as tipologias de escritas surgem e se adequam de acordo com as necessidades de quem as escreve. A escrita científica [objetiva, imparcial, impessoal, realista] era tida como a melhor forma de conhecer a verdade e a escrita literária [subjetiva, retórica, criativa] como um meio de comunicação artística-cultural e, portanto, inferior a primeira. “[...] a escrita literária ocupava um segundo lugar em importância, posição, impacto e valor de verdade para a ciência, alguns autores literários tentaram fazer da literatura uma parte da ciência.” (RICHARDSON, 2018, p. 544).

A escrita não é neutra e passível de mutação, a autoetnografia pode ser considerada como uma reparação da comunidade científica ao se dar conta que a “ciência” enquanto “conhecimento” produzido por e para seres humanos, não pode desassociar dos estudos as questões emocionais e subjetivas.

Nos estudos analisados [Leal (2011); Bossle e Molina Neto (2009); Santos e Biancalana (2017); Benetti, *et al.*, (2013); Santos (2017); Kock, Godoi e Lenzi (2012) e; Rocha e Fernandes Junior (2018)] o método de autoetnografia foi utilizado, chama a atenção para dois fatores: a) intenso estreitamento entre a vida profissional e acadêmica dos pesquisadores que realizam suas pesquisas dentro do seu contexto profissional; b) temas envolvendo fortes questões emocionais e de vulnerabilidades.

E o que essas pesquisas têm em comum? Emoção! Parece que a autoetnografia, conhecida desde a década de 70, surge como uma alternativa para que a academia possa cumprir o que dela se espera no que toca a produção de conhecimento [saber], sem, no entanto que seus veículos de produção tenham que abotoar dentro de si verdades e sentimentos tão relevantes quanto os dados lógicos e racionais. Talvez por isso esse método pode ser considerado “uma forma preciosa de colher dados sobre um passado vivido.” (SANTOS, 2017, p. 216).

Dentro desse aflorar emocional de que a autoetnografia é capaz de fomentar dentro do autor, podem ser identificados sentimentos de alegria e/ou de tristeza que podem ser fortemente impactantes e dolorosos (CUSTER, 2014). A autoetnografia é um método de pesquisa transformador. Em suas experiências, o autor identificou algumas [sete] importantes lentes nessa metodologia (CUSTER, 2014):

- a) capacidade de mudar o tempo: “A autoetnografia pode alterar radicalmente a percepção do passado de um indivíduo, informar seu presente e remodelar seu futuro se estiver consciente e aberto aos efeitos transformadores.” (CUSTER, 2014, p. 2). Ao relatar um momento vivido, marcante o suficiente para ser objeto de estudo no presente, o autor dá a si e aos demais envolvidos a oportunidade de refletir sobre os fatos experienciados. Essa ação pode gerar desconforto por remexer em feridas ainda não curadas completamente, mas também se mostra como uma nova oportunidade de se trabalhar pontos desse passado que ainda hoje incomoda ou, ainda, perceber que, mesmo que marcante, tais fatos já não tem o peso que tinham antes. Pois, os olhares são passíveis de mudança. A visão de uma criança da janela de sua casa em seus oito anos provavelmente será distinta do prisma que uma pessoa com mais idade que volte a olhar por essa mesma janela.
- b) requerer vulnerabilidade: “A autoetnografia promove vulnerabilidade, nudez e vergonha para curar feridas psicológicas e emocionais quando os indivíduos e a sociedade são receptivos ao catártico efeitos das energias femininas.” (CUSTER, 2014, p. 3). É literalmente um limpar de feridas da alma no qual se tem a necessidade de arrancar os velhos curativos, quiçá a remoção das cascas, expondo o ferimento a um contato direto com o agente curativo, proporcionando um melhor processo de cicatrização. Remexer traumas dói e dá medo.
- c) promover empatia: “A autoetnografia permite empatia através da incorporação de histórias.” (CUSTER, 2014, p. 4). Diferentes dos estudos tradicionais da área da saúde, focados em sua maioria em dados estatísticos [relevantíssimos], a autoetnografia não apresenta ao leitor um número. Mas, sim o processo de adoecimento de um ser humano, expondo as causas e as suas sequelas dessa condição, sensibilizando o público para a dor vivenciada.
- d) incorporar a criatividade e inovação: “A autoetnografia incita a criatividade, permitindo a imaginação dos leitores, e é inovador por design, porque se concentra em experiências individuais únicas.” (CUSTER, 2014, p. 6). Isso porque as pessoas podem até ter vivenciado experiências muito parecidas, mas, o sentir é único, exclusivo de quem sente. Além disso, tem-se os

diferentes meios de perceber, sentir, relatar e lidar com o mesmo tipo de episódio, único em cada indivíduo.

- e) eliminar os limites: “A autoetnografia usa metáforas, símbolos e alegoria para comunicar conhecimento entre indivíduos [humanos e não humanos] e culturas.” (CUSTER, 2014, p. 7). Essa metodologia proporciona o relato de histórias que exigem ferramentas diferenciadas dos modelos de publicações tradicionais, permitindo a geração de conhecimentos tão refinados e sensíveis que seriam impossíveis de se obter pelas pesquisas cartesianas.
- f) honrar a subjetividade: “A autoetnografia é intrinsecamente subjetiva. Traz o pesquisador/escritor para a autoconsciência e honra sua capacidade de afetar o mundo ao seu redor.” (CUSTER, 2014, p. 8). Talvez essa seja a principal contribuição desse método de pesquisa, a de mostrar no meio científico a realidade da vida na forma como ela é vivida e não somente as verdades do cotidiano firmemente encaixados em moldes pré-estabelecidos dos estudos objetivos.
- g) principalmente, oferecer benefícios terapêuticos: “A autoetnografia é de natureza terapêutica e escreve sobre o próprio eu em relação a uma teoria, experiência ou crença, sendo transformadora.” (CUSTER, 2014, p. 9). Não se trata de um simples contar de história. Trata-se de um processo reflexivo no qual o meu eu atual interage com o meu eu do passado e com os demais indivíduos que compuseram a vivência relatada. Sentimentos como a dor, medo, culpa e a raiva tendem a se tornar menos intenso dentro do indivíduo que o sente quando compartilhados. Esses sentimentos mencionados são muito comuns nas crianças e adolescentes que passam pelo serviço de acolhimento e, parte da função da equipe de profissionais é a de assegurar as melhores condições de assistência e proteção social. Além disso, tem-se uma responsabilidade do provimento do cuidado integral à saúde, incluindo aqui a saúde emocional dos acolhidos.

4.1.3 Características dos estudos autoetnográficos

As pesquisas autoetnográficas realizadas com os sujeitos participantes do trabalho no qual o pesquisador atua, mostram-se nos estudos de Leal, (2011); Bossle e Molina Neto (2009); Santos e Biancalana (2017); BENETTI, 2017; Santos

(2017). No que se refere às vulnerabilidades, estas são percebidas nos estudos de Santos (2017) ao escrever sobre o trabalhador negro; Kock, Godoi e Lenzi (2012) ao relatarem a tragédia das enchentes de Blumenau em 2008 e; Rocha e Fernandes Junior (2018) ao tratar de homossexualidade. Complementarmente, ainda se pode citar a autoetnografia nas pesquisas acadêmicas dentro do ambiente artístico-cultural, como por exemplo Benetti, *et al.*, (2013) e; Santos e Biancalana (2017).

Além da subjetividade e da emoção, as experiências biográficas; vida pessoal; sentimentos físicos, recordação emocional; pensamentos; relação pesquisador *versus* pesquisados e; a perspectiva do pesquisador sobre a investigação são algumas características da autoetnografia (SANTOS, 2017).

Na autoetnografia ainda autores trazem visibilidade para si, forte reflexividade no sentido de entender a si e aos outros, engajamento pessoal, vulnerabilidade emocional e, rejeição de conclusões, pois, trata-se de “algo relacional, processual e mutável.” (MOTTA; BARROS, 2015, p. 1339).

A pesquisa autoetnográfica pode ser categorizada como imaginativo-criativa: oposto da pesquisa tradicional, permite a inclusão de textos artísticos; confessional emotiva: escrita comovente e emocionante; realista-descritiva: típica escrita narrativa; analítico-interpretativa: escrita nos moldes tradicionais, sem, no entanto, deixar de fora as percepções do autor (JONES, ADAMS E ELLIS, 2013).

A autoetnografia pode ser focada na autoavaliação e reflexão histórica do pesquisador; a relação do pesquisador com os pesquisados e grupo ao qual pertencem, ou ainda o foco em algo ou processo daquele grupo que se relaciona tanto com o pesquisador quanto com os pesquisados (SCRIBANO; SENA, 2009).

Os aspectos positivos deste formato de pesquisa consiste na experiência de vivências por meio da ótica do outro (TSCHUMI; NAKAYAMA, 2014); uma alternativa interessante ao método de pesquisa tradicional (VERSIANI, 2002; SANTOS; BIANCALANA, 2017; TSCHUMI; NAKAYAMA, 2014); compreensão da própria cultura (ROCHA; BOSSLE, 2011); importante fonte de informação e formação (SANTOS; BIANCALANA, 2017). Somado a isso, “A utilização de diferentes abordagens metodológicas e sua complementação mútua permite-nos compreender um fenômeno em profundidade.” (BOSSLE; MOLINA NETO, 2009, p. 132).

Não estar preso a um roteiro pré-estabelecido de pesquisa muitas vezes incapaz de acompanhar os desalinhamentos e eventos adversos que nos cerceiam

diariamente, visto que na vida, mesmo se tenha um percurso estabelecido, a realidade é cheia de surpresas e de desvios (BASTOS, 2016).

Além disso, os estudiosos destacam nesse modelo de pesquisa a apresentação de diferentes verdades [do pesquisador e dos outros pesquisados] que, somadas, resultam em uma realidade universal, ao menos naquele espaço/tempo/sujeitos pesquisados. A realidade, exatamente como ocorre com os processos biológicos, como veremos mais adiante, o “todo” é constituído por “partes inteiras”, ou seja, são ao mesmo tempo fragmentos e totalidade, depende do ponto de análise (ANDRADE, 2016).

No tocante aos aspectos que se refere às limitações, listam-se a confiabilidade em memórias suscetíveis de falhas (SANTOS, 2017); Narcisismo por parte do pesquisador ao se destacar mais do que os objetivos da pesquisa “tornando-se um discurso egocêntrico e esvaziado, que poderia empobrecê-la.” (SANTOS; BIANCALANA, 2017, p. 87).

Ademais, é necessário cautela para que não haja exposição indevida, ainda que indireta, de terceiros [figuras referenciadas, mas que não estão entre os sujeitos pesquisados] em decorrência do autor deixar claro que escreve sobre si e seu meio, esbarrando, talvez, em questões éticas. Portanto, é preciso que o pesquisador esteja atento de que os objetivos da pesquisa estejam voltados principalmente para a sociedade. Pois, o pesquisador “é um crítico social produtor de atos microssociais que explicita injustiças e produz ambigualmente justiça social.” (MOTTA; BARROS, 2015, p. 1340). Por outro lado, a autoetnografia “representa a possibilidade de aproximação do sujeito que pesquisa em lidar com os próprios impulsos, sentimentos e emoções em relação ao objeto de pesquisa e sua própria cultura.” (BOSSLE; MOLINA NETO, 2009, p. 133).

Contudo, para que o estudo autoetnográfico tenha valor científico, é preciso que apresente autenticidade e confiabilidade dos dados; clareza do processo de pesquisa, seguir os preceitos éticos; analisar e interpretar a vivência sociocultural do autor e gerar contribuição acadêmica em seus resultados (CHANG, 2016).

4.2 ABORDAGEM DO ESTUDO

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa cuja complexidade da análise das informações encontradas é diferente dos estudos quantitativos que

podem ser mensurados (MINAYO, 2014). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se ajusta ao presente estudo visto que:

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2014, p. 57).

O número de pesquisas quantitativas [explicação em extensão] na área da saúde ainda é maior do que os estudos do tipo qualitativo [compreensão em profundidade]. Contudo, percebe-se haver um incentivo por parte da área das ciências sociais para a ampliação da pesquisa qualitativa. Pois “As possibilidades de contribuição da interação entre teorias e métodos para análises de problemas de saúde provêm, justamente, de suas diferenças.” (MINAYO, 2014, p. 75).

Isso porque enquanto a pesquisa quantitativa contribui para o entendimento dos dados epidemiológicos e tratamentos de saúde de uma determinada população, a pesquisa qualitativa é ideal para o entendimento dos “valores, práticas, lógicas de ação, crenças, hábitos e atitudes de grupos e indivíduos sobre a saúde, a doença, as terapêuticas, as políticas, os programas e demais ações protagonizadas pelos serviços de saúde.” (MINAYO, 2014, p. 75).

Nesse sentido, de compreender em profundidade uma realidade, a pesquisa qualitativa apresenta cinco características específicas (YIN, 2016, p. 29).

- a) Estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
- b) Representar as opiniões e perspectivas das pessoas de um estudo;
- c) Abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
- d) Contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e
- e) Esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte.

4.3 TIPO DE ESTUDO

O tipo de estudo adotado foi a autoetnografia interpretativa, entendida como o uso da experiência e da escrita pessoal para comentar experiências e práticas culturais, denunciar a vulnerabilidade e criar relações recíprocas com quem lê, a fim de se identificar com a história (CUSTER, 2014; DENZIN, 2014).

A autoetnografia é considerado um método de pesquisa transformador que muda o tempo; implica vulnerabilidade; promove a empatia, a criatividade e a inovação; elimina limites e; principalmente, honra a subjetividade e proporciona benefícios terapêuticos (CUSTER, 2014).

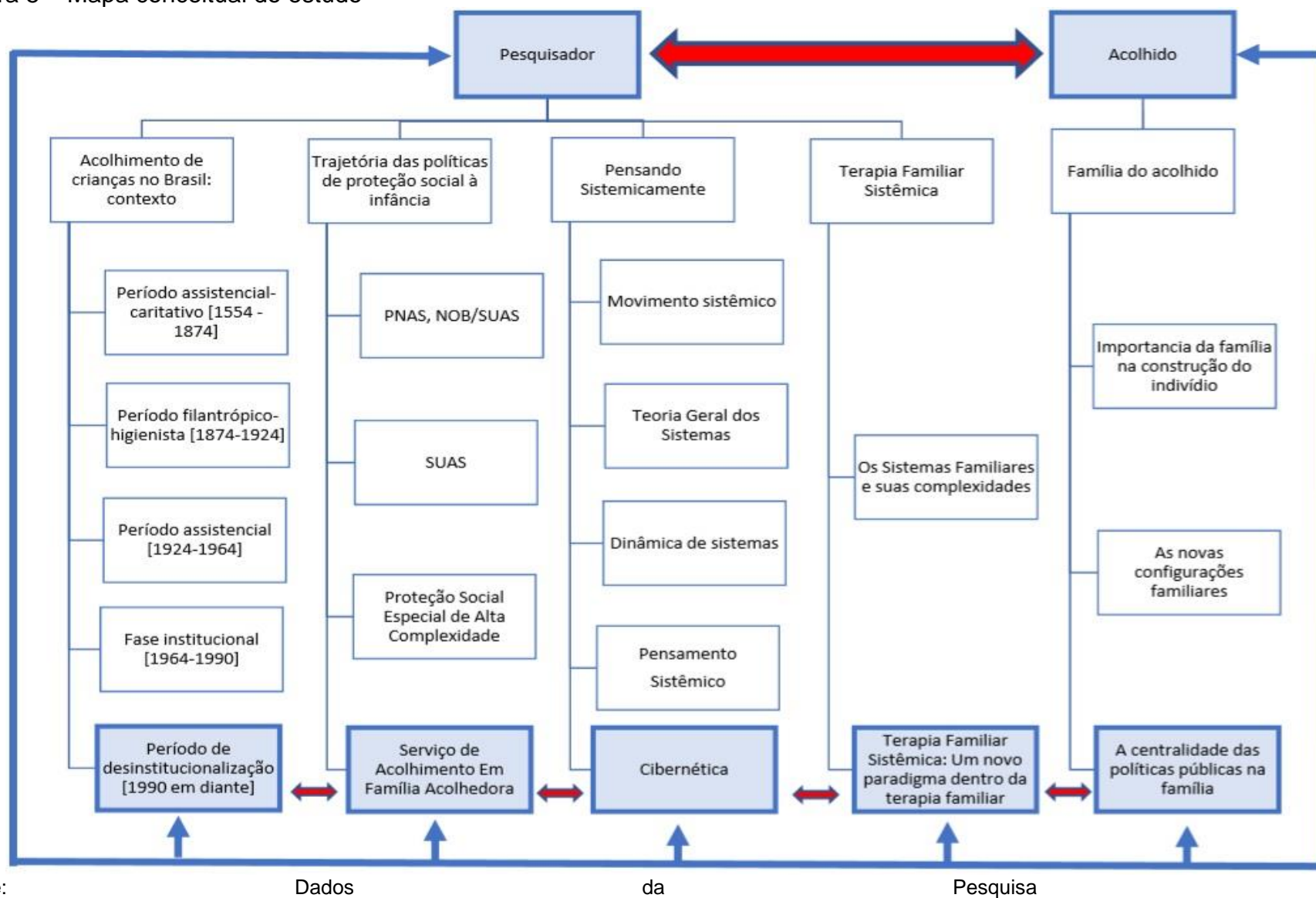
Diferente dos estudos tradicionais, a autoetnografia permite flexibilidade da linguagem escrita e, talvez por essa razão, caso não se tenha uma estrutura sólida, a pesquisa pode perder as características de produção acadêmico científica. Para evitar que isso ocorra, quem produz e utiliza dos resultados desse tipo de estudo, deve se atentar para a autenticidade e confiabilidade dos dados apresentados; a credibilidade e clareza do processo de pesquisa; o respeito ético; análise e interpretação sociocultural da vivência do autor no processo da pesquisa e; a contribuição dos resultados para a sociedade (CHANG, 2016).

Dentro da saúde coletiva, área tão vasta de publicações cartesianas quantitativas, a autoetnografia se apresenta como uma alternativa eficaz para mostrar qualitativamente informações subjetivas relevantes. Tais dados merecem ser conhecidos e analisados pois são importantes influenciadores dos dados quantitativos antes mencionados.

Entende-se que no presente estudo, o método autoetnográfico proporcionará análises e reflexões que auxiliarão na melhoria dos serviços de acolhimentos de crianças e adolescentes. Isso porque, ao analisar subjetivamente como estão hoje os ex-acolhidos, o pesquisador reúne informações diferenciadas dos dados numéricos sobre acolhimentos que se tem publicados recentemente.

Ademais, nas próprias ações de saúde coletiva, busca-se compreender “o ambiente como um território vivo, dinâmico, reflexo de processos políticos, históricos, econômicos, sociais e culturais, onde se materializa a vida humana e a sua relação com o universo.” (BRASIL, 2009c, p. 13). Este tipo de estudo será alicerçado pelos preceitos descritos no mapa conceitual a seguir.

Figura 5 – Mapa conceitual do estudo



4.4 LOCAL DO ESTUDO

O local do estudo foi o município de Içara (SC), especificamente a população envolvida com o SEAFA desta localidade.

O município de Içara conta com uma população estimada de 56.421 pessoas em 2019 e apresentava densidade demográfica de 200,42 habitantes por km² no censo de 2010. O último censo também mostrou que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,741 e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R\$38.234,51 em 2017. Na área da educação, a taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos de idade foi de 96,4% [2010] e na saúde, a taxa de mortalidade infantil é de 13.39/1.000 nascidos vivos [2017] (IBGE, 2019).

Por sua vez o SEAFA deste município atende uma das modalidades de acolhimento estabelecido para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social (IÇARA, 2002).

O SEAFA iniciou suas atividades em 30 de abril de 2002; e atendeu 170 usuários, sendo que desses 70 indivíduos do gênero masculino e 100 do gênero feminino até 31 de dezembro de 2018, data que o pesquisador começou a construir a presente proposta investigativa.

4.5 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Em estudos autoetnográficos o pesquisador é o principal participante do estudo, não obstante, os participantes que se vincularam ao enredo da pesquisa foram os ex-acolhidos que foram desligados do SEAFA do município de Içara (SC) e que retornaram para suas famílias de origem, bem como os seus familiares.

A escolha dos relatos que foram resgatados da memória do pesquisador levou em conta critérios da amostragem proposital cujo são escolhidos “[...] cuidadosamente exemplares particulares ou tipos de pessoas que melhor incrementam a compreensão do pesquisador sobre o fenômeno.” (POLIT, BECK, 2011, p. 356). Desde a data de sua implantação até o dia 31 de dezembro de 2018, foram acolhidos pelo serviço um total de 170 crianças e adolescentes, sendo que desses 70 indivíduos do gênero masculino e 100 do gênero feminino.

Dessas 170 crianças e adolescentes que passaram pelo serviço, 6 atendem os critérios de inclusão estabelecidos:

Além disso, esse regaste memorial do pesquisador e a escolha dos participantes foram alicerçados em alguns critérios de que balizaram a seleção, a saber:

- a) Ser morador do município de Içara (SC);
- b) Ter idade igual ou superior a 18 anos;
- c) Ter sido acolhido pelo SEAFA do município de Içara (SC) por um período igual ou superior a 1 ano;
- d) Ter sido reintegrado a sua família de origem após o período de acolhimento.

Com base nos critérios supracitados chegou-se a 6 participantes. Os pontos comuns entre os ex-acolhidos estão o comportamento inadequado do pai ou da mãe, ausência/negligência de um dos genitores somado ao desinteresse e/ou falta de condições da família extensiva em zelar pelo bem-estar da criança.

É importante ainda destacar que as condutas adotadas para definição de amostragem em pesquisa qualitativa não levam em conta operações matemáticas, logo entende-se que o número seja suficiente para apreensão do fenômeno.

4.6 COLETA DE DADOS

A pesquisa utilizou observação participante como estratégia de coleta de dados. Para materialização das notas de observação foi adotado o diário de campo permeado por um roteiro [Apêndice B]. A observação foi realizada entre os meses de agosto a dezembro de 2019, totalizando mais de 36 horas de observação, oportunizando uma descrição em diário de campo com mais de 6.455 palavras.

Para a realização da observação participante, “não significa transformar-se em nativo, mas sim tentar colocar-se no lugar do outro, no seu ambiente social natural, buscando apreender a imponderabilidade da vida real [...]” (MARQUES, 2016, p. 283).

Já o diário de campo é um instrumento de registros que condensou as impressões do pesquisador, seus comentários e sua reflexividade sobre o momento, no percurso de sua pesquisa. Tais registros são considerados “fonte legítima de informação para compor a análise” da pesquisa, equivalendo-se em relevância com a fundamentação teórica, pesquisa documental e entrevistas (MINAYO, 2012, p. 624).

Esse tipo de instrumento de registro acompanha os profissionais de psicologia desde a graduação e “permite uma certa materialização do vivido.” (FREITAS; PEREIRA, 2018, p. 235). Neste estudo o diário de campo foi materializado por anotações em bloco de anotações físicas [papeis] ou digitais [bloco de notas do smartfone], bem com autografações das próprias compreensões que o campo de estudo estava oportunizando.

Para a coleta de dados, realizou-se os contatos iniciais com cada um dos selecionados por meio de redes sociais [Whatsapp e Messenger] e por ligações telefônicas para familiares, tendo como intuito a construção de uma relação entre pesquisados e pesquisador. Além disso, foram realizadas inúmeras visitas em domicílios dos participantes do estudo bem como de seus familiares para a efetivação das entrevistas.

Na prática, o pesquisador saiu à campo com um roteiro de entrevista semiestruturada [Apêndice B] e com bloco de anotações para a materialização da observação em um diário de campo [Apêndice C]. No entanto, em razão da recusa dos ex-acolhidos em participar da pesquisa, a entrevista não foi utilizada, restando somente a apresentação dos resultados oriundos do diário de campo.

4.7 ANÁLISE DOS DADOS

Os estudos autoetnográficos não possuem uma estrutura padronizada de como desenvolver o processo analítico, não obstante, as descrições autoetnográficas até a materialização dos resultados podemos afirmar que seguiu os o direcionamento da análise de conteúdo temática (MINAYO, 2012), agrupando em seções ou blocos analíticos que foram fruto da inferência do pesquisador mediante a organização dos achados.

Durante as pesquisas teórico-conceitual não se encontrou uma que se debatesse especificamente os termos “análise de conteúdo” e “autoetnografia”. No entanto, ambos são fortemente relacionados às pesquisas qualitativas que buscam refletir sobre subjetividades de um determinado grupo social (SANTOS, 2017; CUSTER, 2014; CHANG, 2016; MINAYO, 2012).

A análise temática de conteúdo, consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem

alguma coisa para o objeto analítico visado, composta por três fases (MINAYO, 2014):

- a) Pré-análise: escolha dos documentos – leitura flutuante – constituição do corpus [exaustividade, representatividade, homogeneidade, formulação e reformulação de hipóteses e objetivos];
- b) Exploração do material: operação classificatória que visa alcançar o núcleo de compreensão do texto. Recortar o texto em unidades de registro [palavras, temas, frases, personagens, acontecimentos];
- c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: o analista propõe inferências e realiza interpretações, inter-relacionando com o quadro teórico desenhado.

Todo o processo foi registrado por meio do diário de campo [físico e digital] os quais foram transcritos utilizando programa de edição de texto [pré-análise]. Após, identificou-se as falas e se estruturou os relatos por pesquisados, destacando algumas falas, palavras e memórias que se mostraram importantes [exploração do material]. Por fim, realizou-se a interpretação do conteúdo obtido e a análise de como esses resultados se relacionavam com o referencial teórico [Tratamento dos resultados obtidos e interpretação].

Os relatos autoetnográficos ainda foram analisados a partir do contexto histórico e atual da assistência e políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes no Brasil e sob o enfoque teórico do pensamento sistêmico em especial a teoria do desenvolvimento bioecológico de Bronfenbrenner (BRONFENBRENNER, 1996).

Por ser relatos nos moldes autoetnográficos, a escrita será pessoal e poética no que diz respeito a fala do narrador [pesquisador], com transcrição das falas dos entrevistados em linguagem fluente e, por vezes, no estilo coloquial

4.8 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa respeitou os critérios éticos estabelecidos nas resoluções vigentes do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2016), possui o parecer número 3.214.723.

Para preservar o anonimato dos envolvidos no estudo optou pelo uso de nomes fictícios, a saber: Ana, Milena e Nestor [irmãos], Gustavo, Josué e Merciana.

O quais foram esclarecidos por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE D) de que a pesquisa não lhes acarretaria nenhum risco além do resgate de suas trajetórias de vidas. Do mesmo modo que foram esclarecidos de que a pesquisa não renderá nenhum benefício, inclusive financeiro, a não ser uma possível contribuição para o processo de construção e aprimoramento das políticas públicas de proteção e promoção social voltadas para crianças e adolescentes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados foram vinculada a discussão organizadas em quatro momentos: Minhas primeiras desacolhidas: que traz os resultados referentes ao grupo de irmãos [Nestor, Milena e Ana]; Desacolhidas continuam: dedicada ao relato da tentativa de entrevistar o ex-acolhido Gustavo; Uma acolhida: descreve como se deu minha conversa com Josué, e; Desacolhida final: que retrata a interação com a participante Merciana.

5.1 MINHAS PRIMEIRAS DESACOLHIDAS: “SILÊNCIO TRIPLO”

O primeiro contato se deu com a tia de um grupo de três irmãos [Ana, Milena e Nestor] que foram acolhidos no SEAFA. A busca por esta tia se deu em razão de que, na época em que os sobrinhos estavam assistidos, ela era o fio condutor entre a família biológica dos acolhidos e a equipe técnica do serviço. Ela assumiu este papel, pelo fato de que, sua irmã, apresentava importante quadro disfuncional, frente a sua saúde mental.

Conhecedor do endereço desta tia, dirige-me inicialmente até esta residência para um primeiro contato. Ao chegar ao local estabelecido, encontro apenas o esposo que, ao ser inquirido sobre esta senhora, informa-me que ela não se encontra em casa no momento. Pergunto qual o melhor horário para que pudesse retornar esta visita e sou informado por este senhor que o período da tarde seria mais tranquilo e me fornece o número do telefone dela.

Após alguns áudios e conversas trocados com esta tia pelo Whatzapp, combinamos o dia e a hora do encontro, para que, enquanto pesquisador, eu pudesse explicar meu interesse em conversar com seus sobrinhos. Neste primeiro áudio ela diz:

–Tú sabe que é difícil eu tá por casa, mas se tú deres certeza de que vem, eu espero. Meu marido até perguntou: o que ele [pesquisador] queria. Eu disse, nem sei o que se trata [tia de Ana, Milena e Nestor].

Entretanto, no dia e horário combinado, a mulher não estava em casa. Após saber que eu havia comparecido na data e horário combinado, ela envia um áudio dizendo:

– Desculpa de eu não estar, não consegui falar com você. Você já veio várias vezes ali em casa. Peço desculpas por que, sabe como é que é, né. A gente tem que trabalhar dia a dia. Não Claiton, o que eu puder ajudar, tu sabes que eu to aí pra ajudar. Tu te lembras daquela vez que eu ajudei aquelas meninas? Eu sô do bem. Eu preciso também de fazer este tipo de coisa, de ajudar as pessoas, sabe? Mas, se for do meu alcance, eu te ajudo. Tá bom? Pois agora, a gente precisa conversar pra vê do que se trata, tá bom? [tia de Ana, Milena e Nestor].

Uma nova data é combinada e eu, uma vez mais, dirijo-me até a residência desta senhora. Por meio de palmas, para chamar a atenção dos moradores de que havia pessoas no portão, anunciei minha chegada.

Do trajeto de sua casa percorrido no pequeno jardim até o portão, o sorriso largo já demonstra as boas-vindas. O acolhimento que esta senhora dispensou a minha pessoa, neste momento, fez com que eu retornasse imediatamente as lembranças de outrora. Aperto de mãos, palavras de afeto e sorrisos permearam minha chegada. Sou convidado a me sentar na ampla varanda que rodeia a residência.

A conversa se inicia por um caminho mais ameno, onde ambos buscam saber de suas trajetórias de vida. Ela comenta que tem acompanhado de longe o trabalho do Serviço, resultando em olhar construído nos momentos em que esta senhora busca orientações técnicas junto a Secretaria de Assistência Social. Isto acontece, como ela mesmo explica:

– Eu gosto muito de ajudar as pessoas e, tu sabes que eu não me custo a dar uma mão para quem esta precisando... sempre foi assim. Tu lembras da época que eles estavam contigo? Sempre tive junto com minha irmã. Ela dependia muito de que sua medicação tivesse hora prá dar. Eu que cuidava disso e também do benefício dela. E isso, talvez foi a pior parte [tia de Ana, Milena e Nestor].

Nesta visita informei à mulher qual o interesse que o motivou em saber sobre estes sobrinhos. Detalhei os objetivos da minha pesquisa. Ou seja, o desejo de saber o que estas crianças e adolescentes, hoje jovens adultos, após passagem pelo acolhimento em famílias acolhedoras, fizeram de suas vidas.

Neste descortinamento inicial do encontro, tenho para comigo que o caminho para a chegada até estes jovens adultos pudesse ser mais breve e tranquilo do que imaginei. Ledo engano! Quanto mais a conversa avançava, ela retrava histórias diferenciadas de vidas dos seus sobrinhos. Aos poucos uma densa

cortina era erguida diante dos meus olhos, prospectando barreiras das quais eu teria que transpor.

Adentrando nos por menores de cada uma dessas histórias, a tia vai tecendo um olhar preocupante e delicado destes protagonistas:

– A Ana se casou com um cara que mexia com droga. Teve dois filhos e depois ele abandonou ela. Agora, casou de novo e tá trabalhando. Tá bem. Mora ali perto da casa da mãe dela [tia de Ana, Milena e Nestor].

A mulher informa ao pesquisador que não tem o telefone deles:

– Tão todos de mal comigo, eles acham que eu tô usando o dinheiro da mãe deles, em meu benefício. Só o que falta. Hoje eu faço as compras do mês e levo prá ela, compro leite e medicação quando ela precisa (TIA DE ANA, MILENA E NESTOR, 2019).

Em uma desenfreada e taquicárdica fala a tia dos ex-acolhidos continua seu relato.

– A Milena casou e tem dois filhos. Tá morando longe daqui. Mora num sítio. Eu pouco sei dela. Não trabalha, só o marido [tia de Ana, Milena e Nestor].

A tia segue a sua narrativa e emenda com a história do outro sobrinho:

– O Nestor se envolveu com drogas. O cunhado dele, o marido da Ana colocou ele pra passar droga. Fico um tempo nisso. Hoje, tá morando com a namorada, do lado da casa da mãe. Ela (a mãe) deu prá ele umas peças, prá eles morarem. Tá trabalhando com o irmão, como auxiliar de pedreiro. Acho que não tá mais nas drogas [tia de Ana, Milena e Nestor].

A essa altura, com um pensamento azougue, transitando entre tantas histórias de vidas, findo nosso encontro agradecendo a disponibilidade dela em informar um pouco sobre estes sobrinhos.

A certeza de que receberei informações precisas para reencontrar estes ex-acolhidos e saber o que fizeram de suas vidas, cai por terra. A intensidade da expectativa da chegada a esta casa, para construir o mapa destes reencontros, não foi maior do que a intensidade do meu cansaço e desesperança em conseguir reencontrar estes jovens adultos. Como reiniciar este caminho?

Tal resposta me veio na semana seguinte. Minha segunda tentativa em conseguir as entrevistas com o grupo de irmãos se deu por intermédio de sua genitora. Assim sendo, dirigi-me à sua residência.

Com os últimos raios de sol do outono que banham o final da tarde, percorri uma ruela de chão batido, esgueirando-me de pequenos buracos e de resíduos que percorrem este caminho, denunciando a inexistência de uma rede de esgotos. O cheiro desagradável que chega é, ao mesmo tempo, cortado pela observação de alguns transeuntes que cruzam o percurso em um ritmo mais apressado, em direção as suas casas, depois de um dia de trabalho.

Neste trajeto, as memórias são reativadas e muitos momentos surgem em minha tela mental sobre o passado desta família. As tantas vezes que, neste mesmo caminho, transitei em busca de reconstruir junto a esta família, as possibilidades do reencontro.

Lembro da primeira vez que conheci a genitora. A informação que eu tinha dela, é que era uma paciente psiquiátrica. Com esta tarja, uma infinidade de diagnósticos [limitantes] se abre diante deste indivíduo.

Ao chegarmos em sua casa, eu e minha colega assistente social, encontramos uma mulher triste que estava lavando as louças na pia da cozinha. Um local com muita louça suja. A mesa que estava posicionada a poucos metros desta pia, jazia restos de comida e farelos de pão. A luz que banhava este cômodo era cúmplice de sua tristeza. No decorrer das posteriores visitas, muitas vezes encontramos ela neste mesmo local, lavando muita louça.

Apresentamo-nos e explicamos para ela qual era o nosso papel diante dos filhos e de sua família. Fornecemos as notícias de que como eles se encontravam e que havia possibilidades de se reencontrarem para conversar e, futuramente, retornarem para casa.

Por se tratar de uma paciente psiquiátrica e por sabermos que, neste momento, ela não estava buscando auxílio junto aos órgãos de saúde, compactuamos com ela a importância de ela estar retornando ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para dar continuidade ao tratamento médico. Combinamos também que este espaço residencial deveria estar mais higienizado. Pois, percebia-se a sujeira acumulada em todos os cômodos.

O banheiro talvez fosse um dos espaços com maior precariedade e, no decorrer dos dias, coube-me fazer uma grande higienização, para o retorno destes irmãos. Minha colega se dedicou a colocar em ordem a cozinha. Depois, juntos, partimos em direção aos quartos e ao entorno da morada. Para nós, enquanto

técnicos, era algo inaceitável. Porém, percebemos que a genitora estava sozinha nesta jornada de organização da casa.

Com o propósito de reestabelecer novamente os vínculos com seus filhos, propomos um mutirão para organizarmos esta casa. Desse modo, a mãe nos convidou a conhecer este espaço.

No local que eram destinados como quartos, não havia móveis para guardar as roupas. Apenas parcas prateleiras que serviam de suporte. Uma das paredes apresentava uma infiltração muito grande, com entrada da água da chuva, o mofo era a capa que revestia aquele ambiente.

No transcurso deste acolhimento, realizei alguns encontros com os genitores, com o propósito de ressignificar estes acontecimentos. Uma das propostas seria trabalharmos com desenhos, para podermos literalmente desenharmos os caminhos para o retorno destas crianças ao convívio familiar e criar um espaço de diálogo com maior espontaneidade.

As recordações me são muito claras, como se eu voltasse no tempo. Em um desses desenhos realizados pelo genitor, observei construções, números e desenhos com angulações. Ao ser questionado sobre essas formas, ele informa:

– Nas horas de folga eu construí uma meia água⁴, para mostrar para os filhos que quem tem vontade de construir as coisas, a gente consegue... força de vontade... comprei telhas para reformar o quarto das meninas [...] [pai de Ana, Milena e Nestor].

Frente à elaboração de sua realidade cotidiana, ele relata seu movimento em direção a reconquista de seus filhos por meio de suas habilidades profissionais, a de pedreiro. Ao reconstruir “novas histórias sobre nossas vidas, já não somos mais os mesmos. sem dúvida, quando as pessoas mudam suas autobiografias dessa forma estão mudando o sentido do self e, portanto, de autoria de existência.” (GRANDESSO, 2000, p. 274).

Este novo olhar pode ser considerado como um convite ao estabelecimento de pontes ancoradas em novas perspectivas de vida em família, além de que suas narrativas não são verdades únicas, mas novas construções sob

⁴Caracterizada pela definição de somente uma superfície plana, com declividade, cobrindo uma pequena área edificada ou estendendo-se para proteger entradas (alpendre). É o telhado mais simples e barato de construir, pois, seus apoios são muitas vezes a própria estrutura (as paredes).

outro prisma, o do reencontro com seus filhos. O genitor continuou com sua narrativa:

–Cada passo que dou, eu penso nelas [as crianças], quero sinceramente que elas voltem [...] quando voltarem quero fazer uma festa [pai de Ana, Milena e Nestor].

Ao expressar o desejo da realização de uma festa para receber novamente seus filhos em casa, o pai, intuitivamente, reorganiza uma mudança sistêmica neste núcleo familiar. Por meio do ritual da festa que simboliza o retorno de seus filhos para casa, o homem encerra o hiato ocasionado pela ruptura temporária da relação pais e filhos.

No processo de planejamento:

[...] Confiando em símbolos, metáforas e ações, que podem ter múltiplos significados, os rituais de ciclos de vida funcionam para reduzir a ansiedade em relação à mudança [...] os rituais utilizam símbolos e ações simbólicas que podem ter múltiplos significados. [...] Os rituais [...] não são “jogos” ou “truques”, mas surgem de um contexto relacional que aprecia a tendência dos seres humanos de ritualizar e a necessidade de significado nos relacionamentos humanos (CARTER; MCGOLDRICK, 2001, p.131-141).

Este espaço foi readequado para a chegada das crianças. O genitor que executava profissionalmente as funções de pedreiro, se propôs a restaurar as necessidades daquele local.

Paralelo a esta reconstrução, o retorno da genitora ao CAPS e os atendimentos semanais junto ao CREAS, também com o genitor, reordenaram este caminho, indo desaguar no regresso das crianças para esta família.

Voltando para a atualidade, desperto deste turbilhão de pensamentos, um burburinho logo adiante, chama minha atenção. Era um grupo de vizinhos que conversavam alegremente. Ao me aproximar do grupo que se encontrava a alguns metros do endereço buscado, percebi que um sorriso se ilumina entre os vários rostos. Era o sorriso contagiante da genitora. Sorriso este, que nutre nela, uma inigualável alegria pela vida.

Levado pelas lembranças percebo que a memória era clara sobre os eventos acontecidos com aquela família. O portal do tempo ainda aberto, transporta-me para as pranchas dos desenhos realizados por ela. As cores e as formas, na perspectiva do olhar feminino, se voltam para a construção do entorno, onde existe a presença de flores, enxada e vasos. Nesse momento, entre falas cortadas e

dispersas, a genitora de Ana, Milena e Nestor simplesmente interrompe a comunicação comigo e dialoga com o seu interlocutor interior:

– *Tô igual à [personagem] da novela⁵ [referindo-se aos colares e brincos que usava no momento]... tivemos essa perda e ficou meio sem sentido ... quando eu carpo eu fico feliz... tem dias que a cabeça roda e eu fico triste, mas tudo que eu quero é meus filhos [mãe de Ana, Milena e Nestor].*

Ressignificar este entorno para a chegada destes filhos, é entender que “a produção da subjetividade passa pelas necessidades e dificuldades inerentes ao processo de interação do sujeito com o mundo.” (GONÇALVES, 2007, p. 58). Além de que:

Diferentes discursos criam diferentes subjetividades e, como vivemos em múltiplos contextos com distintos posicionamentos e discursos, nem sempre coerentes entre si, muitos dos dilemas que vivemos configuram-se como conflitos entre nossas diferentes subjetividades (DREWERY; WINSLADE, 1997 *apud* GRANDESSO, 2000, p. 254).

Onde os recursos que “[...] dão sentido à vida no urbano são os lugares onde o sujeito mora e habita, trabalha e se locomove, mas, principalmente, os lugares de fruição⁶ poética resultam da montagem da realidade de injunções materiais.” (BRAUDEL, 1983 *apud* GONÇALVES, 2007, p. 53).

Esse novo sentido, esse novo olhar sobre sua subjetividade, fez com quem em delimitado momento de sua existência, foi o que ela, a genitora, conseguiu ser, reagindo a um conjunto de informações restritas ao seu cotidiano. Nesse meio tempo, o cabedal de suas narrativas e construções, poderá mudar, pois novos sentidos vão surgindo no decorrer de sua caminhada, um espaço aberto, construído dentro dos espaços relacionais.

Sendo assim,

[...] não se fala em uma história de vida, mas em múltiplas e sempre possibilidades de construção de narrativas sobre o curso da vida. Assim, podemos construir e reconstruir nossas narrativas do self, e, quanto mais somos capazes de proceder desta maneira, mais nos credenciamos para participar de relacionamentos efetivos (GRANDESSO, 2000, p. 221).

Frente à elaboração de suas realidades cotidianas, entendo que a comunicação construída neste processo relacional é, sem dúvida, um aspecto primordial para que as novas ressignificações possam se consolidar de forma mais clara e sem ambiguidades, impedindo, assim, ruídos na comunicação. Ou seja:

⁵ Novela Caminho das Índias, produzida e exibida pela Rede Globo de televisão durante o ano de 2009.

⁶ Ato de aproveitar satisfatória e prazerosamente alguma coisa.

O ruído é identificado na comunicação humana como o conjunto de barreiras, obstáculos, acréscimos, erros e distorções que prejudicam a compreensão da mensagem em seu fluxo: emissor x receptor e vice-versa. Isto significa que nem sempre aquilo que o emissor deseja informar é precisamente aquilo que o receptor decifra e compreende (CARVALHO, 1995, p. 82).

Ao me aproximar do grupo, a genitora se afasta das pessoas e vem em minha direção. Numa troca de gentilezas e perguntas sobre como ela tem passado. Ela, de forma sôfrega, informa que está viúva e que as crianças [seus filhos adultos] estão bem.

–*Tu soube que sou vó? O Nestor tá morando aqui comigo. Tá casado. As gurias estão casadas também* [mãe de Ana, Milena e Nestor].

A partir desse momento, dou início as tentativas individuais de conseguir as entrevistas com cada um dos três filhos dessa senhora.

5.1.1 Nestor, o ex-acolhido 1: “Não, se não ele foge!”

Nesta oportunidade, comento com ela sobre a possibilidade de podermos conversar com Nestor.

–*Ele tá no trabalho. Chega em casa mais tarde. Vem aí, amanhã* [mãe de Ana, Milena e Nestor].

Agradeço e me comprometo a retornar no outro dia.

No dia seguinte, como combinado, dirigi-me até o local. Antes de chegar à residência, encontro a genitora na bifurcação de sua rua. Ela sorri e conta que está esperando a outra filha, a Ana.

Como no dia anterior, o movimento de pessoas apressadas, se repetia. Desta vez, o som das buzinas e freadas dos carros, faziam eco aos latidos de alguns cães que cortejavam uma cadela no cio.

Pergunto para ela se havia comentado com Nestor, sobre minha visita. De pronto ela responde:

–*Não, se não ele foge!* [mãe de Ana, Milena e Nestor].

PUTZ! Impactado sobre esta resposta, questiono-me sobre quem a mulher estava vendo? Que papel, no passado de sua história, eu, enquanto técnico de um serviço de acolhimento, teria exercido? Lamentei verbalmente por ela não ter informado ao filho de minha visita, no dia anterior.

Náufrago de minhas memórias, fico à deriva.

No olhar de Santos (2017, p. 229) ele acredita que, “não podemos deixar de reconhecer a importância da memória enquanto dados da pesquisa.”. Citando Chang (2008, p. 71) ele prossegue “a memória pessoal é um bloco de construção da autoetnografia porque o passado dá um contexto para o “eu” no presente e abre a porta para as riquezas (analíticas) do passado.”.

Ficamos juntos algum tempo à espera de sua filha que havia combinado de se encontrarem e na expectativa de que Nestor chegasse. Falamos sobre amenidades, sobre as condições do tempo, o que ela fazia no seu dia a dia.

O encontro foi marcado pelo seu riso solto, principalmente sobre aquela cadela que estava no cio e os cães que a importunavam. Nesse meio tempo, seu olhar esquadrihava os arredores em busca de sua filha, que viria buscá-la para fazer algumas compras. Alegre, ela denuncia a presença de Ana, a 300 metros de onde nos encontrávamos. Ana acena para ela, informando de que ela fosse em sua direção. Feliz, ela se despede e atravessa a rua em direção a filha.

O céu com seus matizes vermelhos, mesclados de roxo, denunciavam o final da tarde que chegava. O sol se escondia rapidamente deixando os prédios recortados como máscaras que prenunciavam a entrada da noite. E, na espera de Nestor que não chegou, a noite caiu. Entro no carro e ingresso na longa fila de carros que me levaria de volta para casa. Junto com o cansaço físico, os pensamentos eclodem em diversas direções. O vazio toma conta e é preenchido pela música que toca no rádio, naquele momento. Tempo de se recolher, entender e ressignificar os acontecimentos da história, “que parecem se enredar numa teia complexa de fios (in)visíveis que se tecem [...]” (ORNELLAS, 2016, p. 93). Enquanto Grandesso (2000) já evidenciava que o processo de mudança é uma construção complexa que envolvendo pessoas, tempo e eventos, cabendo ao terapeuta eleger os melhores meios de transformação das narrativas conforme elas se apresentam.

Num permanente diálogo, traço novos caminhos a serem seguidos com este grupo de irmãos. A persistência ronda o pesquisador. A noite envio um WhatsApp para Nestor.

–Prezado Nestor. Como vais? Sou o Claiton responsável pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Serviço este que você foi acolhido em 2007. Hoje estou fazendo uma pesquisa para a UNESCO [uso o nome da instituição para trazer algo que é conhecido em toda a região], onde eu quero entrevistar as crianças acolhidas naquela época e, que hoje, são adultos. Quero saber como está sua vida?

O que tens feito? Se estás casado, trabalhando e se tem filhos. Gostaria de ver com você quando que eu poderia procurá-lo, para conversarmos. Preciso de mais ou menos 2 horas para entrevistar você. Posso também no sábado pela manhã. Você aceita conversar? Um abraço [pesquisador].

Informo também que havia enviado esta mensagem para Milena. Identifico que Nestor visualizara e lera, no mesmo momento. Porém, o silêncio é ensurdecedor.

A inquietação persistia:

Embora o foco esteja no participante e em sua história, as palavras, pensamentos e sentimentos do pesquisador também são parte do processo interativo nessa situação de coleta; tal é o caso, por exemplo, da sua motivação pessoal para fazer um projeto, do conhecimento dos temas discutidos e das formas pelas quais o próprio entrevistador pode ter sido tocado (ou transformado) pelo processo da entrevista (SANTOS, 2017, p. 228).

5.1.2 Milena, a ex-acolhida 2: “Hoje não vai dar de novo”

Sabedor de onde era a possível residência de Milena, na sequência dos dias rumo em sua direção. Para ter a certeza do local correto, dirijo-me até a Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro onde, segundo informações, ela residia. Buscar informações, sobre os usuários, junto as unidades de saúde é um ótimo recurso, pois a comunidade local se reporta sempre a este equipamento público.

Após localizar a enfermeira da unidade, pergunto se ela poderia me dar esta informação. Ela fica em dúvida e me convida para irmos até a sala de espera.

Naquele momento havia um considerável número de usuários, denunciando de que, algum profissional da área da saúde estaria prestando atendimento clínico. Dirigimo-nos até este local e ela pergunta para uma das usuárias, pois ela não estava certa sobre este questionamento. De pronto, a usuária, informa que sabia e se retira da sala e vai em direção ao pátio e, apontando com o dedo a direção do local que havia sido solicitado.

– Tá vendo aquele carro que está dobrando ali? Pega a esquerda, vai até o final da rua, depois tu pegas a direita e na primeira a esquerda. Ela mora na última casa da rua [usuária da UBS].

Agradeço e volto ao carro para chegar até o referido endereço. O cenário bucólico informa que transito pelos arredores da cidade. Casas esparsas dividem

espaço com cabeças de gado que pastam demoradamente. Os pensamentos dançam na expectativa deste encontro.

Conforme informado, na unidade de saúde, encontro o endereço. A sombra de antigas e frondosas árvores, uma casa branca de alvenaria, com as aberturas pintadas em azul, compõem o cenário. Do portão, que estava aberto, chamo:

–*Milena, dá licença?* [pesquisador].

Dirijo-me para a porta da casa. Rapidamente ela veio em minha direção. A expressão de seu rosto era de estranheza e receio. Pergunto se ela se lembra de mim. Meneando a cabeça, informa que não.

– *Sou o Claiton, psicólogo responsável pelo serviço de acolhimento* [pesquisador].

A senha estava correta. Prontamente ela sorri e convida para entrar em sua casa. Sento-me no sofá, diante dela. Começo a explicar o objetivo de minha visita. Ela atenta, escutava. Tão logo a conversa inicia, chega uma outra mulher e senta-se ao lado dela e pergunta: “tu conheces ele”? Sim, Milena responde.

Meus curiosos olhos percorrem o lugar e avisto, ao longe, uma outra mulher com uma criança no colo. Milena, num rápido movimento, interrompendo minha exposição, levanta-se e me convida para conhecer suas filhas recém-nascidas.

Vamos até o quarto do casal, onde uma delas estava dormindo. Um espaço simples emoldurava aquele quarto. Cama desarrumada demonstrando que ser mãe, pela primeira vez, principalmente de gêmeos, demanda cuidados.

Virando em direção a porta do quarto, ela [Milena] diz: “vem ver a outra”. Para chegar até o outro aposento, onde também dormia a outra filha, passamos pela cozinha, onde estava a mulher com a criança no colo. Sorrimos cordialmente. Neste outro espaço da casa, encontrei uma criança que dormia em uma cadeirinha de recém-nascido, colocada no chão.

Parabenizo Milena pelo nascimento de suas filhas e me dirijo para a sala, a fim de que pudéssemos agendar a entrevista. Teço alguns comentários sobre suas filhas e prontamente combinamos nosso próximo encontro, para fazermos a entrevista. Tudo acertado, despeço-me agradecendo a oportunidade de ser recebido e podermos conversar.

Na data marcada, uma sexta-feira, no início da tarde retorno para podermos falar um pouco sobre sua história. Ao chegar em sua casa, percebo que todas as janelas e portas estão fechadas. Algumas peças de roupas apoiadas em um secador de roupas na espaçosa área que abraça a casa, balançavam ao sabor do vento. Apenas o cacarejar de algumas galinhas ciscando ao redor, quebram o silêncio do local.

Chamo por ela algumas vezes. O eco do silêncio, naquele momento, é o meu companheiro. Desanimado retorno ao carro e parto de volta para a cidade. Um quebra-cabeças gigante se espatifa diante de mim. Por onde caminhar? O que minha presença reverbera em suas vidas? Que outros caminhos devo seguir?

No final do dia, encaminho uma mensagem via WhatsApp informando que estivera em sua residência como o combinado, mas não havia ninguém. Logo em seguida ela responde:

–Aiii, eu esqueci. Tive que vir na minha prima pra ela poder me ajudar com as meninas. Eu acabei esquecendo. Pode ser semana que vem? [Milena].

Proponho outras três datas da próxima semana. Ela informa que dará uma resposta à noite. Porque “agora tenho que ver” finaliza Milena.

Uma semana após o ocorrido, realizo novo contato com Milena para propor novo encontro. Num lacônico “sim”, ela aceita a data. Agradeço e informo que estarei no horário combinado. Três dias antes da data marcada, ela envia as seguintes mensagens:

–Bom dia. Hoje não vai dar de novo. Podemos fazer essa entrevista lá na mãe? [Milena].

Respondi que sim e pedi para ela marcar o dia. Alguns minutos depois Milena envia um áudio:

– Olha Claiton. Desculpa por tá remarcando direto. É que agora estou fazendo fisioterapia. Que deu ramo de ar na minha cara, não consigo falar direito [na gravação sua fala está bastante clara]. Então, ela marcou prá hoje. Não posso faltar de jeito nenhum. [A gravação continua. Porém, há um silêncio, ela não se pronuncia. Logo em seguida ela continua.] Podemos marcar lá mãe, ou na Ana com o Nestor. O que tu achas? Seria melhor né, nós três juntos [Milena].

Disse a ela que a ideia era boa e poderíamos pensar em conversar com eles. Com estas falas a comunicação é interrompida.

Semanas após estas conversas, retomo o contato com Milena perguntando para ela se já havia conversado com os irmãos, para podermos realizar as entrevistas. Milena responde:

–Ainda não. Olha, só temos que adiar pois estou muito doente [Milena].

Retorno o contato e desejo melhoras para ela.

Entrementes a estes senões, numa manhã de sábado, me dirijo até o endereço que Nestor reside. Percorro pensativo aquela mesma ruela de chão batido e de esgoto a céu aberto, que tantas vezes caminhei em direção a este núcleo familiar. A cada passo que me aproxima da casa, sinto descompassar meu peito. Como o retroceder de um filme, relembro inúmeras cenas que me levaram até ali. Absorto nestes pensamentos, chego ao local.

Diante de mim, encontro uma casa de alvenaria desgastada pelo tempo. A falta de pintura denuncia o corroído do cimento, expondo a fragilidade da habitação. Postigos de madeira gastos pelo tempo e sem pintura cerram as aberturas. Informando de que, provavelmente, não haveria ninguém naquele momento. Contíguo a esta pequena morada, ficavam as peças que a genitora havia cedido para Nestor, como a tia havia comentado.

No mesmo lastro da casa ao lado, o tempo havia sido implacável com este espaço. Na pequena corda que servia de varal, duas toalhas desbotadas e surradas pelo tempo, jaziam inertes. Bato palmas. Não encontro eco. Novamente o silêncio se faz presente. Silêncio este, que reverbera a fala de Silva (2016, p. 238) sobre:

A relação entre o sujeito que habita e a casa que é habitada é uma relação dialética onde, embora a casa pareça enquanto estrutura física, passiva, age sobre o indivíduo modificando-o, ao mesmo tempo que por este é modificada. Assim, como num jogo de espelho, reflete a trajetória do indivíduo, sua biografia, afeta e é afetada por este indivíduo. Ao mesmo tempo em que reflete, é reflexo; reproduzindo e sendo reprodutora de um legado que é histórico, cultural, social, coletivo e também pessoal.

Retorno ao carro que havia estacionado na entrada da rua. Tantas portas e janelas fechadas para algo que, inicialmente, seria tranquilo. Que sinais são estes que se descortinam diante do pesquisador?

5.1.3 Ana, a ex-acolhida 3: “Vou ver o horário certinho e te aviso”

No meio da tarde copio o mesmo texto que eu havia enviado para Nestor e altero os pronomes e busco contato com Ana, a outra irmã. Algumas horas depois ela responde:

– *Boa tarde. Eu estou bem! Graças a Deus. Tenho dois filhos. Estou casada. Trabalho em horário comercial* [Ana].

No mesmo momento respondo:

– *Boa noite Ana. Haveria possibilidades de poder entrevistar você, num sábado?* [pesquisador].

Ela diz:

– *Tá bom. Vou ver o horário certinho e te aviso* [Ana].

Agradecendo, encerro a conversa.

Após quatro dias de espera pelo retorno de Ana, no início da noite chega a seguinte mensagem:

– *Boa tarde amanhã irei fazer hora no serviço não vai dar de você vir. Se quiseres marcar outro dia* [Ana].

Agradeço o contato realizado e sinalizo que aguardarei uma nova data. No decorrer das semanas realizo ligações telefônicas, mas não são atendidas. Caem na caixa postal. Da mesma forma, que aconteceu com Nestor.

O grupo de irmãos composto por Milena [11 anos], Ana [12 anos] e Nestor [7 anos] foram retirados do convívio familiar por não terem suas necessidades básicas atendidas. A mãe, portadora de transtorno mental, encontrava-se sem tratamento e o pai ausente, quer fosse pelo trabalho de pedreiro, quer fosse pelo inebriante resultado que o álcool, usado no decorrer das horas, lhe proporcionava. As crianças estiveram em acolhimento familiar por três momentos, entre 2007/2010, perfazendo um ano e nove meses. Porém, todas elas naufragavam pela fragilidade de uma rede pública de apoio para abraçar este núcleo familiar.

No início do acolhimento as crianças se encontravam assustadas e tristes. Nestor, por ser o caçula do grupo, muitas vezes se distanciava dessa nova e temporária configuração familiar. As meninas eram tagarelas. O afeto dispensado a esse grupo de irmãos pela família acolhedora foi o bálsamo necessário para este transcurso de suas vidas, comprovando, de alguma forma, os efeitos positivos da atuação do SEAFA.

O atendimento psicossocial era parco diante do universo da exclusão familiar que eles foram obrigados a vivenciar. O processo construído pelos técnicos do serviço, para o retorno para a família de origem, gerou um misto de diferentes emoções que eclodia a cada instante desse processo.

5.2 DESACOLHIDAS CONTINUAM: “VISUALIZADO, MAS SEM RESPOSTA”

5.2.1 Gustavo, o ex-acolhido 4: “Bah! tá assim, virado num bicho”

Além do trio de irmãos, procurei entrevistar Gustavo. Gustavo, dezesseis anos na época, foi acolhido em razão da aparente negligência que sua genitora dispensava na criação deste filho que, de acordo com os olhares dos vizinhos que realizaram as denúncias para os órgãos competentes, a mãe era usuária de drogas. Percebiam que Gustavo ziguezagueava pela vizinhança desorientado pela falta de norte desta genitora. Alimentando-se hoje aqui, amanhã ali.

No processo do acolhimento, a equipe técnica do serviço de acolhimento em comunhão com a equipe do CRAS, do território desta família, alicerçou um importante processo de ressignificação do cotidiano desta senhora, resultando em novas posturas frente à vida. Por meio de atendimentos na UBS com a equipe médica, ela foi encaminhada para uma instituição para recuperação de drogados. Eram realizados encontros semanais com os técnicos do acolhimento e com profissionais da psicologia, criando assim, a construção de um novo olhar sobre sua existência. Esta senhora granjeou significativas mudanças pessoais, resultando no retorno de seu filho ao convívio familiar após doze meses em acolhimento.

Durante o processo do acolhimento, Gustavo se mostrava bastante reticente. Antagonizava com os técnicos por meio de seu silêncio, raramente quebrado por alguma fala. Na época deste acolhimento, a falta de um trabalho em rede pelos profissionais dos diferentes equipamentos públicos, impediam um olhar mais amplificado sobre os acolhidos.

Paradoxalmente a esta fala, o atendimento pelo SEAFA traçava seus primeiros passos ao encontro do trabalho em parceria com a rede pública de saúde, efetivando a integralidade do cuidado para todos os atores envolvidos. O serviço de acolhimento hoje dialoga com as diferentes políticas públicas do município [saúde, educação, habitação, trabalho, assistência social, planejamento, tributos, entre

outros], bem como instituições filantrópicas, Ministério Público, Poder Judiciário e os demais órgãos de proteção da criança e do adolescente.

Dando continuidade na busca pelos sujeitos desta pesquisa, envio mensagem para a genitora de Gustavo, que na época do acolhimento, foi uma pessoa extremamente importante na ressignificação deste evento que os abraçou. Mulher determinada e aguerrida, jogou-se por inteiro no resgate deste filho e de sua delicada história. Pelo fato de termos um vínculo bastante significativo, vou direto ao assunto e peço para ela o telefone de Gustavo. Prontamente ela encaminha.

Para preencher o grande vazio que a cada dia eu trilhava, em buscas das respostas a esta pesquisa, imediatamente escrevo para ele:

–Boa tarde Gustavo. Estou fazendo Mestrado e hoje eu quero pesquisar sobre as crianças e adolescentes que foram acolhidos no serviço de acolhimento. Pensei em você. Gostaria de saber qual a tua possibilidade de sentarmos e conversarmos um pouco sobre aquela época do acolhimento e hoje, o que foi feito da tua vida. Posso ir até você. Fiquei sabendo com tua mãe que você está morando em outra cidade. É só me dizer um dia que eu consiga agendar e irei até aí para conversarmos. aguardo teu retorno. Obrigado [pesquisador].

No decorrer das horas escrevo para a genitora:

–Clara. Ontem enviei um WhatsApp para o Gustavo. Podes, por gentileza, verificar se ele recebeu e se há possibilidades de conversar com ele? [pesquisador].

Logo em seguida ela envia alguns áudios:

–Já mandei um zap prá ele, solicitando que o senhor quer falar com ele, mas geralmente ele não fica com o celular lá no serviço. Eles entregam não sei aonde, numa caixa.(...) só na noite que ele veja, se veja, né. Tem vezes que o mercado fecha dez e meia, onze hora, enquanto tiver gente, diz ele que tem que fica. E ele tá sendo testado, né doutor. É então eles vão arrancar o couro, nestes três primeiros meses. É feriado, é semana santa, é ele. E ele não pode reclamar de nada, senão mandam ele embora. (...) senão fazem a mesma coisa que fizeram no outro. Botaram o rapaz no caixa e depois eles despediram o rapaz. Diz que não era conforme a firma. Já estava quase um ano lá. Depois de um ano que descobriram que o rapaz não servia pra firma. (...) Daí ele desanimou e foi pra outra cidade. Tá no pau. Diz o Antônio, que é o namorado, que ele tá bem feliz, é menos burocracia, menos pressão do que no antigo serviço. Porque lá era vinte quatro horas um

fungando no teu cangote. (...) mas vamos ver, a gente vai conseguir falar com ele sim [mãe do Gustavo].

Algumas horas mais tarde ela envia novo áudio:

– Conseguiu doutor falar com Gustavo? Espero que tenha conseguido [mãe do Gustavo].

Respondo que ainda não, mas que estou otimista em conseguir. Continua ela:

–Daqui a pouco ele responde ao senhor doutor. Com certeza ele já viu e vai responde para o senhor. Eu já mandei uns áudios para ele atender o senhor. Entendeu como é aqui é? Já mandei dizer que a gente não pode fazer assim com as pessoas que muito ajudaram ele, né? Falei um monte. Botei na mesa. O rapaz, sei lá aquele rapaz, não sei, doutor, não sei. Não é igual a mim, não é igual eu. Eu não, eu. A pessoa ligou para mim, me fez uma pergunta, eu já de imediato, eu já respondo já. E ele não, ele parece um advogado, tem que marcar audiência para falar com ele. Mas não é só o senhor não. É todo mundo, mas estou apertando ele daqui, para ver o que que é [mãe do Gustavo].

Uma semana após o contato com Gustavo, ainda não havia recebido o retorno da mensagem que fora vista e lida no mesmo dia. Envio nova comunicação:

– Bom dia Gustavo. Há possibilidades de conversarmos? Um abraço [pesquisador].

Também visualizada, lida e sem respostas. Busco novo contato com a genitora.

–E teu filho não quer conversar comigo? [pesquisador].

Ela de pronto responde:

–O que que a gente pode fazer com aquele rapaz, doutor? Eu acho que ele não assume que é depressivo, doutor. Ele esconde muita coisa. Ele é muito sigiloso, é muito... eu não sei na época com o senhor, que ficaram com ele. Como era a reação dele. Como era? Mas ele sempre foi assim, sempre foi assim, mas eu acho que... e ele tá, ele engordou também vários quilos, doutor, depois que ele saiu da empresa ele foi morar na casa do Antônio que é muito gente boa, tudo. O Antônio deu altas força prá ele. Ele trancou a faculdade, né. Ele entrou num trauma, ele ficou aqui em casa dormindo quase dois meses, ele não saia prá caminhar, como ele saia de primeiro, ele não ia numa festa, num lugar onde convidavam ele. Ele não ia. De primeiro ele ia, até de ônibus, arrumava carona prá volta, conversava com as

peessoas pelos whats, dizia que estava esperando, pegar em tal lugar. Ele estava em comunicação. Depois ele se afastou de tudo, se tranco até mesmo aqui. Quando ele foi pra outra cidade, eu gostei. Chegou lá e estava fazendo a mesma coisa que estava fazendo aqui, dormia o dia inteiro e de noite ficava no notebook, tablet, sei lá o que. E ficava. Daí arrumaram um serviço para ele lá, não deu certo. Que era na firma do Antônio junto com o pai mãe, sei aquilo. Já mora junto, já tá com o sogro. O sogro ainda é patrão. Estressou. Engordou muito, engordou mesmo e depois conseguiu serviço. Vai fecha três meses. Antônio diz que tá bem melhor, mas ele tá inacessível também, com a minha pessoa também. Todos zapes que eu mando para, um que outro que ele abre. Eu falo mais é com o Antônio Eu vou mandar seu zap pro Antônio para ele falar com o senhor. O senhor é doutor e aí dá as explicações prá ele. Ele também tá passando uns maus bocados. Converso particularmente com ele. Ele fala que é deste jeito mesmo. Pois é, meu filho. A gente fica ruim de ver ele ruim. A gente adocece de ver ele adoecendo e não pode fazer nada, ele não se abre, não se diz, não conta o que tá passando por dentro. O quê que é, o quê que não foi. Ele não xinga, sei lá, eu não entendo doutor. O senhor que é psicólogo, né doutor? Mas o meu sintoma é uma pessoa que precisa de ajuda, dum psicólogo, precisa [mãe do Gustavo].

No dia seguinte, após tentar encaixar algumas peças deste quebra-cabeças, escrevo para ela:

–Boa tarde Clara. Quero pedir tua gentileza em solicitar ao Gustavo que fique tranquilo. Vou respeitar o silêncio dele. Obrigado [pesquisador].

Dez minutos depois recebo o seguinte áudio:

–Eu já falei com ele doutor, que não tem por que ficar com picuinha, não atender e ver o que que é, o quê que não é. Se fosse comigo ela falava comigo. Ele quer fala contigo. Então tu tens ao menos que ouvir o que ele tem prá te dizer. E aí eu passei o número do senhor pro Antônio, que é uma pessoa mais centrada e que tá aguentando, suportando seu Gustavo. Porque o Gus não é mais aquele. Se ele era meio estranho quando estava na mão de vocês, não sei. Agora ele triplicou. Tá assim. Bah! Virado num bicho. Tipo um coiceiro mesmo, tipo um cavalo dando coice, como diz o ANTÔNIO. É dois dias bons, uma semana dando coice. O romance deles, a vida deles também tá bem confusa, bem estressada, diz o Antônio que conversa comigo, que se abre pra mim. Ele não tem com quem se abrir. Na verdade, quem tinha que ser meu filho era o Antônio. Porque os pais dele não aceitam bem o,

assim ele. Isso é entre nós que a gente está falando. E eu não, eu aceitei, eu abracei como filho. Eu aceito de coração. Eu não aceito dizer que ela aceitou, porque não aceitou. Não, eu aceitei de coração. Todo mundo devia aceitar. (...) o Antônio é gente fina e ele vai falar com o senhor. Não digo que é hoje, amanhã, porque ele anda na estrada e aí se ele tá fora. Eu tento falar também com Gustavo., mas também não consigo, tá sempre fora de online, fora de online. E também não tenho muita resposta, não doutor. Não tenho respostas. Não que eu peça dinheiro pra ele, não peço nada. Eu me viro nos trinta, aqui sozinha mesmo, mas ele é assim mesmo. O Antônio vai dá uma palavrinha com o senhor, se o senhor não se incomodar. Ele vai explicar melhor o que tá acontecendo com Gustavo [mãe do Gustavo].

Um ponto de destaque durante o acolhimento de Gustavo, foi a inserção do adolescente no mercado de trabalho, como estagiário dentro de um órgão público. Hoje, pelo olhar de sua mãe, Gustavo se apresenta depressivo, com a faculdade interrompida e trabalhando em um local que não gosta. Divide a casa com o namorado que o apoia, mas em isolamento dos demais núcleos sociais.

A celeridade do processo, desta pesquisa, ressoa a cada instante. Pelo fato, da Ana, Milena, Nestor e Gustavo não demonstrarem interesse em participar deste processo de pesquisa, sigo em busca de uma possível entrevista com um ex-acolhido.

5.3 UMA DESACOLHIDA CARINHOSA: “TCHAU, BEIJO, TE AMO, ESTAIS NO MEU CORAÇÃO.”

5.3.1 Josué o ex-acolhido 5 “Eu sô traficante.”

Josué, outro acolhido pelo serviço, com oito anos havia perdido a mãe, sido rejeitado pelo pai biológico e pela família extensa. Posteriormente, encontrou uma família que desejou adotá-lo. Entretanto, sofreu rejeição por parte da mãe adotiva que alegou incompatibilidade.

Após esta expectativa frustrada e o retorno para o acolhimento, nova proposta de adoção foi realizada e, pelo fato de não haver familiares interessados e nem mapeados, Josué parte novamente para a construção de uma família. Ledo engano, após dois anos convivendo com esta nova família, novamente a ausência

de compatibilidade, anunciada pela chegada de um filho biológico fez com que Josué retornasse ao acolhimento familiar. Monstruosa dor, jamais vivenciada.

Neste momento, o serviço de acolhimento trabalhava na construção de uma equipe técnica exclusiva do serviço, possibilitando desse modo, que os registros e mapeamentos das famílias extensas, pudessem ser mais bem desenhados. Sendo assim, Josué ficou, entre idas e vindas, por quase quatro anos [47 meses] acolhido em diversas famílias acolhedoras. Após este longo inverno regressou ao convívio com sua família de origem. Inicialmente passou a residir com sua irmã paterna e, posteriormente, com o genitor que estava detido em um presídio numa cidade do interior de Santa Catarina.

Sem cogitar a possibilidade de desânimo, busco junto a Josué o próximo contato. Faço uma busca pelas redes sociais para identificar o entrevistado. Localizo no facebook o perfil dele e inicio, por meio do MSN, o diálogo. O mesmo texto que utilizei com os outros ex-acolhidos, encaminho para ele.

Em menos de uma hora ele já se pronunciava e informava o telefone para podermos conversar. Neste momento, é pelo aplicativo que conversamos:

–É um prazer falar com você de novo saudades [Josué].

Comento que também tenho saudades daquela convivência de longo tempo e retomo o convite para a participação da pesquisa.

– Olha, da minha vida, acho que muitas coisas mudaram. Eu mudei. [continua]. Não sou mais um menino, sou já um homem que já vai fazer 20 anos [Josué].

Mais algumas falas que remontavam aquele período, e por fim ele silencia do outro lado.

No dia seguinte retomo o contato e informo que o telefone que ele havia informado, não estava disponível. Pergunto-lhe quais dias ele teria disponibilidades para esta conversa. Apenas o silêncio que encontro como resposta. Três dias depois volto a procurá-lo e nenhum sinal de comunicação se estabelece.

Para interceder junto a este jovem, dirijo-me até a residência de sua irmã, que fora o eixo familiar que demonstrou interesse em tê-lo após o desligamento do serviço de acolhimento.

Lanço mão apenas da lembrança do endereço. No trajeto até esta residência, uma cascata de lembranças destes núcleos familiares, me assolam o

pensamento. Como um cão farejador vou cortando as avenidas e ruas que me separam deste local, num jogo de adivinhações, chego até o endereço.

A residência apresentava as mesmas paredes sem reboco e sem pintura. Agora, mais corroídas pelo tempo. Os espaços vazios do terreno, hoje são tomados pelo mato crescido e pequenos montes de entulhos.

Identifico um número grande pessoas no interior da residência, onde conversavam animadamente. Peço licença ao entrar nas cercanias da propriedade e vou em direção a eles.

Informo que estava à procura da irmã do jovem. Eles informam que ela não estava. Comento meu interesse em falar com Josué. O irmão mais velho dele diz que o genitor estava por ali. Perguntou se eu queria falar com ele. Como não? Pensei, talvez ele me desse mais pistas de onde eu poderia encontrar Josué.

–Pai! Tem um homem aqui que quer falar contigo [irmão do Josué].

De uma peça contígua a casa principal, sai um homem com uma aparência cansada. Cumprimentamo-nos e informo que estava à procura de Josué. Ele comenta que seu filho havia casado e tinha transferido a residência para uma cidade litorânea da região.

Pergunto-lhe se ele poderia informar algum telefone para contato. Diz apenas que o número que ele tinha, como sendo do seu filho, não consegue lograr êxito em suas chamadas. Penso, que talvez fosse o mesmo número que eu tinha. Ele informa que não tem mais este número. Agradeço e retorno para o carro.

Que hipóteses deverei lançar diante destas situações que se descortinam diante de mim? Pensativo, como num labirinto, busco a saída deste bairro.

Sessenta dias após aquele último contato, Josué envia uma mensagem:

–Oi boa tarde você queria falar comigo [Josué].

As possibilidades de podermos conversar novamente são acesas. Comento que havia ido até a residência de sua irmã e havia encontrado seu genitor que, teria informado de sua mudança para o litoral. Para meu espanto, ele pergunta:

–Meu pai tá lá na mana? Pq não vi mais ele [Josué].

Inicia uma conversa difícil de ser entendida. Entre palavras entrecortadas, Josué informa outro número de telefone.

Retoma os mesmos questionamentos sobre seu pai e a relação com sua irmã, visto que, eles não estavam tendo um convívio familiar adequado. Segundo

ele, estavam brigados e ele não estaria residindo com sua irmã. Novamente o silêncio se estabelece.

Uma semana após este silêncio, vou por outro aplicativo a busca por contato:

–*Boa tarde Josué. Como vais? Podemos combinar um encontro? Abraços Claiton* [pesquisador].

Exatamente duas horas após o envio da mensagem, ele denuncia sua presença:

–*Como conseguiu meu contato?* [Josué].

Realizo um *print* da tela na mensagem no MSN que ele havia informado seu telefone e encaminho para ele e digo:

–*Ué. Você mesmo* [pesquisador].

–*Ah! Verdade* [Josué].

E, de pronto, volta a perguntar sobre seu genitor:

–*Como meu pai estava na minha irmã. Se eles não se falam mais* [Josué].

Comento que havia conversado com ele, mas não havia visto sua irmã.

Prossegue na sua conversa desejando encontrar respostas para suas dúvidas:

–*Tá, mas não tinha ninguém além do meu pai?* [Josué].

Respondo que sim e elenco os atores daquele encontro. Satisfeito com minha resposta, parto em direção ao convite para a pesquisa:

–*E daí, o que tu achas de sentarmos pra conversarmos sobre aquela época que estivemos juntos, quando estavas acolhido. Gostaria de saber como foi para você ter passado pelo acolhimento. Tu achas que estarias disposto a fazer esta volta no passado? Relembrar aquela época. Fica bem tranquilo para decidires* [pesquisador].

Num piscar de olhos observo que ele havia escrito uma mensagem e apagado imediatamente. Não consegui ler. Na sequência ele pergunta:

–*Posso falar uma coisa pra você?* [Josué].

Digo que sim e ele prossegue:

–*Eu sô traficante. Por isso. Não quis falar. Já fui preso por tráfico. [continua] você é estudado chega aonde você quiser, você é uma boa pessoa. Tenho um carinho muito grande* [Josué].

Atônito a estas falas e como num claro/escuro, vou do momento presente ao passado em átimos de segundos.

A cena que estampa a tela visual, foi a do nosso primeiro encontro. Por meio de técnicos do serviço público que trabalhavam com crianças e adolescentes, ficamos sabendo [eu e minha colega] de que havia um menino que estava em processo de aproximação com uma família, para ser adotado. Entretanto, esta família havia declinado o interesse em tê-lo sob seus cuidados, pois o menino era “bastante levado.”. Estes técnicos nos procuram, pois, como responsáveis técnicos do SEAFA, éramos os profissionais adequados a tratar deste assunto.

Era um dia quente de verão. Juntamente com o motorista e minha colega, nos dirigimos para a zona da praia, que era o que o endereço que haviam nos informado. Minutos depois, chegamos em uma propriedade rural, onde um grupo de casas, de forma próxima, insinuavam um pequeno condomínio familiar.

Paramos o carro na frente de uma das casas e descemos. O calor das primeiras horas da tarde, era desconfortável. Tarde seca e muito quente, fazia parceria para aquela estrada de chão batido e poeirento, que nos levava a entrada principal deste pequeno condomínio familiar.

Um homem se aproxima do carro. Cumprimentamos e perguntamos quem era o responsável pelos cuidados com Josué.

–*Eu mesmo* [responsável por Josué].

Explicamos quem éramos e qual seria o nosso papel.

O homem que aparentava uns 30 anos, de imediato, inicia sua fala dizendo que, por ele, ele ficaria com o menino. O problema era a esposa que não havia se adaptado ao garoto. E, desta forma, eles iriam “devolver”. Termo estranho para quem deseja ser pai e mãe, em um processo de adoção, e nos momentos iniciais de uma relação, opta em devolver a criança por haver uma inadaptação entre os envolvidos. Como este casal/família construiu a ideia de se tornarem pais?

Mencionamos que gostaríamos de conhecer o menino. Ele aponta com a mão, a direção onde ele estava. Olhamos ao longe e vimos uma frondosa árvore que montava sua tenda de folhas sob um gramado impecavelmente cuidado.

Em uma pequena troca de olhares, entre mim e minha colega, informo que eu iria até ele, enquanto ela continuava a conversa com aquele homem. Encontro nas palavras de Rucker (2016, p. 208) a ressonância para esta lembrança:

Algumas vezes eu fico imaginando o que seria de nós se, nesses momentos de demandas tão intensas, não houvesse a música, o riso, a empatia. Como poderíamos ter sobrevivido se não tivéssemos sido capazes de perguntar, mesmo que através de um olhar: “O que está acontecendo?”. Nossa salvação estava numa resposta que se dava tacitamente, em silêncio: “Seja o que for, você não está sozinho”.

Dirijo-me para aquele local, mais sombreado. Protegendo-se do escaldante calor, o menino se refugiava da alta temperatura.

Provavelmente mergulhado em seus sentimentos de que, mais uma vez estaria sendo abandonado por alguém. Pois, no pretérito seu genitor o havia abandonado e sua genitora havia falecido. A família extensa, naquele momento, não havia demonstrado interesse em lhe ter sob seus cuidados.

Aproximo-me e ao esquadrinhar a cena e o garoto, percebo que ele tem uma pequena deficiência em uma de suas mãos. Como diante de um espelho, vejo-me naquele menino. Em uma das minhas mãos foram amputados dois dedos, em decorrência de um acidente com fogos de artifícios.

Pensei de imediato que este seria o passaporte para iniciarmos nossa conversa. De fato, no decorrer do tempo, percebi que minha percepção estava afinada. Apresento-me e de imediato já comento sobre nossa semelhança física. Percebo um tímido sorriso em seu rosto. A luz do sol cede diante daquela generosa sombra e, minha retina, adequada aquela reduzida luz, percebe um lindo menino de cor cuia e com postura que denotava abandono.

Digo-lhe que minha presença, naquele momento, é para lhe informar que estaríamos o transferindo para uma outra família, enquanto não descobríamos familiares seus que poderiam ter interesse em tê-lo sob seus cuidados.

A conversa construída naquele espaço, foge de minha memória. Porém, tenho a certeza de que, o vínculo formado entre nós foi muito forte, para hoje de forma indireta proteger-me da geografia que a vida construiu com ele.

Absorto em memórias e reflexões, volto para o presente e continuo a conversa com ele. Escrevendo:

– As opções que você fez na vida, são suas decisões. Eu conheci um menino que até hoje está no meu coração. Por isso que procurei você. Esta conversa não irá expor sua vida atual. Apenas queria saber de você. Não irei divulgar nada que tenha teu nome ou tua fotografia [pesquisador].

Ele continua:

–*Mas isso não vai ser como amigo? Vai ser outra conversa sobre trabalho* [Josué].

Respondo que não será como trabalho profissional e sim, como pesquisa para um trabalho na universidade.

–*Vai fazer um livro? Como sinto saudades de meus irmãos* [Josué].

Pergunto se ele não conversava mais com os irmãos e sua família.

–*Não. Desde dos meus 16. São 4 anos* [Josué].

Ainda que um ou mais de seus membros não estejam aptos para o desempenhar de suas funções dentro da conjuntura familiar, a relação familiar é importante. Pois, como bem apontou Dias (2011), a família é a matriz de desenvolvimento dos seus membros, mesmo quando suas relações estão afetadas. Uma prova disso se dá nas falas de Josué que, no decorrer dessa conversa, demonstra muito interesse em saber dos familiares.

Questiono a ele se a família não quer mais vê-lo.

–*Pior que eu não sei* [Josué].

Desconfortado com as informações que estão sendo descortinadas naquele momento, digo:

– *Querido. Vou precisar atender o paciente que chegou. Falamos na sequência. Te cuida. Te protege. Fique bem* [pesquisador].

Como últimas palavras ele diz:

– *Tá. Muito obrigado pela sua atenção. Tchau bj te amo estas no meu coração. Tô até chorando* [Josué].

Rabinovich (2016, p. 193) registra que:

As experiências infantis que marcam são frequentemente dolorosas, principalmente as relacionadas com injustiças e violências. A idade adulta traz uma perspectiva mais ampla sobre o que realmente acontecia, e suaviza as marcas, e também colore mais fortemente os adultos que se importaram conosco.

Finalizo este contato dizendo:

– *Também te amo. Sinto um carinho grande por você. Emocionar-se faz bem pra alma. Cuide-se. Até breve* [pesquisador].

A chegada do paciente era apenas um pretexto para que a conexão chegasse ao fim. Era uma sucessão de elucubrações que me deixaram atônito.

Como visto, atualmente, com vinte e um anos, Josué é traficante e vive isolado dos familiares. Como técnico de um serviço que acolhe crianças e

adolescentes, me questiono, onde faltou orientação para construir um norte adequado a este jovem? Que olhares deveriam ter sido traçados para que este tipo de situação não viesse acontecer?

5.4 DESACOLHIDA FINAL: “EU E MEU MARIDO, NÓS PUDEMOS IR AÍ”

5.4.1 Merciana a ex-acolhida 6: “É, talvez, o marido não tenha gostado”

Merciana foi acolhida em família acolhedora aos quatorze anos de idade por ter sofrido abuso físico, sexual e emocional por parte de seu pai. Situação essa negligenciada pela mãe, pois a mesma não residia mais maritalmente com este genitor. Na época, a menina apresentava uma fragilidade física e emocional bastante preocupante. Novamente, o trabalho exercido pelos técnicos do serviço de acolhimento e a família acolhedora, foram cruciais para a restauração do bem-estar desta adolescente.

Após quatro anos em acolhimento e muitas estradas percorridas em busca de familiares que pudessem lhe dar a devida atenção, Merciana completou dezoito anos e demonstrava estar apta ao convívio com sua genitora e voltou a dialogar com o pai que, devido a problemas de saúde, mostrava-se extremamente debilitado. Inclusive, Merciana foi uma das responsáveis em lhe cuidar até o final de sua existência física. Hoje, a jovem se encontra com vinte e oito anos, casada e com filhos. Desconhecemos sua trajetória profissional.

Para a entrevista com Merciana, procuro a mãe acolhedora e informo o meu desejo em conversar com Merciana e delinear alguns traços desta pesquisa. Visto que ela possuía um forte vínculo com a mãe acolhedora, pois foram quatro anos no acolhimento. A mulher informa que quando sua filha chegar, ela poderá me passar o número do telefone de Merciana. “Elas que conversam mais”. Explica ela.

Passados alguns dias recebo um WhatsApp com o número da minha entrevistada. Imediatamente envio mensagem explicativa sobre a pesquisa. Alguns minutos mais tarde ela sinaliza:

—Sim, bom dia podes falar? [continua] você está trabalhando aonde, aí em Içara, no mesmo lugar? [Merciana].

Respondo para ela informando que sim:

—Sim. Continuo trabalhando em Içara. Caso você aceite conversar, posso ir até você e explicar para você e teu esposo o que estou fazendo. Esta pesquisa é

uma forma de saber o que poderemos fazer de melhor para as crianças e adolescentes que precisam ser acolhidos [pesquisador].

Outros áudios sucedem a conversa:

– Sim. Pode. Só que eu estou morando bem longe (latidos de cães disputam espaço com sua fala) aqui em Mato Alto. Claro, pode sim. Podes vir sim. Pode ser aí também, eu e meu marido, nós podemos ir até aí, aonde você está também. Mesma distância, que eu vou aí visitar a mãe, aí nós passamos por aí [Merciana].

Menciono sobre a possibilidade de datas para o encontro acontecer e finalizo sugerindo que ela possa trocar uma ideia com o esposo, sobre este processo.

Diante das idas e vindas, construídas no serviço público, a história da Merciana serve de cenário para um novo acolhimento. Atualmente acolho uma criança vítima de negligência pela genitora que, por sua vez, também negligenciou com suas outras filhas. Na busca por esclarecimentos, mergulho novamente no passado de Merciana, pois o novo endereço, onde essa família reside, é o mesmo endereço que Merciana vivia na época do seu acolhimento.

É brilhante percebermos que:

Toda imagem é grávida de histórias, e cada história sugere infinitas imagens que *habitam dentro de nós*, geralmente carregadas de sensações, encantos, desencantos e dissabores da vida. Imagens que disparam como *flash* na memória, e eclodem reminiscências do passado. O imaginário, por vezes, se mistura ao real, e vai dando contornos às lembranças, resgata espaços, pessoas, vozes, rostos, imagens, em um emaranhado de afetos que agora se reconstrói através de fatos, como um *trailer* de um filme ainda vivo, presente em minha vida (ALMEIDA, 2016, p. 177).

Longos oito anos se passaram desde o acolhimento de Merciana. A cada quilômetro rodado em direção a este mesmo cenário, para averiguar a situação deste grupo de irmãs, o parto das imagens guardadas no arquivo da memória, acaba acontecendo. Reconheço o desconforto que isto causa. Ao chegarmos ao local, percebo que o tempo foi cruel com a arquitetura da casa. Ela denunciava que não havia recebido uma mão de tinta, provavelmente, há oito anos. Corroída pelo tempo, as paredes debulham-se sobre os moradores. O pátio que serve de limites para esta moradia, acusa a mesma falta de cuidados. Pedacos de bonecas e peças rotas das roupas, que outrora vestiram alguém, inertes, revelam algum sinal, provocadas pela suave brisa que, naquele momento, nos refrescava do intenso calor da região.

Recordo a imensa escadaria íngreme que leva ao andar superior que, por inúmeras vezes trafeguei, com o intuito de encontrar caminhos e respostas aos abusos físicos e emocionais sofridos por ela. O cheiro acre da residência servia, neste momento, de travessia a um passado distante. Este mesmo cheiro jazia há oito anos quando buscávamos respostas. Hoje, todas estas respostas permanecerão no silêncio de Merciana e no túmulo de seu pai.

É possível que haja o entendimento de que falar não trará benefícios para suas vidas. Enquanto falar, poderá resultar em complicações [punições] por algo que for dito. Exatamente como ocorre com o silêncio das vítimas em relação aos seus agressores: Se você contar, eu te mato!

Como dar vida a esses ecos do passado. Diferentes versões se projetam. Reviver este passado, para Merciana, talvez seja como a situação no olhar de Dostoiévski que (SANTOS, 2016, p. 215) nos revela que:

Existem nas recordações de todo homem coisas que ele só revela aos amigos. Há outras coisas que não revela nem aos amigos, mas apenas a si próprio, e assim em segredo. Mas também há, finalmente, coisas que o homem tem medo de desvendar até a si próprio.

Exaurido pelas memórias, percebo que os dias ampliaram a data do último contato. Realizo nova abordagem:

–Bom dia Merciana. Na segunda-feira eu teria como dar um pulo até Mato Alto Vocês poderiam me receber? Agradeço muito tua colaboração nesta pesquisa. Claro que, se você não desejar participar, mesmo assim, agradeço o contato. Obrigado [pesquisador].

Por volta de quarenta minutos a mensagem é visualizada, porém sem resposta.

Em nova visita para a mãe acolhedora, comento que havia conversado com Merciana e ela demonstrou interesse em participar, mas achava estranho o fato dela não realizar mais contato.

–É talvez, o marido não tenha gostado [mãe Acolhedora de Merciana].

Finaliza a mulher. Provavelmente sabedora de alguma coisa.

Bastos (2016, p. 163), acredita que:

Talvez a vida seja a arte de esquecer. Talvez ser adulto significa erguer uma outra arquitetura, algo que possa fazer sentido no âmbito do coletivo, que possa ser partilhado, mesmo que seja impossível a transcrição do puro sentimento e da pura experiência.

Ou, ainda, nessa fase da vida [adulta], tenhamos que optar por quais batalhas devemos lutar. Uma vez que nem sempre podemos ser ou fazer o que desejamos. Nem sempre podemos representar a criança que no passado foi vítima de algum tipo de abuso, restando-nos apenas, a possibilidade de colocar a roupa da vez e enfrentar os desafios que temos no dia.

Resgatando na memória o sofrimento que cada um desses indivíduos vivenciara, aqui descritos nessas resumidas linhas, percebo que, independentemente de como se encontram atualmente, o serviço de acolhimento em família acolhedora foi efetivo sim.

Ancoro essa afirmativa no objetivo primário do serviço que é o de acolher, em um ambiente familiar, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Portanto, quando no momento de negligência dos genitores e/ou responsáveis, essas crianças foram devidamente acolhidas em ambientes adequados, sendo interrompidas as situações que feriam seus direitos.

Mesmo entendendo que há efetividade na prestação do serviço, não ignoro o fato de haver espaço para a sua melhoria, como por exemplo acompanhamento mais intenso após o retorno da criança ao convívio familiar, principalmente pela rede composta pelas políticas públicas ofertadas no município, assegurando assim, maiores garantias de oportunidades de desenvolvimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno dos acolhidos para o seio familiar, requer uma grade de nuances bastante ampla. Seja na parte afetiva, como nas condições de habitabilidade dos espaços físicos onde residem, bem como a situação profissional dos principais cuidadores. Importante ponto a ser destacado é a rede construída junto a família extensa e ao convívio social [diferentes microssistemas]. Este mapeamento é importante para dar a sustentabilidade necessária ao principal núcleo familiar, que acolhe novamente a criança e adolescente que estivera temporariamente fora deste convívio.

Os sistemas, por sua vez, falham diariamente com esses indivíduos ao não garantir seus direitos básicos, promotores de uma vida digna. A começar pela família, principal sistema de proteção da infância, percebe-se também haver uma sincronia entre os sistemas para que cada um microssistema: núcleo familiar; mesossistema, comunidade imediata; exossistema, comunidade institucional e macrossistema, estrutura política e social cumpram seus deveres como se espera.

Os ex-acolhidos do SEAFA selecionados não desejaram falar sobre suas vidas. Há cada tentativa de contato, assentavam-se dificuldades para evitar conversar sobre o assunto. A impressão que nos gera, é a de que todos os sistemas [família, comunidade, instituições e estrutura política e social] falharam com essas crianças e adolescentes ao ponto de nenhum deles [hoje jovens e adultos] desejam falar sobre como estão.

Uma das hipóteses de os ex-acolhidos não participarem foi a **falta de compreensão em si da pesquisa**. O vincular do estudo com o serviço que no passado exerceu controle total sobre suas vidas e não somente como um estudo acadêmico independente, podendo ter contribuído para essa recusa.

Os técnicos do SEAFA podem não representar uma recordação positiva para os ex-acolhidos, pois **a figura do pesquisador pode aflorar lembranças ruins do passado**, uma vez que no período de introdução do serviço precisava-se disputar espaço com o conselho tutelar que era quem realizava estes acolhimentos, muitas vezes sem critérios. Não se pode descartar ainda a possibilidade da equipe técnica, no início de suas atividades, ter feito um processo de reaproximação incongruente.

As histórias vivenciadas pelas crianças e adolescentes representam momentos de extrema fragilidades de suas vidas. Ainda que seja doloroso, falar do passado pode ser uma forma de potencializar sofrimentos psíquicos. O silêncio dos ex-acolhidos pode ser também um tipo de acomodação ao meio social uma vez que algumas lembranças as podem parecer proibidas, indizíveis ou vergonhosas.

Independentemente de suas motivações para não falar de suas vidas, os silêncios desses participantes geraram ecos de que algo não vai bem, que apesar dos esforços despendidos por partes dos serviços de proteção, os ex-acolhidos, hoje jovens adultos, não se sentem confortáveis e ou seguros para falar de suas vidas.

Por fim, diante dos resultados, **recomenda-se aos profissionais** que atuam na rede de serviços públicos dentro do território [saúde, educação e social] cumpram seu papel dentro da integralidade de cuidados, principalmente para a identificação de situações que careçam de acompanhamento após o retorno dos ex-acolhidos às suas famílias de origem.

Para **a formação**, sugere-se a realização de estudos com abordagens qualitativas e quantitativas para que se investigue de forma mais regular a efetivação dos SEAFA, bem como um olhar amplificado das políticas públicas que, a princípio, deveriam fazer parte dos diversos sistemas que estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carla Verônica Albuquerque. **Menina Adulta na Infância:** Reminiscências de Família. In: Autoetnografia Colaborativa e Investigação Autobiográfica - A Casa, os Silêncios e os Pertencimentos Familiares - Coleção Família e Interdisciplinaridade. Organizadoras: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; SILVA, Maria Angélica Vitoriano da; LEAL, Teresa Cristina Merhy. Editora: Juruá – Curitiba (PR), 381p. 2016.
- ALVES, Roosenberg Rodrigues. **Família Patriarcal e Nuclear:** Conceito, características e transformações. In: II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/UCG. De 14 a 16 de setembro de 2009, Praça Universitária, Área II, Goiânia (GO), 2009.
- ALVEZ, Líliliana Bettina. **Aplicação da dinâmica de sistemas no planejamento de projetos de desenvolvimento:** projetos de habitação social. 2008. Florianópolis - SC, 2008.
- AMARAL, Sílvia Adriane Teixeira. **A proteção da criança e do adolescente e o direito à convivência familiar:** uma análise a partir da realidade brasileira. 2012. Versão *online*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2012. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1925/Silvia%20Adriane%20Teixeira%20Amaral.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- AMARO, Fausto. **Introdução à sociologia da família.** 2006. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006.
- AMBRÓSIO, Bernanrdo Giori. **Modelagem da fase de requisitos em processos de desenvolvimento de software:** uma abordagem utilizando dinâmica de sistemas. 2008. Versão *online*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa. 2008. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/2581/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- AMORIM, Roseane Maria de.; CARDOSO, Lílian Bárbara Cavalcanti.; SANTOS, Fernanda Lays da Silva Santos. **O pensamento higienista do intelectual Arthur Ramos na obra Saúde do Espírito (1958).** Intellèctus, ano XVI, n. 2, 2017, p. 208-233.
- ANDRADE, Elisângela Maria Alves de Oliveira Rocha. **Fatores do pensamento sistêmico como potencializadores de sucesso de projetos de software no setor público.** [recurso eletrônico], Aracaju: IFS, vi, 148 p. 2016.
- ARAÚJO, Andréa Cristina Marques de.; GOUVEIA, Luís Borges. Uma revisão sobre os princípios da Teoria Geral dos Sistemas. **Estação Científica** - Juiz de Fora, nº 16, julho – dezembro, 2016.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. **Famílias nas “Terras de Custódio”:** Itinerários de Proteção Social. (2012). Tese (Doutorado em Política Social). Universidade Federal

Fluminense. Niterói: 2012. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8359/1/VeronicaGoncalvesAzeredo.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BARBOSA, Poliana Gonçalves.; MACHADO, Letícia Palhares.; COSTA, Aline Luciana.; SILVA, Carolina Hirsh. **A clínica com crianças sobre o olhar da psicoterapia sistêmica**. Arquivo Brasileiro de Odontologia v.8 n.2 2012.

BASTOS, Ana Cecília de Souza. **Entre Dois**. In: Autoetnografia Colaborativa e Investigação Autobiográfica - A Casa, os Silêncios e os Pertencimentos Familiares - Coleção Família e Interdisciplinaridade. Organizadoras: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; SILVA, Maria Angélica Vitoriano da; LEAL, Teresa Cristina Merhy. Editora: Juruá – Curitiba (PR), 381p. 2016.

BASTOS, Rejane Caixeta Gonçalves. **Introdução à dinâmica de sistemas**: proposta de disciplina a distância para curso de licenciatura em biologia, com uso de modelos qualitativos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2014.

BENETTI, Alfonso. A autoetnografia como método de investigação artística sobre a expressividade na performance pianística. **Opus**, v. 23, n. 1, p. 147-165, abr. 2017. Disponível em: <http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/424>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BENETTI, Idonézia Collodel.; VIEIRA, Mauro Luis.; CREPALDI, Maria Aparecida.; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Pensando Psicologia**, Volumen 9, Número 16 / enero-diciembre, p. 89-99, 2013.

BENEVIDES, Claudia do Valle. **Um Estado de Bem-Estar Social no Brasil?** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense (UFF), 97p. 2011.

BÖING, Elisangela.; CREPALDI, Maria Aparecida. Relação pais e filhos: compreendendo o interjogo das relações parentais e coparentais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 59, p. 17-33, jan./mar. 2016.

BOSSLE, Fabiano.; MOLINA NETO, Vicente. No “Olho do Furacão”: uma autoetnografia em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 131-146, setembro 2009. Disponível em: <http://rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/639/396>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BOWLBY, John. **Cuidados Maternos e Saúde Mental**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BRASIL, Presidência da República (1938). **Decreto-Lei nº 525, de 1º de Julho de 1938**. Institue o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-525-1-julho-1938-358399-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out 2018.

BRASIL, Presidência da República (1943). **Lei Nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm. Acesso em: 18 out 2018.

BRASIL, Presidência da República (1960). **Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3807.htm. Acesso em: 20 out 2018.

BRASIL, Presidência da República (1974). **Lei Nº 6.036, de 1º de maio de 1974**. Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Planejamento, sobre o desdobramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6036.htm#:~:text=LEI%20No%206.036%2C%20DE,Social%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias.. Acesso em: 20 out 2018.

BRASIL, Presidência da República (1975). **Decreto nº 75.508, de 18 de março de 1975**. Regulamenta a Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que criou o Fundo de Apoio do Desenvolvimento Social - FAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D75508.htm#:~:text=DECRETO%20No%2075.508%2C%20DE,Apoio%20do%20Desenvolvimento%20Social%20e%20D%20FAS.. Acesso em: 20 out 2018.

BRASIL, Presidência da República (1980). **Lei nº 6.887, de 10 de dezembro de 1980**. Altera a legislação da Previdência Social Urbanas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6887.htm#:~:text=L6887&text=LEI%20No%206.887%2C%20DE,Urbanas%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias. Acesso em: 20 out 2018.

BRASIL, Presidência da República (1990c). **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 16 fev. 2019.

BRASIL, Presidência da República (1996). **Lei Nº 9.278, de 10 de maio de 1996**. Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9278.htm. Acesso em: 18 out 2018.

BRASIL. [Constituição] (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 set 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (2009a). **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (2012a). **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: CNAS, Conanda, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (2012b). **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (2016). **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2009b). **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). 105p. Brasília, junho de 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde (2009c). **Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental**. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Brasília: Editora do Ministério da Saúde (Série B. Textos Básicos de Saúde), 55P. 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/subsidios_construcao_politica_saude_ambiental.pdf. Acesso em: 03 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (2005). **Política Nacional de Assistência Social / PNAS 2004**. Versão *online*. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília. Reimpresso em maio de 2009. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (2014). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS/CNAS, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (2015). **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF**. Brasília: MDS, 2015. Disponível em:

<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004). **Resolução Nº 145, de 26 e outubro de 2004 do CNAS**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. DOU 26/10/2004.MDS/CNAS. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2004/Rsolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006). **Resolução Conjunta Nº 1, de 13 de dezembro de 2006**. Aprovar o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, em reunião conjunta realizada no dia 13 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2006/Rsolucao%20Conjunta%20CNAS%202013%20CONAMA%20no%2001-%20de%2013%20de%20dezembro%20de%202006.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (2018). Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Letalidade infanto-juvenil: dados da violência e políticas públicas existentes / elaboração de Thaís Cristina Alves Passos** – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 110 p.

BRASIL. Presidência da República (1923). **Decreto Nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no paiz, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4682-1923.htm. Acesso em: 29 set 2018.

BRASIL. Presidência da República (1927). **Decreto Nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em: 28 set 2018.

BRASIL. Presidência da República (1990a). **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 18 out 2018.

BRASIL. Presidência da República (1990b). **Decreto n. 99.710, de 21 d novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm. Acesso em: 18 out 2018.

BRASIL. Presidência da República (1993). **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm. Acesso em: out 2017.

BRASIL. Presidência da República (2008). **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2008.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

BRONFENBRENNER, Urie. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRUM, Evanisa Helena Maio de; SCHERMANN, Lígia. Vínculos iniciais e desenvolvimento infantil: abordagem teórica em situação de nascimento de risco. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 457-467, June 2004.

CABRAL, Claudia org. **Acolhimento Familiar – experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro, RJ: Book Link, 2004.

CAMICIA, Edgmara Giordani.; SILVA, Stefany Bischoff da.; SCHMIDT. Beatriz. Abordagem da Transgeracionalidade na Terapia Sistêmica Individual: Um Estudo de Caso Clínico. **Pensando Famílias**, 20(1), jul. 2016, (68-82).

CAPRA, Fritjot. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. EICHEMBERG, Newton Roberval (Tradutor). Editora Cultrix: São Paulo, 1996. Disponível: <https://drive.google.com/drive/folders/0B-YLV8egGwSuYWtZaFRNOHhhdDg>. Acesso em: 20 jan 2018.

CARNUT, Leonardo.; FAQUIM, Juliana. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. **J Manag Prim Health Care**. 5(1):62-70, 2014.

CARRILHO, Mariana; VILLARINHA, Mariana Novoletto; MUNIZ, Egli. A intersectorialidade entre as políticas de saúde e assistência social. **RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social**, Bauru, v.16, n. 29, p. 01-51, jan./jun.2012.

CARTER, Betty.; MCGOLDRICK, Monica. **As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar**. (2001). 2ª ed. Porto Alegre. Artes Médicas: 2001.

CARVALHO, Antonio Vieira de.; SERAFIM, Oziléia Clen Gomes. **Administração de recursos humanos**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1995.

CARVALHO, Josilaine. Dias Virmieiro de. **Projeto A Justiça e a Esperança**. (2006). História dos Direitos das Crianças – Parte II, Cuiabá, MS, 2006. Seção Artigos. Disponível em: http://www.escolamundoazul.org.br/jc_noticia_list.php?noticia=11&titulo=Hist%C3%B

3rias%20dos%20direitos%20das%20crian%C3%A7as%20-%20Parte%20II. Acesso em 22 de maio de 2018.

CATÃO, Maria de Fátima. O ser humano e problemas sociais: questões de intervenção. **Temas em Psicologia**. Vol. 19, no 2, p. 459-465, 2011.

CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ (CEDECA-CE). **Direitos de crianças e adolescentes**: Guia de atendimento. Apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)-escritório CE/RN/PI. Fortaleza, 2007.

CHANG, Heewon. **Autoethnography as method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.

CHANG, Heewon. Autoethnography in Health Research: Growing Pains? **Qualitative Health Research**. Vol. 26 (4) 443–451, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26880757>. Acesso em: 28 nov. 2019.

CHAVEIRO MARTINS, Tarihan. **O processo e o Estatuto da Criança e do Adolescente**: uma análise da apuração do ato infracional à luz da Doutrina da Proteção Integral [manuscrito] / Tarihan Chaveiro Martins. - 2016. 113 f.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Retratos da sociedade brasileira**. Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade. Ano 7, n.41 – Brasília: CNI, 2018.

COSTA, Juarez Soares. **Terapia de família e seus significados**: narrativas sobre as experiências de clientes. 2011. 115f. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Campinas, 2011.

COSTA, Liana Fortunato. A perspectiva sistêmica para a Clínica da Família. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. spe, p. 95-104, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2019.

CUNHA, Francisco Eduardo Ferreira da. **C972m Modelagem dinâmica de sistemas aplicada à gestão de contratos na cadeia de suprimentos das empresas** / Francisco Eduardo Ferreira da Cunha. - Belo Horizonte, 2016.

CUSTER, Dwayne. Autoethnography as a Transformative Research Method. **The Qualitative Report**. Vol. 19, 21, 1-13, 2014. Disponível em: <https://nsuworks.nova.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=tqr>. Acesso em: 14 ago. 2019.

DELGADO, Paulo. A experiência da vinculação e o acolhimento familiar: reflexões, mitos e desafios. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 457-467, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000200019&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2018.

DENZIN, Norman Kent. **Interpretive autoethnography**. Sage: 2ª ed. Los Angeles, CA, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Os neologismos união homoafetiva e homoafetividade**. In: União homossexual: o preconceito e a justiça. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

DIAS, Maria Olívia. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica o processo de comunicação no sistema familiar. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 19 p. 139-156, 2011.

DINIZ, Gláucia.; COELHO, Vera. **A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família**. In: Família e casal: efeitos da contemporaneidade /organização: Terezinha Feres-Carneiro – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

DOLCI, Pietro Cunha.; BERGAMASCHI, Eloisio Andrey.; VARGAS, Lilia Maria. **Um Mapa Conceitual sobre Pensamento Sistêmico: seus Conceitos e Autores**. In: XXV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica (ANPAD). Brasília (DF) – 22 a 24 de outubro, 2008.

DOLTO, Françoise. **Quando os pais se separam**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1991.

DOREA, Luiz Eduardo. **Histórias de Salvador nos nomes das ruas novas**. Salvador, BA: EDUFBA, 2006.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Welfare State** – Dicionário de Políticas Públicas. 2ª ed. In: GIOVANNI, G. D.; NOGUEIRA, M. A. Dicionário de Políticas Públicas 2ª ed. São Paulo: Unesp; Fundap, 2015. p. 1028-1038.

EWERTON, Mary Lúcia Adler. **Estrutura Familiar e gravidez na adolescência: Um enfoque sistêmico**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Saúde Materno-Infantil, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/1147>. Acesso em: 22 set. 2019.

FACO, Vanessa Marques Gibran. **Famílias de zona rural e urbana: características e concepções de adolescentes**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências, Bauru (SP), 2007.

FACO, Vanessa Marques.; MELCHIORI, Gibran Faco Lígia Ebner. **Conceito de família: adolescentes de zonas rural e urbana**. VALLE, TGM., org. Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 222 p.

FALCETO, Olga Garcia.; PRADO, Luiz Carlos.; WALDEMAR, José Ovídio Copstein.; CASTIEL, Simone.; GONÇALVES, Nair Terezinha.; ZANONATO, Adriana. MULLER, José Luiz.; CARDOSO, Carmen Dora.; BARROS, Luísa Falceto de. O ensino da psicoterapia de orientação sistêmico-integrativa no Instituto da Família de Porto Alegre. **Rev. Bras. Psicoter.** 14(2):75-85, 2012.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Terapia familiar: Das divergências às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 16, p. 38-42, 1996.

FOUCAULT, Michael. Retornar à história. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária – Coleção Ditos & Escritos II, 2000, p. 282-295.

FREITAS, Mateus.; PEREIRA, Eliane Regina. O diário de campo e suas possibilidades. **Quaderns de Psicologia**. Vol. 20, Nº 3, 235-244, 2018. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v20-n3-freitas-pereira/1461-pdf-pt>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE (FNQ). **Pensamento sistêmico**. 2017. Disponível em: http://mscompetitivo.org.br/uploads/mscompetitivo/files/1503326094pensamento_sistemico.pdf. Acesso em: 19 out. 2018.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFANCIA (UNICEF). **Resolução n.º L. 44 (XLIV) da ONU, de 20 de novembro de 1989. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**. Assembleia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1989. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convidir_crianca.pdf. Acesso em: 03 set. 2018.

GOMES, Heloisa Szymanski Ribeiro. Terapia de Família. **Psicol. cienc. prof.** vol.6 no.2 Brasília, 1986.

GOMES, Lauren Beltrão *et al.* As origens do pensamento sistêmico: das partes para o todo. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 3-16, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2018.

GOMES, Marcy. **O projeto Família Acolhedora no Rio de Janeiro**. (2004). In: C. Cabral (Org.), *Acolhimento familiar: Experiências e perspectivas* (pp. 45-56). Rio de Janeiro, RJ: UNICEF/Terra dos Homens/ Booklink, 2004.

GOMES, Sandro José. A Terapia Familiar numa Perspectiva Epistemológica Sistêmica e Analítica. **PSIQUE**, N.º 8 – jan./dez. pp. 59-74, 2012.

GONÇALVES, Terezinha Maria. **Cidade e poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 204p. 2007.

GRANDESSO, Marilene Aparecida. **Desenvolvimentos em terapia familiar: das teorias às práticas e das práticas às teorias**. In: OSÓRIO, L. C; VALLE, M. E. P. (Orgs.). Manual de terapia familiar. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GRANDESSO, Marilene Aparecida. **Sobre a reconstrução do significado** – uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2000.

GRIZENKO, Natalie.; FISHER, Christina. Review of studies of risk and protective factors for psychopathology in children. **Can J Psychiatry**; 37(10):711-21, 1992. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1473077>. Acesso em: 16 jun. 2019.

GUIMARÃES, Christiane dos Passos. **A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: Um novo marco regulatório em pauta**. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

HALPERN, Ricardo.; FIGUEIRAS, Amira Consuelo de Melo. Influências ambientais na saúde mental da criança. **J Pediatr** (Rio J). 80(2 Supl):S104-10, 2004.

HINTZ, Helena Centeno. **Espaço relacional na família atual**. In: CERVENY, C.M.O. (Org.). Família em movimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

IANNELLI, Andrea M.; ASSIS, Simone Gonçalves.; PINTO, Liana Wernersbach. Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 39-48, jan. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000100039&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 ago. 2018.

IÇARA (SC). **Lei Nº 1781, de 30 de abril de 2002**. Dispõe sobre programa de abrigo domiciliar para crianças e adolescentes em situação de risco social e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sc/i/icara/lei-ordinaria/2002/179/1781/lei-ordinaria-n-1781-2002-dispoe-sobre-programa-de-abrigo-domiciliar-para-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-risco-social-e-da-outras-providencias?q=lei+1781+de+2002>. Acesso em: 18 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades: Içara (SC)**. Panorama, pesquisa, história & fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/icara/panorama>. Acesso em: 23 dez. 2019.

JABLONSKI, Bernardo. **Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: novas tendências**. In: Família e casal: efeitos da contemporaneidade /organização: Terezinha Feres-Carneiro – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. Disponível em: http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_familia_e_casal.pdf. Acesso em: 02 out. 2019.

JONES, Stacy Holman.; ADAMS, Tony E.; ELLIS, Carolyn. **Handbook of autoethnography**. editors. Walnut Creek: Left Coast Press; 2013. 736 p. (Coleção Queer). ISBN: 978-15-98746-00-6, 2013.

KOCK.; Klara Friederike, GODOI, Christiane Kleinübing.; LENZI, Fernando Cesar. Discussão e prática da autoetnografia: um estudo sobre aprendizagem organizacional em uma situação de catástrofe. **RGO Revista Gestão Organizacional** | Vol. 5 - N. 1 - Jan./Jun. – 2012.

KUABARA, Cláudia Yuri Souza; KLIPAN, Marcos Leandro; ABRAO, Jorge Luís Ferreira. Família acolhedora: o estabelecimento de relações objetais em situação de acolhimento. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 346-365, ago. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282016000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2018.

LAURENTIZ, Silvia. Uma aproximação da cibernética pela poesia digital. **ARS (São Paulo)**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 114-127, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202006000200011. Acesso em: 02 set. 2018.

LEAL, Gabriel Rodrigues. **Currículo cultural**: uma autoetnografia na academia de Polícia Militar Costa Verde. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011. Disponível em: http://ri.ufmt.br/bitstream/1/961/1/DISS_2011_%20Gabriel%20Rodrigues%20Leal.pdf. Acesso em: 02 nov. 2019.

MACEDO, Marta Avelina Fernandes de. **Trabalho Infantil** - As Crianças no Mundo do Espetáculo, Moda e Publicidade. Dissertação (mestrado). Universidade do Minho Escola de Direito (UMinho) – Braga, 2015.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini. **Questões de gênero na terapia de família e casal**. In: Manual de terapia familiar [recurso eletrônico] / Luiz Carlos Osorio e Maria Elizabeth Pascual do Valle (org). – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, p. 58-73, 2009.

MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello. As políticas que incidem a vida. **ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA**, UERJ, RJ, ANO 10, N.1, P. 118-133, 2010.

MACHADO, Monica. **Compreender a terapia familiar**. (2012). Psicologia PT. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Resenha%20do%20texto.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) – SP, 2010.

MARCILIO, Maria Luíza. **A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950**. Em: Freitas. M. (Org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo:

Hucitec, 1998. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100014.

Acesso em: 23 mar. 2019.

MARQUES, Janote Pires. A “observação participante” na pesquisa de campo em Educação. **Educação em Foco**, ano 19 - n. 28 – mai./ago. p. 263-284, 2016.

Disponível em:

<http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1221/985>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. **A família na Constituição Federal de 1988** –

Uma instituição plural e atenta aos direitos de personalidade. NEJ - Vol. 13 - n. 1 - p. 119-130 / jan-jun 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.

Ciência & Saúde Coletiva, 17(3):621-626, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 407p.

MINUCHIN, Salvador.; NICHOLS, Michael P.; LEE, Way-Yung. **Famílias e casais:**

do sintoma ao sistema Salvador Minuchin, Michael P. Nichols e Way-Yung Lee Porto Alegre, Artmed, 2009, 240 p.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. **Revista de Políticas Públicas**, v. 8, nº 1, 10p. 2004.

MISOCZKY, Maria Ceci A. Da abordagem de sistemas abertos à complexidade:

algumas reflexões sobre seus limites para compreender processos de interação social. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 01-17, ago. 2003. Disponível

em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512003000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2018.

MONTEIRO, L. C. G. **Educação e direitos da criança: perspectiva histórica e**

desafios pedagógicos. Dissertação (Mestrado). Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2006.

MOREIRA, Flavia Morais.; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. O paradigma social da

informação e as teorias sociais: relações e contribuições. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 169-178, 2016.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria**. Edgar Morin e Anne-Brigitte Kern / traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva. — Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**.

Maria da Conceição de Almeida e Edgard de Assis Carvalho (Orgs.) (1921). 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTTA, Pedro Mourão Roxo da.; BARROS, Nelson Filice de. Handbook of Autoethnography. Jones SH, Adams TE, Ellis C, editors. Walnut Creek: Left Coast Press; 2013. 736 p. (Coleção Queer). **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 31(6):1337-1340, jun, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n6/0102-311X-csp-31-6-1339.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

NASCIMENTO, Denise Morado. A abordagem sócio-cultural da informação. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v.16, n.2, p.25-35, jul./dez. 2006.

NICHOLS, Michael P. **Terapia familiar** [recurso eletrônico]: conceitos e métodos / Michael P. Nichols, Richard C. Schwartz; tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. – 7. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

NICOLAU, Paula Bacelar. **Organização Biológica**. Universidade Aberta – Repositório Aberto, 2017. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6134>. Acesso em: 18 out. 2018.

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, no 32, jan./abr. 2013, p. 210-235.

OLIVEIRA, Débora de Aline.; SIQUEIRA, Cardoso.; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco.; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. Impacto das Configurações Familiares no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes: Uma Revisão da Produção Científica. **Interação em Psicologia**, 2008, 12(1), p. 87-98.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar**: família, filhos e desafios [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 236p. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. (1948). Resolução 217-A III da ONU, de 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 03 out. 2018.

ORNELLAS, Maria de Lourdes S. **Afeto (Des)Encontrado**: Que Veux-tu? In: Autoetnografia Colaborativa e Investigação Autobiográfica - A Casa, os Silêncios e os Pertencimentos Familiares - Coleção Família e Interdisciplinaridade. Organizadoras: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; SILVA, Maria Angélica Vitoriano da; LEAL, Teresa Cristina Merhy. Editora: Juruá – Curitiba (PR), 381p. 2016.

OSÓRIO, L. C; VALLE, M. E. P. (Orgs.). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

PASCHOAL, Gisele Ribeiro.; MARTA, Taís Nader Marta. **Inclusão Familiar**: em busca da ampla proteção das crianças e adolescentes. Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais, Curitiba, 13: 165-189 vol.1, 2010.

PEREZ, José Roberto Rus.; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.140, maio/ago. 2010.

POLIT Denise F.; Beck CHERYL T. **Fundamentos da pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem**. 7ª ed. Porto Alegre: ArtMed; 2011.

PRATI, Laíssa Eschiletti. **Práticas dos Terapeutas Familiares Brasileiros: a Perspectiva da Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2009.

QUEIROZ, Maria Neuza Almeida.; DICKMAN, Adriana Gomes. **Inter-relação entre física e biologia: uma abordagem multidisciplinar para o estudo da transmissão de calor**. In: VII Enpec – encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – Florianópolis (SC), 8 de novembro, 2009.

RABINOVICH, Elaine Pedreira. **Canto e Cantos**. In: Autoetnografia Colaborativa e Investigação Autobiográfica - A Casa, os Silêncios e os Pertencimentos Familiares - Coleção Família e Interdisciplinaridade. Organizadoras: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; SILVA, Maria Angélica Vitoriano da; LEAL, Teresa Cristina Merhy. Editora: Juruá – Curitiba (PR), 381p. 2016.

RAPISO, Rosana. **Terapia sistêmica de família – da instrução à construção**. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Noos, 2002.

RICHARDSON, Laurel. Novas práticas de escrita em pesquisa qualitativa. Tradução: Humberto Issao Sueyoshi. **Urdimento**, v.2, n.32, p. 542-561, setembro, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573102322018542/8824>. Acesso em: 19 fev. 2019.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente** / Irene Rizzini, Irma Rizzini. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. 88 p.

ROCHA, Caio César Silva.; FERNANDES JUNIOR, Aroldo Santos. **“Viadinho só se fode”**: Autoetnografia de um processo escolar heteroterrorista. Movendo Ideia. Programa de Pós-Graduação Comunicação, Linguagem E Cultura - UNAMA N. 2 2018 ISSN 1517-199x, 2018. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/view/1160/675>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ROCHA, Leandro Oliveira.; BOSSLE, Fabiano. **A autoetnografia como possibilidade de compreensão da própria cultura docente: entre a atuação no campo de trabalho e a continuidade de formação**. Anais: XVII CONBRACE / IV CONICE 2011. 11 a 16 set, Porto Alegre. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2011/2011/schedConf/presentations?track=110>. Acesso em: 31 out. 2019.

RUCKER, Glenn E. **Um Universo para Nós**. In: Autoetnografia Colaborativa e Investigação Autobiográfica - A Casa, os Silêncios e os Pertencimentos Familiares - Coleção Família e Interdisciplinaridade. Organizadoras: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; SILVA, Maria Angélica Vitoriano da; LEAL, Teresa Cristina Merhy. Editora: Juruá – Curitiba (PR), 381p. 2016.

SANTOS, Camila Matzenauer dos.; BIANCALANA, Gisela Reis. Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas. **Revista Aspás** | Vol. 7 | n. 2 | 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/aspas/article/view/137980>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SANTOS, Joana D’Arc Silva. **Recordações**. In: Autoetnografia Colaborativa e Investigação Autobiográfica - A Casa, os Silêncios e os Pertencimentos Familiares - Coleção Família e Interdisciplinaridade. Organizadoras: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; SILVA, Maria Angélica Vitoriano da; LEAL, Teresa Cristina Merhy. Editora: Juruá – Curitiba (PR), 381p. 2016.

SANTOS, Marcelo. **Para uma abordagem sistêmica da comunicação visual: cognição, psique, tecnocultura** / Marcelo Santos. – São Paulo: Plêiade, 2015. 114 p.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos. Um novo olhar sobre o conceito de abandono de crianças. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences. Maringá, v. 32, n. 1 p. 63-72, 2010.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.24.1, p.214-241, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/113972/133158>. Acesso em: 23 dez. 2019.

SANTOS, Weslem Martins.; LOPES, Renata Ferrarez Fernandes.; NEUFELD, Carmem Beatriz. Relação Terapêutica e Terapia Narrativa: Entrevista com Miguel Gonçalves. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, 9(1), pp.61-69, 2013.

SCRIBANO, A.; DE SENA, A. Construcción de conocimiento en latinoamérica: algunas reflexiones desde la auto-etnografía como estrategia de investigación. **Cinta de Moebio**, núm. 34, marzo, pp. 1-15, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10112538001>. Acesso em: 22 dez. 2019.

SILVA ALVES, Emeli. Infância e Juventude: Um breve olhar sobre as Políticas Públicas no Brasil. **Revistas Linhas**, v. 2, n.1, 2001.

SILVA NETO, Sertório de Amorim. O que é um paradigma. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Volume 45, Número 2, p. 345-354, outubro de 2011.

SILVA, Carlos André Moreira da.; CALEIRO, Regina Célia Lima. A assistência institucional às crianças abandonadas no Brasil: do singular ao universal. **Revista História e Cultura**, Franca (SP), v.1, n.2, p.113-125, 2012.

SILVA, Luzia Wilma Santana da. **A dinâmica das relações da família com o membro idoso portador de diabetes mellitus tipo 2.** Tese (Doutorado em Enfermagem) – Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 311p. 2007.

SILVA, Maria Angélica Vitoriano da. **Minhas Casas.** In: Autoetnografia Colaborativa e Investigação Autobiográfica - A Casa, os Silêncios e os Pertencimentos Familiares - Coleção Família e Interdisciplinaridade. Organizadoras: RABINOVICH, Elaine Pedreira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa; SILVA, Maria Angélica Vitoriano da; LEAL, Teresa Cristina Merhy. Editora: Juruá – Curitiba (PR), 381p. 2016.

SILVA, Maria Teresa Venâncio Correia Salgado da. **A micro-análise da comunicação em psicoterapia:** comparação da psicologia clínica positiva com a terapia cognitivo-comportamental. Dissertação (Mestrado). Universidade de Lisboa – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. 2007/2008.

SILVA, Maisa Miralva da. **A concepção da política de assistência social e sua efetivação em municípios goianos:** o novo jargão e o conservadorismo renitente. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UNB). Brasília – DF 2012.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TORRES, Luiz Henrique. A Casa da Roda dos Expostos na Cidade do Rio Grande. **Biblos**, Rio Grande, 20: 103-116, 2006.

TRISTÃO, Valeska Campos. **(Com) viver e (com) fiar uma rede quente na experiência sensível de vinculação afetiva:** uma análise das práticas de acolhimento infanto-juvenil no município de Vitória/ES. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória (ES) 2015.

TSCHUMI, Henrique De Sá.; NAKAYAMA, Marina Keiko. Incertezas e o dilema da socialização: a autoetnografia de um pós-graduando. **Revista Travessias**, Unioesc, v. 8, nº 2, pp. 262-276, 2014. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/10227/7834>. Acesso em: 15 dez. 2019.

UHLMANN, Günter Wilhelm. **Teoria Geral dos Sistemas:** do Atomismo ao Sistemismo (Uma abordagem sintética das principais vertentes contemporâneas desta Proto-Teoria) – Instituto Siegen (IS). versão Pré-Print. São Paulo, 67p. 2002.

VALENTE, Jane. **Família Acolhedora** : as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. 1ª. ed. São Paulo: Paulus, 2013. 332 p.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografia: Uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, V. 37, nº 4, pp. 57-72, dezembro, 2002. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fale/article/view/14258/9483>. Acesso em: 12 dez. 2019.

VOGEL, Andrea. Um breve histórico da Terapia Familiar Sistêmica. **Revista IGT na Rede**, V. 8 Nº. 14, P. 119-129, 2011.

WESTIN, Ricardo. Até lei de 1927, crianças iam para a cadeia. **Jornal do Senado**. Brasília, terça-feira, 7 de julho de 2015.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno; Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016.

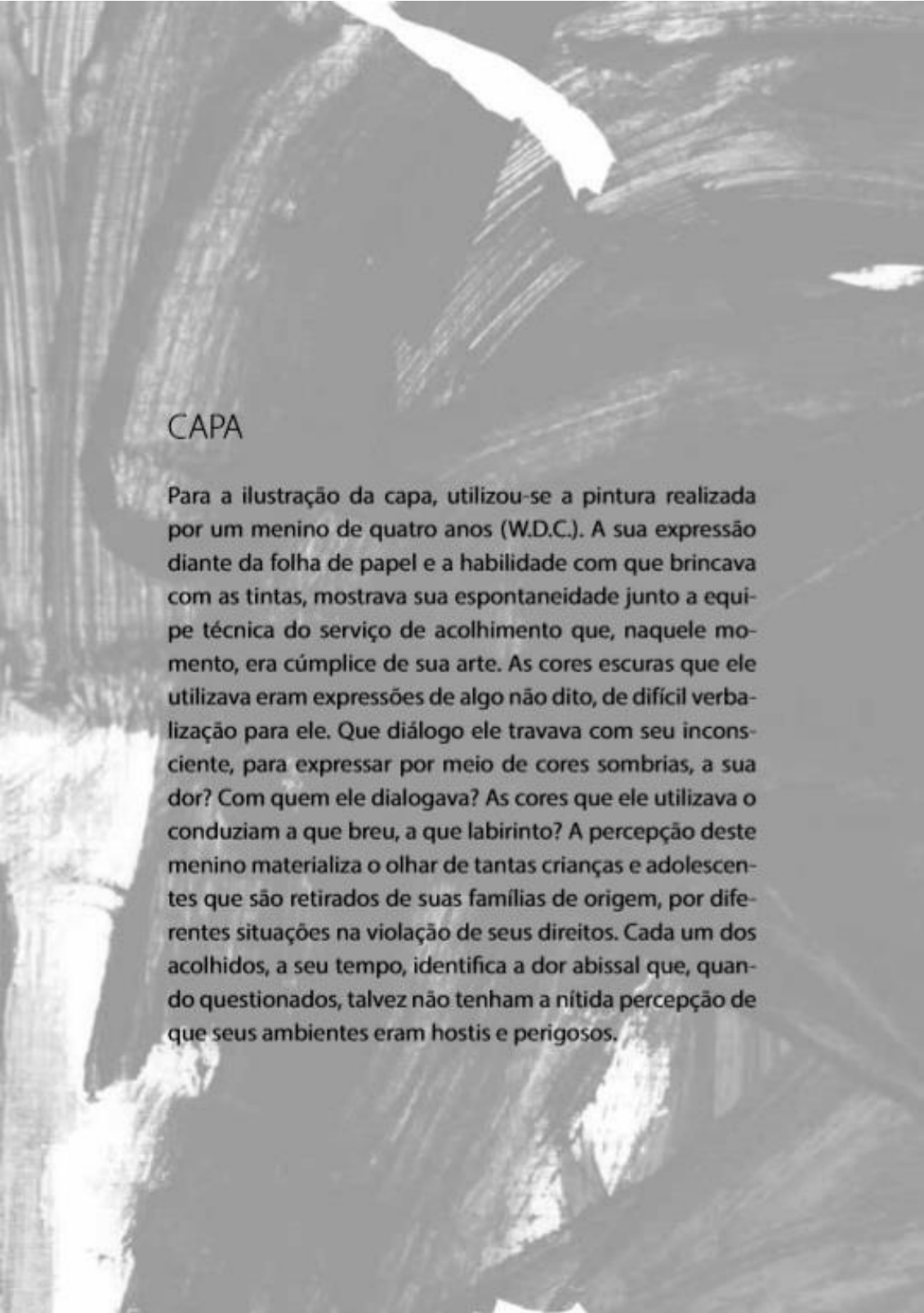
ZAMBILLO, Marciana.; CENCI, Cláudia Mara Bosetto. Equilibristas embriagados: a dinâmica familiar alcoolista pelos vieses da Psicoterapia Familiar Sistêmica. **Aletheia** 43-44, p.91-104, jan./ago, 2014.

ZORDAN, Eliana Piccoli.; DELLATORRE, Rochele.; WIECZOREK, Lúcia. A entrevista na terapia familiar sistêmica: pressupostos teóricos, modelos e técnicas de intervenção. **Perspectiva**, Erechim. v.36, n.136, p.133-142, dezembro, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA





CAPA

Para a ilustração da capa, utilizou-se a pintura realizada por um menino de quatro anos (W.D.C.). A sua expressão diante da folha de papel e a habilidade com que brincava com as tintas, mostrava sua espontaneidade junto a equipe técnica do serviço de acolhimento que, naquele momento, era cúmplice de sua arte. As cores escuras que ele utilizava eram expressões de algo não dito, de difícil verbalização para ele. Que diálogo ele travava com seu inconsciente, para expressar por meio de cores sombrias, a sua dor? Com quem ele dialogava? As cores que ele utilizava o conduziam a que breu, a que labirinto? A percepção deste menino materializa o olhar de tantas crianças e adolescentes que são retirados de suas famílias de origem, por diferentes situações na violação de seus direitos. Cada um dos acolhidos, a seu tempo, identifica a dor abissal que, quando questionados, talvez não tenham a nítida percepção de que seus ambientes eram hostis e perigosos.

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Esta obra é um produto resultado da dissertação de mestrado intitulada **AUTOETNOGRAFIA COMO INSTRUMENTO PARA DESENHAR O RETORNO DE ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA PARA A SUA FAMÍLIA DE ORIGEM** apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da UNESC – Criciúma/SC. Trata-se de um guia de orientações cujos escritos procuram evidenciar em três histórias em quadrinhos, o funcionamento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, que tem como função assistir crianças e adolescentes retirados por determinação judicial de suas famílias de origem, os quais são colocados temporariamente em residências de famílias previamente cadastradas.

AUTORES

TEXTOS: Luís Claiton Medeiros Ehlers

REVISÃO DOS TEXTOS: Micheline Costa Alves

ROTEIRO e ILUSTRAÇÕES: Raul Galli Alves

*"A tempestade passa.
A vida continua."*

Às vezes, tudo que uma criança precisa para atravessar uma turbulência em sua vida familiar é ser acolhida provisoriamente por outra família. Conheça o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e veja como isso pode ser feito.



O QUE É O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA?

É um serviço que organiza o acolhimento de crianças e adolescentes, em casas de famílias, aqui chamadas de “famílias acolhedoras”, devidamente cadastradas, e que foram afastados de sua família de origem, mediante medida protetiva (ECA, Art. 101). Os motivos para esse afastamento perpassam desde abusos físicos e emocionais, negligência, maus tratos, abuso sexual, abandonos, entre outros.

DIA DE FORMATURA

DIFERENCIAL VANTAJOSO

O serviço de acolhimento em ambiente familiar, propicia a segurança de uma atenção individualizada e da convivência comunitária, permitindo o processo de socialização destes acolhidos.











PEDACINHOS

QUEM SÃO AS FAMÍLIAS QUE ACOLHEM?

Por meio de uma criteriosa avaliação, os técnicos responsáveis pelo serviço de acolhimento selecionam famílias que tenham disponibilidade afetiva e emocional; flexibilidade; tolerância; rotina familiar e, principalmente, aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes.





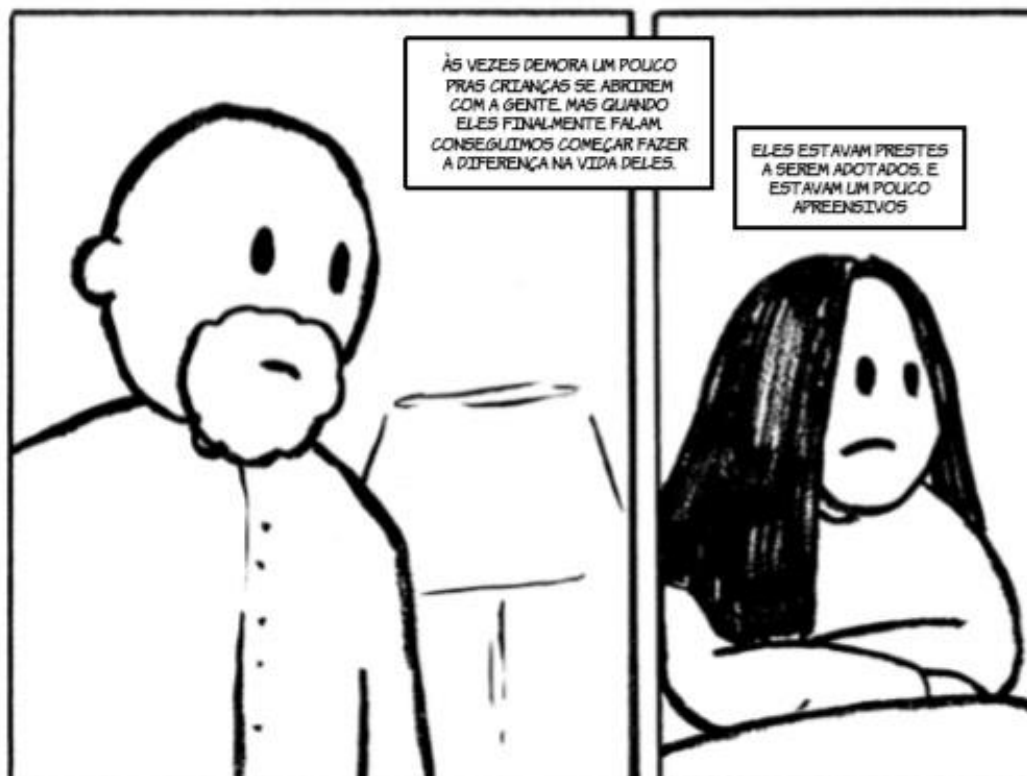






RESOLUÇÃO

Acolher é compartilhar histórias, afetos, aprendizados e experiências. É fazer a diferença na vida de crianças e adolescentes, colaborando para que eles possam reconstruir suas histórias e se tornarem protagonistas de suas vidas.









ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Importante lembrar: Não é um programa. É um serviço.

Art. 23 e 24 da Lei Orgânica de Assistência Social - Lei 8.742/93 - LOAS: "...todo serviço de assistência social tem caráter continuado. Já programas diferem dos serviços, pois compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos..."



4. SELEÇÃO: REALIZAÇÃO DE ESTUDO PSICOSSOCIAL, COM O OBJETIVO DE SE IDENTIFICAR OS ASPECTOS SUBJETIVOS QUE QUALIFICAM OU NÃO A FAMÍLIA PARA SUA PARTICIPAÇÃO.



5. CAPACITAÇÃO: POR MEIO DE METODOLOGIA PARTICIPATIVA SÃO ABORDADOS TEMAS RELEVANTES: NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES; REALIDADE DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL; ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; MEDIAÇÃO DE CONFLITOS; COLOCAÇÃO DE LIMITES, ENTRE OUTROS.



6. CADASTRAMENTO: FORMALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE FOREM CONSIDERADAS APTAS A SEREM ACOELHORAS.



7. ACOMPANHAMENTO: ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DA FAMÍLIA ACOELHEDORA DO ACOELHIDO, DA FAMÍLIA DE ORIGEM E DA REDE SOCIAL DE APOIO.



VOCÊ GOSTARIA DE CONHECER MELHOR
O SERVIÇO E, QUEM SABE, VIR A SE
TORNAR UMA FAMÍLIA ACOLHEDORA?

Então procure-nos ou deixe seu contato que iremos até você.



Para maiores informações:
***Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação,
Trabalho e Renda***
Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Rua Donato Valvassori, 667 - Centro
Içara - SC - CEP 88820-000

Fones: **(48) 3431.3597 / 3431.3598**

familiaacolhedoraicara@gmail.com / altacomplexidadeicara@gmail.com

APÊNDICE B: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Objetivo	Identificar o perfil dos jovens adultos participantes do estudo
1.1 Nome:	
1.2 Idade:	
1.3 Gênero: () Masculino () Feminino	
1.4 Cor/Raça:	
1.5 Naturalidade:	
1.6 Escolaridade:	
1.7 Estado civil:	
Objetivos	<p>Caracterizar como se encontram atualmente as famílias dos jovens adultos que passaram pelo SEAFA e posteriormente reinseridos as suas famílias de origem.</p> <p>Identificar as principais dificuldades e os aspectos positivos na percepção dos jovens adultos que, quando criança ou adolescente, passaram pelo SEAFA e que retornarem ao convívio com suas famílias de origem.</p>
2.1 Quais eram as pessoas que faziam parte da sua família na época do acolhimento no SEAFA?	
2.2 Como você se sentia fazendo parte dessa família?	
2.3 Quais eram as principais dificuldades?	
2.4 Quais são as lembranças positivas que você tem da sua infância?	
2.5 Quem faz parte da sua família hoje (cônjuge, pais, filhos, entre outros)?	
2.6 Como você se sente fazendo parte dessa família hoje?	
2.7 Quais são as principais dificuldades que vocês enfrentam hoje?	
2.8 Quais são as suas vivências positivas hoje?	
Objetivos	<p>Compreender como se encontram os jovens adultos acolhidos pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do município de Içara (SC) que foram reintegrados às suas famílias de origem.</p> <p>Investigar os desafios e potencialidades da reintegração familiar na construção do indivíduo.</p>
3.1 Como você descreveria as suas relações de amizade (se moram próximo, se a	

relação é forte, tempo aproximado de duração da amizade, se pode contar com os amigos)?

3.2 Qual o bairro em que você morava na época do acolhimento e como era para você viver nesse local?

3.3 Sobre o local em que você vive hoje (identificar o local): Gostaria de morar em outro lugar: Onde e por quê?

3.4 Quais os lugares que a família frequenta e os lugares não frequentados? E por quê?

3.5 Sobre a relação com a vizinhança e a comunidade religiosa: Você pode contar com a ajuda de vizinhos ou da igreja? Fale um pouco sobre isso.

Objetivos	<p>Compreender como se encontram os jovens adultos acolhidos pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do município de Içara (SC) que foram reintegrados às suas famílias de origem.</p> <p>Investigar os desafios e potencialidades da reintegração familiar na construção do indivíduo.</p>
-----------	---

4.1 Vamos falar um pouco da sua vida profissional: Você conseguiu aprender algum ofício? Qual? Se não, o que gostaria de apreender (com o que gostaria de trabalhar)?

4.2 Se trabalha, há quanto tempo está nesse emprego? Gosta do que faz? Fale sobre isso.

4.3 Conte-me como são as suas relações com os colegas de trabalho e a chefia.

Objetivos	<p>Identificar as principais dificuldades e os aspectos positivos na percepção dos jovens adultos que, quando criança ou adolescente, passaram pelo SEAFA e que retornarem ao convívio com suas famílias de origem.</p> <p>Analisar a efetividade da reintegração familiar de crianças e adolescentes dentro PNAS.</p>
-----------	--

5.1 Como você se sentiu ao ser afastado temporariamente da sua família e ser acolhido em outra estrutura familiar?

5.2 Descreva como foi o processo da sua volta para convivência com sua família de origem.

5.3 Como você se sentiu ao voltar para a casa?

APÊNDICE C: ROTEIRO DE OBSERVAÇÕES SOBRE OS ENTREVISTADOS E OS FAMILIARES

DATA: ____/____/____

HORA: ____:____

LOCAL: _____

PRIMEIRA IMPRESSÃO e o ESPAÇO DIALÓGICO: a aparência e a forma de vestir do entrevistado, maneira de expressar-se em fala e ações (o dito e o não dito), vocabulário, vícios de linguagem e expressões da fisionomia facial:

SOBRE O ENTORNO: esquadrihar o espaço geográfico e territorial deste entrevistado:

APÊNDICE D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE



Título da Pesquisa: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA, RECONECTADO AOS VÍNCULOS FAMILIARES, E AGORA? O QUE FOI FEITO DA VIDA?

Objetivo: Compreender por meio de pesquisa qualitativa como se encontram os jovens adultos acolhidos pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do município de Içara (SC) que foram reintegrados às suas famílias de origem.

Período da coleta de dados: 01/04/2019 a 30/06/2019

Tempo estimado para cada coleta: 4 horas

Local da coleta: A coleta deste material, por meio de gravação, será realizada no domicílio de cada entrevistado.

Pesquisador/Orientador: Prof. Dr. Jacks Soratto

Telefone:

Pesquisador/Acadêmico: Luís Claiton Medeiros Ehlers

Telefone:

Curso: Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva – Mestrado Profissional da UNESC

Como convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que:

Poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa.

Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas para com a mesma. No entanto, fui orientado(a) da garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo. Como prevê o item IV.3.g da Resolução CNS 466/2012, foi garantido a mim (participante de pesquisa) e ao meu acompanhante (quando necessário) o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como transporte, alimentação e hospedagem (quando necessário) nos dias em que for necessária minha presença para consultas ou exames.

Foi expresso de modo claro e afirmativo o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios pelo tempo que for necessário a mim (participante da pesquisa), garantido pelo(a) pesquisador(a) responsável (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Estou ciente da garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV.3.h, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde -

podendo eu solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Para tanto, fui esclarecido(a) também sobre os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA
As entrevistas, no formato semiestruturadas, serão compostas de duas partes. A primeira contém perguntas predominantemente fechadas referentes ao perfil do participante. A segunda parte será composta por perguntas abertas que centralizam na temática a ser investigada. As entrevistas serão gravadas e realizadas na modalidade presencial, em local que privilegie o anonimato dos participantes, com duração prevista de até 4 horas.
RISCOS
Esta pesquisa não prevê nenhum risco físico ao participante, salvo a possibilidade de ansiedade durante a conversação sobre suas histórias privadas de sua trajetória de vida. Ocorrendo o desconforto do participante em razão da emotividade [tristeza, constrangimento, entre outros], o pesquisador fará acolhimento por meio de apoio psicológico e relembrar da possibilidade de o participante interromper a entrevista a qualquer momento.
BENEFÍCIOS
A pesquisa não objetiva nenhum benefício ao pesquisado se não a possibilidade de contribuir para o conhecimento da efetividade das atuais políticas públicas de proteção social voltadas para crianças e adolescentes.

Declaro ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa, consultando, se necessário, meus familiares ou outras pessoas que possam me ajudar na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme a resolução CNS 466/2012 item IV.1.C.

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas, foram devidamente esclarecidos, sendo que, para tanto, firmo ao final a presente declaração, em duas vias de igual teor e forma, ficando na posse de uma e outra sido entregue ao(a) pesquisador(a) responsável (o presente documento será obrigatoriamente assinado na última página e rubricado em todas as páginas pelo(a) pesquisador(a) responsável/pessoa por ele(a) delegada e pelo(a) participante/responsável legal).

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com o(a) pesquisador(a) Luís Claiton Medeiros Ehlers pelo telefone (48) 99988-9458 e/ou pelo e-mail luisclaiton@hotmail.com.

Em caso de denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética – CEP/UNESC (endereço abaixo).

Av. Universitária, 1.105 – Bairro Universitário – CEP: 88.806-000 – Criciúma / SC
 Bloco Administrativo – Sala 31 | Fone (48) 3431 2606 | cetica@unesc.net | www.unesc.net/cep
 Horário de funcionamento do CEP: de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

ASSINATURAS	
Voluntário(a)/Participante	Pesquisador(a) Responsável
Assinatura	Assinatura
Nome:	Nome:
CPF: _____._____._____ - ____	CPF: _____._____._____ - ____

Içara (SC), ____ de _____ de 2020.

ANEXOS

ANEXO A: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: E AGORA? O QUE FOI FEITO DA VIDA?

Pesquisador: Jacks Soratto

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 09473719.0.0000.0119

Instituição Proponente: Universidade do Extremo Sul Catarinense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.214.723

Apresentação do Projeto:

Estudo de múltiplos casos com abordagem qualitativa, realizado no Serviço de Acolhimento Família Acolhedora (SEAFA) do município de Içara (SC). A pesquisa tem por objetivo geral compreender por meio de pesquisa qualitativa como se encontram os jovens adultos que foram acolhidos, e que permaneceram por período igual ou superior a um ano, no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do município de Içara (SC), que foram reintegrados às suas famílias de origem. De modo específico, o estudo busca identificar o perfil dos jovens adultos participantes do estudo; caracterizar como se encontram atualmente as famílias dos jovens adultos que passaram pelo SEAFA e posteriormente reinseridos as suas famílias de origem; identificar as principais dificuldades e os aspectos positivos na percepção dos jovens adultos que, quando criança ou adolescente, passaram pelo SEAFA e que retornarem ao convívio com suas famílias de origem; investigar os desafios e potencialidades da reintegração familiar na construção do indivíduo e; analisar a efetividade da reintegração familiar de crianças e adolescentes dentro PNAS.

Objetivo da Pesquisa:

GERAL

Compreender como se encontram os jovens adultos que foram acolhidos pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do município de Içara (SC), que foram reintegrados às suas

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC

Telefone: (48)3431-2606

Município: CRICIUMA

CEP: 88.806-000

E-mail: cetica@unesc.net

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC



Continuação do Parecer: 3.214.723

famílias de origem.

ESPECÍFICOS

- Identificar o perfil dos jovens adultos participantes do estudo.
- Caracterizar como se encontram atualmente as famílias dos jovens adultos que passaram pelo SEAFA e posteriormente reinseridos as suas famílias de origem.
- Identificar as principais dificuldades e os aspectos positivos na percepção dos jovens adultos que, quando criança ou adolescente, passaram pelo SEAFA e que retomarem ao convívio com suas famílias de origem.
- Investigar os desafios e potencialidades da reintegração familiar na construção do indivíduo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

adequados

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com relevância, especialmente para o serviço, permitindo um entendimento do impacto das ações de acolhimento realizada pelo SEAFA.

Contudo fica confusa a amostra: das 170 crianças que passaram pelos serviços, os autores já mencionam que apenas 8 atendem os critérios de inclusão/exclusão. Porém, ao mencionar a amostra, é estimado a participação de 10 adultos que passaram pelo SEAFA entre 30-04-2002 e 31-12-2018. Se, sabidamente, 8 pessoas atingirão os critérios de inclusão/exclusão, por que estimar a participação de 10 pessoas?

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos são apresentados. É necessário informar, no TCLE, que as entrevistas serão gravadas.

Recomendações:

Fazer ajuste/esclarecer a amostra

Fazer ajuste sobre no TCLE, informando que as entrevistas serão gravadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Fazer ajuste/esclarecer a amostra

Fazer ajuste sobre no TCLE, informando que as entrevistas serão gravadas.

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC

Telefone: (48)3431-2606

Município: CRICIUMA

CEP: 88.806-000

E-mail: cetica@unesc.net

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO
SUL CATARINENSE - UNESC**



Continuação do Parecer: 3.214.723

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1313678.pdf	13/03/2019 22:54:55		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	clayton12032019.docx	13/03/2019 22:54:03	Jacks Soratto	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	13/03/2019 22:52:02	Jacks Soratto	Aceito
Outros	cartaaceite.pdf	13/03/2019 22:17:43	Jacks Soratto	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	13/03/2019 01:43:58	Jacks Soratto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CRICIUMA, 21 de Março de 2019

**Assinado por:
RENAN ANTONIO CERETTA
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida Universitária, 1.105

Bairro: Universitário

UF: SC


Município: CRICIUMA

Telefone: (48)3431-2606

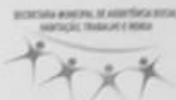
CEP: 88.806-000

E-mail: cetica@unesc.net

ANEXO B: CARTA DE ACEITE DA INSTITUIÇÃO




PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,
 HABITAÇÃO, TRABALHO E RENDA.



Içara 13 de março de 2019.


CARTA DE ACEITE

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários, que concordamos em disponibilizar todos os arquivos pertinentes ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora da Secretaria de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda, da Prefeitura Municipal de Içara/SC, localizada na Donato Valvassori, 667 - Centro, para o desenvolvimento da pesquisa intitulada "SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: E AGORA, O QUE FOI FEITO DA VIDA?" sob a responsabilidade do professor responsável Jacks Soratto e pesquisador Luis Claiton Medeiros Ehlers do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA (Mestrado Profissional) da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, pelo período de execução previsto no referido projeto.



FABIANA DO AMARAL

Secretária da Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda



PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA
 Secretaria Municipal de Assistência
 Social, Habitação, Trabalho e Renda
Fabiana do Amaral
 Secretária Portaria GPV103/18
Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda

Endereço: Rua Donato Valvassori, nº 667, Centro, Içara/SC. CEP 88.820-000
 Fone: (48) 3431-3597 / 3431-3598
 E mail: sec.assistenciasocialicar@gmail.com